

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Julho 2012

Volume 6 | Número 3



Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Julho 2012

Volume 6 | Número 3



CGC 00.038.166/0001-05

Boletim Regional do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 6	n. 3	jul.	2012	p. 1-96
---	----------	------	------	------	------	---------

Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (e-mail: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belém (e-mail: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Fortaleza (e-mail: ce.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Recife (e-mail: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Salvador (e-mail: ba.depec@bcb.gov.br);

Região Centro-Oeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (e-mail: mg.depec@bcb.gov.br);

Região Sudeste – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (e-mail: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico no Rio de Janeiro (e-mail: rj.depec@bcb.gov.br),
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (e-mail: sp.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Curitiba (e-mail: pr.depec@bcb.gov.br),
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Porto Alegre (e-mail: rs.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1009;
Fax: (61) 3414-2036.

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v.6, n. 3.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil
Secre/Surel
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º andar
Caixa Postal 8.670
70074-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3567
Fax: (61) 3414-3626
E-mail: editor@bcb.gov.br

Tiragem: 630 exemplares

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
 - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil
Secre/Surel/Diate
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
DDG: 0800 9792345
Fax: (61) 3414-2553
Internet: <http://www.bcb.gov.br>

Índice

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	9
Região Nordeste	15
Bahia _____	21
Ceará _____	25
Pernambuco _____	29
Região Centro-Oeste	33
Região Sudeste	39
Minas Gerais _____	43
Rio de Janeiro _____	49
São Paulo _____	53
Região Sul	57
Paraná _____	63
Rio Grande do Sul _____	69
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	75
Boxes	
Evolução das Finanças Públicas dos Governos Regionais _____	79
Economia Baiana: estrutura produtiva e desempenho recente _____	83
Apêndice	91

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil (BCB) que apresenta as condições da economia por regiões e alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da autoridade monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e as informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões onde existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem

os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da Administração direta. Em alguns casos foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico (Depec) do Banco Central do Brasil.

Sumário executivo

Nos primeiros cinco meses do ano, a economia brasileira tem mantido ritmo moderado de expansão e, nesse sentido, a recuperação da atividade econômica doméstica tem se materializado de forma bastante gradual. De fato, relativamente a igual período de 2011, o crescimento alcançou 0,85% segundo dados do IBC-BR. Esse desempenho reflete redução da atividade industrial, especialmente na Região Sudeste, a frustração com a safra agrícola e os efeitos das incertezas no cenário internacional. No entanto, as condições favoráveis do mercado de trabalho, o crescimento da renda, o crescimento moderado do crédito, bem como a confiança dos consumidores, tendem a sustentar a expansão da demanda. A robustez da demanda doméstica, bem como as ações de política recentemente implementadas, indica intensificação do ritmo de atividade neste segundo semestre.

Os principais indicadores apontam moderação da atividade econômica na região Norte nos meses recentes. De fato, a redução da produção industrial e o arrefecimento no ritmo de expansão das vendas varejistas se traduziram em recuo de 0,2% do IBCR-N no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando registrara estabilidade na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados. A produção industrial da região recuou 3,1% no trimestre, contrastando com o crescimento de 2,5% do comércio varejista no período.

A economia do Nordeste, em linha com o arrefecimento das vendas varejistas e do mercado de trabalho, registrou moderação do ritmo de crescimento no início de 2012, mas permanece registrando desempenho superior à média nacional. Nesse sentido, IBCR-NE variou 0,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando havia expandido 1,7%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados. Vale enfatizar o crescimento de 0,6% registrado na produção industrial após queda por três trimestres consecutivos, com destaque para a expansão de 5,2% em vestuário e acessórios.

A região Centro-Oeste registrou moderação da atividade econômica no trimestre encerrado em maio, evidenciada pelo arrefecimento na atividade varejista e pela contração da produção industrial. Ainda assim, a dinâmica positiva do mercado de trabalho e da safra de grãos, entre outros fatores, proporcionou à região uma taxa de crescimento superior à nacional. Nesse cenário, a variação trimestral do IBCR-CO alcançou 1% em maio, em relação ao período finalizado em fevereiro, quando havia crescido 2%, considerados dados dessazonalizados. O aumento da renda agrícola e o mercado de trabalho aquecido, associado às medidas econômicas divulgadas pelo governo para estimular o crescimento, devem se refletir nos indicadores de venda do comércio já no próximo trimestre.

A atividade econômica no Sudeste manteve ritmo moderado de expansão no trimestre encerrado em maio, refletindo continuidade de crescimento da atividade varejista e de resultados negativos do setor industrial. O IBCR-SE variou 0,6% no período, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando aumentara 0,7%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses mostra crescimento de 2,5% em maio, ante 3,4% em fevereiro, confirmando ritmo mais moderado da atividade. Destaque para o aumento de 1,6% nas vendas varejistas no trimestre até maio, desempenho favorecido pela continuidade da expansão da massa salarial e das operações de crédito às famílias.

A trajetória da atividade econômica do Sul nos últimos meses refletiu o desempenho negativo da produção industrial e as perdas da safra de grãos, bem como o menor dinamismo do comércio varejista. Nesse cenário, o IBCR-S recuou 1,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia aumentado 1,3%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Apesar do desempenho desfavorável na margem, considerados intervalos de doze meses, o indicador elevou-se 4,4% em maio, ante 4,2% registrado em fevereiro de 2012. As perspectivas em relação à evolução da atividade no Sul para este e os próximos trimestres contemplam os efeitos de ações de política econômica recentemente implementada.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte

Dados dessazonalizados

2002 = 100

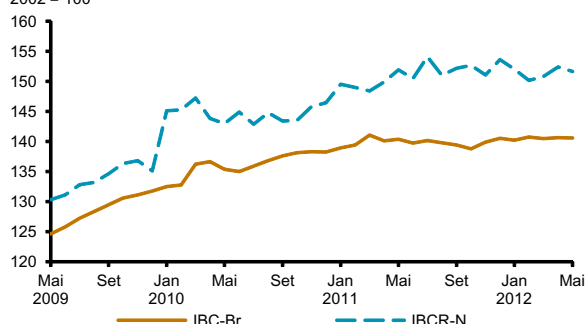
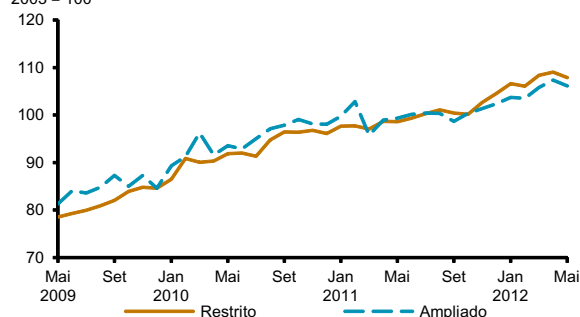


Gráfico 1.2 – Comércio varejista – Norte

Dados dessazonalizados

2003 = 100

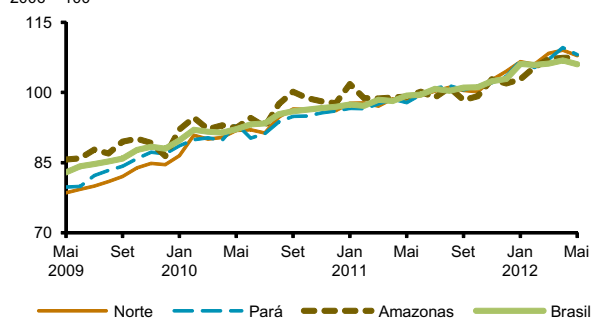


Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Índice de volume de vendas no varejo

Dados dessazonalizados

2006 = 100



Fonte: IBGE

Os principais indicadores apontam moderação da atividade econômica regional nos meses recentes. De fato, a redução da produção industrial e o arrefecimento no ritmo de expansão das vendas varejistas se traduziram em recuo, de 0,2%, do IBCR-N no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando registrara estabilidade na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador variou 3,9% em maio deste ano em relação à igual período do ano anterior, mesmo percentual observado em fevereiro.

As vendas do comércio varejista, na região Norte, favorecidas pela continuidade da expansão do crédito às famílias e do emprego, cresceram 2,5% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando aumentaram 4,6%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Cinco dos sete estados da região considerados na pesquisa registraram aumentos no período, com ênfase nos relativos ao Amazonas, 3,8%; Pará, 2,9%; e Amapá, 2,3%. O comércio ampliado, que agrega as vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças, cresceu 3,1%, mesmo percentual do trimestre encerrado em fevereiro, com destaque para a expansão de 3,7% das vendas no Pará.

Considerados períodos de doze meses, a atividade varejista cresceu 8,5% em maio, em relação ao mesmo período do ano anterior, ante 7,2% em fevereiro, com destaque para os aumentos nas vendas em Tocantins, 20,4%; Roraima, 16,4% e Pará, 9,3%. Na mesma base de comparação, incorporadas as vendas de veículos e de material de construção, o comércio ampliado cresceu 4,9%.

A produção industrial da região recuou 3,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando declinara 2,1%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da

Tabela 1.1 – Produção industrial – Amazonas

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2012	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,7	-4,3	1,1
Indústria extrativa	2,3	-1,5	-3,3	0,1
Indústria de transformação	97,7	-3,1	-8,0	1,1
Material eletrônico	25,4	4,7	-9,3	0,4
Alimentos e bebidas	18,2	-19,6	5,0	4,5
Equipamentos transporte	16,3	-3,6	-11,6	-0,2
Máquinas e equipamentos	9,0	-3,2	-22,4	-5,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.2 – Produção industrial – Pará

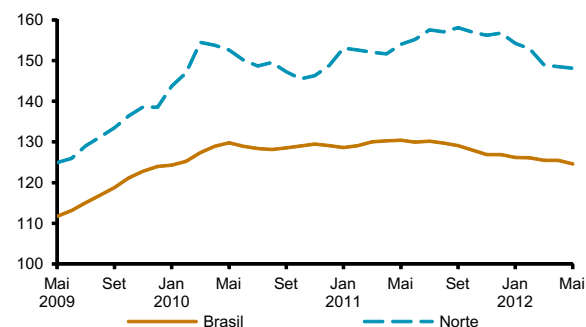
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2012	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-3,1	5,0	3,4
Indústria extrativa	48,6	-10,4	7,9	5,8
Indústria de transformação	51,4	4,4	0,6	1,0
Metalurgia básica	29,5	5,0	-0,1	2,7
Alimentos e bebidas	9,0	3,0	-6,5	7,6
Celulose e papel	4,9	-3,5	3,4	0,3
Minerais não metálicos	4,7	5,7	12,7	1,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

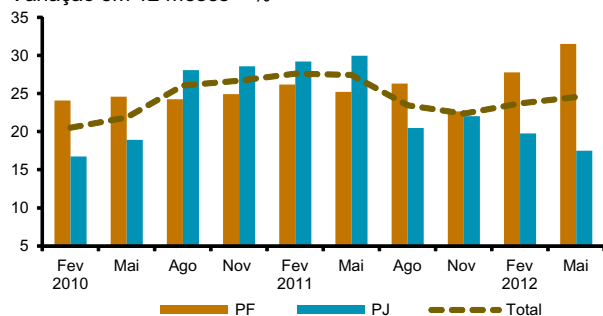
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.4 – Produção industrial – NorteDados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

Fonte: IBGE

Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, com a expansão de 8,3% na indústria extrativa sendo mais do que compensada pelo recuo de 5,7% na de transformação. A indústria de transformação do Amazonas, com peso de 76% na atividade da região, registrou recuo de 8%. Nesse contexto, a produção diminuiu em oito das dez atividades pesquisadas, com ênfase em outros equipamentos de transporte, 11,6%, e material eletrônico, 9,3%. Em oposição, ocorreram aumentos nas atividades alimentos e bebidas, 5%, e produtos de metal-exclusive máquinas e equipamentos, 3,2%. A produção da indústria paraense cresceu 5% no trimestre, favorecida pelos aumentos respectivos de 7,9% e de 0,6% na atividade extrativa e na indústria de transformação.

A análise em doze meses revela que a indústria da região cresceu 2,1% em maio, ante 2,3% em fevereiro, resultado de expansões de 5,5% na indústria extrativa e de 1,1% na de transformação. As elevações mais importantes ocorreram nos segmentos alimentos e bebidas, 4,5%, e material eletrônico, 0,4%, no Amazonas; e metalurgia básica, 2,7%, no Pará.

O faturamento nominal da indústria amazonense aumentou 10% no período de doze meses encerrado em maio, relativamente a igual período do ano anterior, ante 9,5% em fevereiro, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de transformação naquele estado atingiu 80,6% em maio, ante 81,1% em fevereiro e 81,3% em maio de 2011.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na região atingiu R\$77,7 bilhões em maio, aumentando 6,4% no trimestre e 24,5% em doze meses. As operações contratadas no segmento de pessoas físicas totalizaram R\$42,6 bilhões, com aumentos respectivos de 8,4% e de 31,5% nas bases de comparação mencionadas, com destaque para as modalidades de crédito pessoal, financiamentos a veículos e empréstimos habitacionais. A carteira de pessoas jurídicas, com ênfase nas operações relacionadas a construção, ao comércio atacadista e de reparação de veículos automotores e motocicletas, somou R\$35,1 bilhões, com crescimento de 4% no trimestre e de 17,5% em doze meses.

Ainda sobre o mercado de crédito, a taxa de inadimplência atingiu 4,8% em maio, aumentos de 0,7 p.p. no trimestre e de 1,2 p.p. em doze meses. As taxas relativas aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas

Tabela 1.3 – Produção agrícola – Norte

Itens selecionados

Discriminação	Em mil toneladas		
	Produção		Variação %
	2011	2012 ^{1/}	
Grãos	4 316	4 379	1,5
Arroz (em casca)	986	807	-18,1
Milho	1 347	1 417	5,2
Soja	1 862	2 060	10,6
Outras lavouras			
Mandioca	7 575	7 496	-1,0
Banana	828	835	0,7
Abacaxi	316	351	11,1

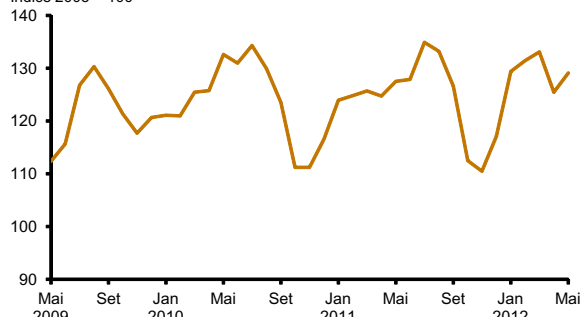
Fonte: IBGE

1/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

Gráfico 1.6 – Abate de bovinos – Norte

Média móvel trimestral

Índice 2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 1.4 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	9 032	8 097	-10,4	-0,9
Básicos	6 712	5 778	-13,9	-0,6
Industrializados	2 320	2 319	-0,0	-1,2
Semimanufaturados	1 056	967	-8,4	-5,8
Manufaturados ^{1/}	1 264	1 352	6,9	0,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.5 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	7 078	7 628	7,8	4,6
Bens de capital	1 860	2 105	13,2	5,6
Matérias-primas	2 862	3 043	6,3	0,4
Bens de consumo	2 007	2 163	7,8	5,0
Duráveis	1 863	1 990	6,8	-0,4
Não duráveis	144	172	19,8	13,1
Combustíveis e lubrificantes	349	317	-9,1	14,6

Fonte: MDIC/Secex

registraram, no trimestre, aumentos respectivos de 1,1 p.p. e de 0,5 p.p., situando-se, na ordem, em 5,9% e 3,4%.

A safra de grãos da região deverá registrar acréscimo anual de 1,5% em 2012, totalizando 4,4 milhões de toneladas, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) publicado em junho pelo IBGE. Essa estimativa incorpora expansões para as colheitas de soja, 10,6%, e de milho, 5,2%, que deverão totalizar, respectivamente, 2,1 milhões e 1,4 milhão de toneladas. O impacto desses aumentos para o crescimento da safra total de grãos será, em parte, atenuado pelo recuo de 18,1% previsto para a colheita de arroz. Dentre as demais culturas com maior importância econômica para a região, ressaltem-se as estimativas de crescimento para as produções de abacaxi, 11,1%; banana, 0,7%; e de recuo para a de mandioca, 1%.

Os abates de bovinos realizados em estabelecimentos inspecionados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) cresceram 2,2% nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2011, de acordo com estatísticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As exportações de carnes desossadas de bovinos congeladas e de carnes bovinas frescas ou refrigeradas cresceram, na ordem, 42,3% e 2,4%, no período, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O superávit comercial da região atingiu US\$469 milhões no primeiro semestre de 2012, ante US\$1,9 bilhão em igual período do ano anterior, resultado de recuo de 10,4% nas exportações e de acréscimo de 7,8% nas importações, que somaram, na ordem, US\$8,1 bilhões e US\$7,6 bilhões.

O desempenho das exportações, resultante de variações de 3,9% no quantum e de -13,9% nos preços, reflete, em grande parte, o comportamento das vendas de produtos básicos. As exportações desse grupo, com participação de 71,4% no total exportado pela região, recuaram 13,9%, e especificamente no caso de minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados, 23,1%. Em oposição, os embarques de produtos manufaturados, com aumento de 10,1% no caso de alumina calcinada, cresceram 6,9% no semestre. China, Japão, Estados Unidos da América (EUA), Alemanha e Coreia do Sul, em conjunto, absorveram 51,5% das exportações da região, no período.

Haja vista a redução de 0,4% nas quantidades, o crescimento das importações decorreu do aumento de 8,2% nos preços. Cabe destacar a elevação de 19,8% nas compras de bens de consumo não duráveis. As importações

de bens intermediários e bens de capital, responsáveis, respectivamente, por 39,9% e 27,6% da pauta, registraram elevações respectivas de 6,3% e 13,2%, no período, contrastando com a redução de 9,1% nas compras de combustíveis e lubrificantes. Os produtos provenientes da China, Coreia do Sul, EUA, Japão e Taiwan representaram 73% das aquisições externas da região no período.

Tabela 1.6 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	17,0	39,7	27,4	-15,6	9,7
Extrativa mineral	1,3	1,1	0,4	0,6	0,8
Indústria de transformação	4,9	12,0	2,5	-7,4	-3,3
Comércio	1,8	4,7	10,3	-3,5	2,0
Serviços	9,6	6,8	13,5	-1,0	6,9
Construção civil	-0,6	12,8	1,3	-3,6	4,2
Agropecuária	-0,4	2,3	-0,9	-0,8	-0,5
Outros ^{2/}	0,4	0,1	0,4	0,2	-0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais, administração pública e outros.

Tabela 1.7 – Evolução do emprego formal – Norte

Novos postos de trabalho

UF	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Região Norte	17,0	39,7	27,4	-15,6	9,7
Acre	-0,3	1,6	-0,2	-1,0	1,2
Amapá	0,6	1,9	2,1	0,1	0,6
Amazonas	11,2	13,6	7,2	-8,0	-1,1
Pará	2,7	17,6	16,1	-4,3	6,7
Rondônia	3,3	3,0	-1,3	-1,7	-0,2
Roraima	-0,9	0,5	1,4	-0,4	-0,2
Tocantins	0,5	1,4	2,1	-0,3	2,7

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

A economia da região Norte gerou, de acordo com Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 9,7 mil novos empregos formais no trimestre encerrado em maio (17 mil em igual período de 2011), mitigando a perda de vagas, 15,6 mil, registrada no trimestre finalizado em fevereiro. Ocorreram 6,9 mil contratações líquidas no setor serviços; 4,2 mil na construção civil e 2,0 mil no comércio, contrastando com as eliminações de 3,3 mil postos na indústria de transformação e 0,5 mil na agropecuária. Do total de empregos formais criados na região, 6,7 mil foram registrados no Pará, 2,7 mil no Tocantins, 1,2 mil no Acre e 0,6 mil no Amapá. Em oposição, foram eliminados 1,5 mil postos de trabalho, sendo 1,1 mil no Amazonas, 0,2 mil em Rondônia e 0,2 mil em Roraima.

Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal da região cresceu 0,4% no trimestre terminado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia aumentado 0,9%, destacando-se os aumentos respectivos de 1,2%, 0,9% e 0,8% registrados no Pará, Tocantins e Roraima.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Belém (RMB) variou 1,44% no trimestre encerrado em junho, ante 1,62% naquele finalizado em março, refletindo a desaceleração, de 1,83% para 1,39% nos preços livres e aceleração, de 0,84% para 1,59%, no âmbito dos preços monitorados.

O comportamento dos preços livres evidenciou, especialmente, menor variação trimestral dos preços de bens e serviços não comercializáveis, que passou de 4,50% para 1,50%, em parte reflexo do recuo de 6,40% dos preços de pescados. Em contraste, a variação dos preços comercializáveis passou de -0,06% para 1,31%, com destaque para as altas em óleos e gorduras, 14,05%, e carnes, 0,53%. Por sua vez, a aceleração nos preços monitorados refletiu, sobretudo, o comportamento dos itens táxi, que variou 15,10%; produtos farmacêuticos, 3,62%; e energia, 2,40%. O índice médio de difusão, evidenciando maior disseminação dos reajustes de preços na região, passou de

Tabela 1.8 – IPCA – Belém

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2011	2012		
		Ano	I Tri	II Tri	Ano
IPCA	100,0	4,74	1,62	1,44	3,08
Livres	79,0	5,49	1,83	1,39	3,25
Comercializáveis	45,2	4,65	-0,06	1,31	1,25
Não comercializáveis	33,7	6,53	4,50	1,50	6,06
Monitorados	21,0	2,57	0,84	1,59	2,44
Principais itens					
Alimentação	32,6	5,59	2,73	2,21	5,01
Habitação	12,1	0,42	1,71	1,46	3,19
Artigos de residência	5,5	0,15	0,17	-0,43	-0,27
Vestuário	9,1	7,95	-1,31	1,23	-0,09
Transportes	13,4	4,03	0,04	-0,22	-0,18
Saúde	10,6	4,34	1,28	2,20	3,52
Despesas pessoais	8,1	7,59	2,68	3,39	6,16
Educação	4,7	7,31	6,81	-0,16	6,64
Comunicação	4,0	-0,48	-0,19	-0,20	-0,39

Fonte: IBGE

^{1/} Referentes a junho de 2012.

60,47% no trimestre finalizado em fevereiro para 61,61% no trimestre encerrado em junho.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da região Norte acumulou variação de 4,93% em junho, ante 4,69% em março. Essa trajetória decorreu de aceleração, de 4,90% para 5,76%, nos preços livres, neutralizada, em parte, pela desaceleração, de 3,90% para 2,43%, nos preços monitorados. Destacaram-se no período, os aumentos de preços nos grupos educação, 7,17%, despesas pessoais, 8,50%, e alimentação, 8,53%.

A economia da região Norte confirma perspectivas de moderação da atividade, comparativamente ao registrado no mesmo período do ano anterior. De fato, observou-se retração na produção industrial, bem como na demanda externa por minérios e por produtos elaborados na zona franca de Manaus, com impactos desfavoráveis no desempenho da balança comercial regional. Nesse contexto, o IBCR-N recuou ligeiramente no trimestre encerrado em maio, mas, ao mesmo tempo, houve geração líquida de vagas no mercado de emprego formal na região. As ações de política recentemente implementadas tendem a se traduzir, neste e nos próximos trimestres, em indicadores de venda do comércio ainda mais favoráveis e na recuperação da atividade industrial.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

Dados dessazonalizados
2002 = 100

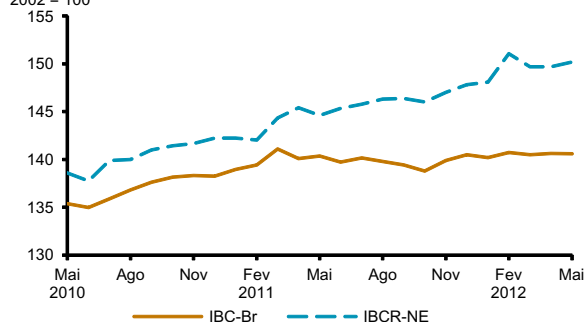
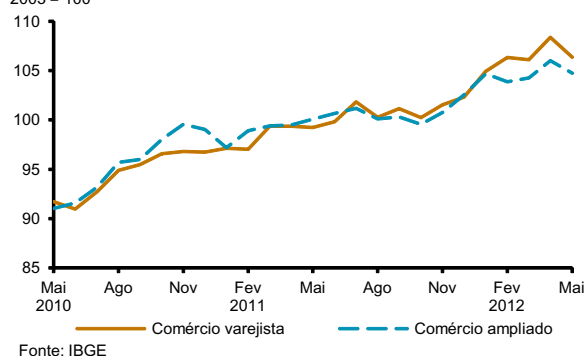


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,3	3,5	2,3	7,5
Combustíveis e lubrificantes	1,1	4,0	4,7	9,8
Hiper e supermercados	-0,7	1,9	3,2	4,3
Móveis e eletrodomésticos	0,2	9,8	-0,1	15,7
Eq. e mat. p/esc., inf. e com.	23,3	-6,1	13,2	-8,6
Comércio ampliado	-0,7	3,5	1,3	5,4
Automóveis e motocicletas	-1,4	4,1	-3,5	0,0
Material de construção	0,2	3,9	5,1	8,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

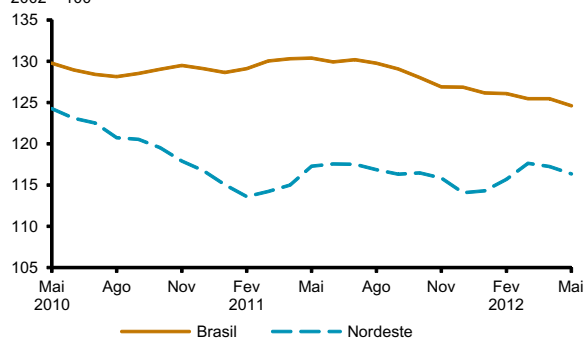
A economia do Nordeste, em linha com o arrefecimento das vendas varejistas e do mercado de trabalho, registrou moderação do ritmo de crescimento no trimestre encerrado em maio. Nesse sentido, IBCR-NE variou 0,6% no período, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando havia expandido 1,7%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador cresceu 4,2% em maio, relativamente a igual período do ano anterior.

As vendas varejistas no Nordeste cresceram 2,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam aumentado 3,5%, nas mesmas bases de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. As maiores expansões ocorreram no segmento de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 13,2%, e de outros artigos de uso pessoal e doméstico, 5%. O comércio ampliado, que incorpora as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção (variações respectivas de -3,5% e de 5,1%), cresceu 1,3% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista da região apresentou alta de 7,5% em maio, em relação a igual período de 2011. Excetuado o recuo de 8,6% nas vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, verificaram-se elevações nos demais segmentos considerados na pesquisa, destacando-se móveis e eletrodomésticos, 15,7%, e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 13,9%. As vendas de veículos, motos, partes e peças, no Nordeste, permaneceram estáveis, mas o comércio de material de construção aumentou 8%, sempre considerando a variação em doze meses. Assim, o crescimento do comércio ampliado da região, no período, alcançou 5,4%.

A produção industrial na região Nordeste cresceu 0,6% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 0,1%, no mesmo

Gráfico 2.3 – Produção industrial – Nordeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.2 – Produção industrial – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2012	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,1	0,6	-0,8
Indústria extrativa	6,5	2,1	0,2	-2,1
Indústria de transformação	93,5	0,0	0,9	-0,7
Alimentação e bebidas	30,0	-2,9	0,3	1,0
Química	16,2	-5,6	4,4	9,6

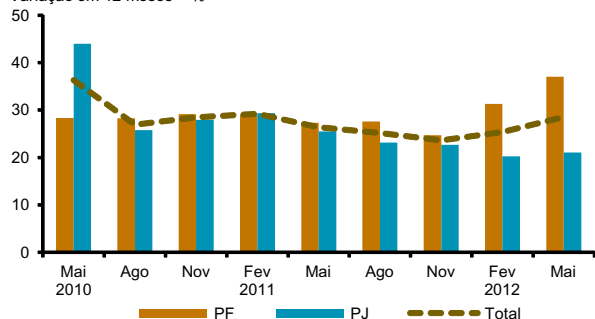
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		Var. % 2012/2011
		Produção ^{2/} 2011	2012	
Produção de grãos		14 599	13 257	-9,2
Caroço de algodão (herbáceo)	4, 7	1 033	1 061	2,8
Feijão	5, 1	818	367	-55,1
Milho	6, 79	5 041	4 586	-9,0
Soja	13, 51	6 228	6 342	1,8
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	18, 05	72 956	72 300	-0,9
Mandioca	6, 73	7 905	7 768	-1,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. Ocorreram, no trimestre, aumentos em oito das onze atividades pesquisadas, com destaque para vestuário e acessórios, 5,2%; produtos químicos, 4,4%; e extração de minerais não metálicos, 4,1%.

Na comparação do acumulado em doze meses, a produção industrial da região recuou 0,8% em maio, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante declínio de 2% verificado em fevereiro. Por atividades, registraram-se retrações de 2,1% na indústria extrativa e de 0,7% na indústria de transformação.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu R\$262 bilhões em maio, implicando elevações de 7,5% no trimestre e de 28,6% nos últimos doze meses – maior percentual entre as regiões do país. O total contratado no segmento de pessoas jurídicas somou R\$131 bilhões, expandindo-se 4,8% e 21,1%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, com ênfase no crédito destinado às atividades de transmissão e distribuição de energia elétrica, à indústria química e ao setor da construção civil. Os créditos às pessoas físicas totalizaram R\$131 bilhões, alta de 10,4% no trimestre e de 37% em doze meses, com destaque para as modalidades de crédito consignado, financiamento a veículos e empréstimos habitacionais.

A inadimplência atingiu 4,3% no trimestre encerrado em maio, elevando-se 0,1 p.p. em relação à verificada em fevereiro e 1 p.p. em doze meses. O aumento da inadimplência no trimestre refletiu, em parte, o aumento da participação do segmento de pessoas físicas no crédito total, que apresentou maior inadimplência em maio, 6,2%, ante o registrado para pessoas jurídicas, 2,5%.

A safra de grãos da região deverá totalizar 13,3 milhões de toneladas em 2012, recuo de 9,2% no ano, de acordo com o LSPA do IBGE, reflexo da estiagem ocorrida em diversos estados nordestinos. Dentre os principais produtos, ressaltou-se a redução de 55,1% na produção de feijão, com recuo de 41,5% na área colhida, e de 9% na produção de milho, declínio de 26,9% na área colhida. Por outro lado, como decorrência do incremento na produção dos estados do Piauí e do Maranhão, registrou-se crescimento de 1,8% na produção de soja.

Nas demais lavouras, estimam-se reduções respectivas de 0,9%, 1,7% e 3,5% nas produções de cana-de-açúcar, mandioca e banana, importantes produtos cultivados na região.

O saldo da balança comercial da região registrou déficit de US\$3,6 bilhões no primeiro semestre de 2012 em comparação ao déficit de US\$1,9 bilhão em igual período do ano anterior, de acordo com estatísticas do MDIC. As exportações aumentaram 7,9%, atingindo US\$9,1 bilhões, enquanto as importações, que somaram US\$12,7 bilhões, cresceram 23%. Como resultado, a corrente de comércio da região passou de US\$18,8 bilhões para US\$21,9 bilhões no período.

As exportações, com variações de 8,1% no *quantum* e de -0,2% nos preços, foram impactadas pelas elevações de 21,6% nas vendas de produtos básicos, com ênfase no aumento de 60,7% nos embarques de soja, procedentes, principalmente, da Bahia, 59,7% do total.

Para os produtos industrializados, ressaltou-se o aumento de 17,5% nas exportações de manufaturados, sensibilizadas pela exportação de plataformas de perfuração ou de exploração e dragas para a Holanda, pelo estado de Pernambuco. Essa operação representou transferência de propriedade do bem exportado, com imediato aluguel do equipamento para utilização nas atividades de exploração e produção de petróleo no país.

Em sentido contrário, as exportações de produtos semimanufaturados recuaram 12,1%, destacando-se as contrações nas vendas de açúcar de cana em bruto, 17,9%, e de pastas químicas de madeira, 8,5%. As exportações destinadas aos Estados Unidos, Holanda, China, Argentina e Antilhas Holandesas representaram, em conjunto, 47,8% das vendas da região.

O crescimento registrado nas importações da região Nordeste no primeiro semestre resultou de variações de 25,1% no *quantum* e de -1,6% nos preços. A evolução das importações traduziu o impacto das elevações nas compras de combustíveis e lubrificantes, 91,3%, com aumento de 78,3% nas compras de óleo diesel, principal item da categoria. Nas importações relativas a bens de consumo houve incremento de 18,1% nas aquisições de bens duráveis, com ênfase no aumento de 15,5% em automóveis de passageiros; enquanto as importações de bens de consumo não-duráveis cresceram 15,7%.

As compras de bens de capital recuaram 6,8%, no período, impactadas pelo decréscimo de 81,7% no segmento de caminhões guindastes e de 0,9% no de bens intermediários. No semestre, os principais mercados de origem das importações foram Estados Unidos, Índia –

Tabela 2.4 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	8 459	9 130	7,9	-0,9
Básicos	1 731	2 105	21,6	-0,6
Industrializados	6 729	7 026	4,4	-1,2
Semimanufaturados	2 967	2 607	-12,1	-5,8
Manufaturados ^{1/}	3 762	4 419	17,5	0,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.5 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	10 342	12 726	23,0	4,5
Bens de capital	1 601	1 493	-6,8	5,6
Matérias-primas	5 155	5 111	-0,9	0,4
Bens de consumo	1 000	1 174	17,4	5,0
Duráveis	720	850	18,1	-0,4
Não duráveis	280	324	15,7	13,0
Combustíveis e lubrificantes	2 586	4 948	91,3	14,6

Fonte: MDIC/Secex

concentradas em óleos combustíveis – China, Argentina e Holanda, responsáveis, em conjunto, por 49,8% das compras da região nos primeiros seis meses de 2012.

Tabela 2.6 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-1,9	127,0	139,4	-44,9	-28,7
Indústria de transformação	-51,2	34,6	59,5	-31,2	-59,0
Serv. ind. de utilidade pública	1,1	1,6	0,2	0,1	0,1
Construção civil	10,2	17,0	13,7	-7,3	6,8
Comércio	6,9	13,8	34,1	-3,1	4,9
Serviços	27,0	30,9	36,8	17,8	20,5
Agropecuária	3,5	28,1	-5,5	-21,2	-2,9
Outros ^{2/}	0,6	1,0	0,6	0,0	0,9

Fonte: MTE

^{1/} Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

^{2/} Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

De acordo com estatísticas consolidadas no Caged, do MTE, foram eliminados 28,7 mil empregos formais na região Nordeste no trimestre encerrado em maio, ante 1,9 mil em igual período do ano anterior. Tal resultado refletiu, em especial, o menor dinamismo da indústria de transformação e da agropecuária, responsáveis, em conjunto, pela eliminação de 62 mil postos de trabalho. Ressalte-se a criação, nos setores da construção civil, do comércio e dos serviços, de 32,2 mil postos de trabalho no período.

Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal cresceu 0,8% no trimestre encerrado em maio deste ano, em relação ao terminado em fevereiro. Ocorreram aumentos em sete das oito atividades pesquisadas, com ênfase no setor de serviços e na atividade extrativa mineral, ambos com expansão de 1,1%.

Tabela 2.7 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2011	2012		
		Ano	I Tri	II Tri	Ano
IPCA	100,0	6,35	1,27	1,18	2,46
Livres	77,6	6,65	1,32	1,08	2,41
Comercializáveis	41,0	4,49	-0,47	0,37	-0,10
Não comercializáveis	36,5	9,07	3,32	1,86	5,24
Monitorados	22,4	5,62	1,10	1,50	2,62
Principais itens					
Alimentação	26,1	6,51	1,02	2,54	3,59
Habitação	13,9	6,71	2,03	1,89	3,97
Artigos de residência	5,2	2,55	-0,36	-1,50	-1,85
Vestuário	7,9	10,39	-1,14	0,70	-0,44
Transportes	18,8	4,78	0,84	-1,00	-0,17
Saúde	10,9	4,91	1,39	2,03	3,45
Despesas pessoais	8,5	9,98	2,82	2,62	5,52
Educação	4,2	7,99	6,88	0,37	7,27
Comunicação	4,5	1,51	-0,36	0,18	-0,19

Fonte: IBGE

^{1/}Referentes a junho de 2012

A inflação, medida pelo IPCA atingiu 1,18% na região Nordeste no trimestre encerrado em junho, ante 1,27% no finalizado em março, com menor variação dos preços livres, 1,08% ante 1,32%; e maior dos monitorados, 1,50% ante 1,10%.

O comportamento dos preços livres, no trimestre, refletiu a variação de 1,86% nos preços dos bens não comercializáveis, ante 3,32% até março, decorrente, em grande parte, das reduções registradas nos preços de passagens aéreas, 8,90%, e de pescados, 3,90%, que contrabalançaram aumentos verificados em feijões, farinha de mandioca e tubérculos, raízes e legumes. Os preços dos bens comercializáveis registraram alta de 0,37%, após recuo de 0,47% no trimestre anterior, influenciado pelos aumentos nos preços de cigarros, 20,41%, e etanol, 5,01%.

Em relação aos preços monitorados, a alta de 1,50% no segundo trimestre esteve associada, principalmente, ao reajuste de 8,30% nas taxas de água e esgoto nas regiões metropolitanas de Fortaleza e de Salvador; de 4,57% nas tarifas dos ônibus urbanos da região metropolitana de Salvador; de 2,54% em produtos farmacêuticos; e de 1,81% nas mensalidades dos planos de saúde.

O índice médio de difusão do IPCA, sinalizando maior disseminação dos reajustes de preços na região, atingiu 59,7% no trimestre encerrado em junho, ante 55,4% no finalizado em março.

A evolução dos preços em doze meses evidencia desaceleração do IPCA que variou 5,30% até junho, comparativamente a elevação de 5,44% até março. Os preços livres apresentaram alta de 5,62% no período, ante 5,81% nos doze meses terminados em março. No caso dos preços monitorados, altas respectivas de 4,54% e 4,48%.

A economia nordestina, embora registre moderação no primeiro trimestre, em parte influenciada pelos efeitos de condições climáticas adversas sobre a produção agrícola, tende a registrar dinamismo mais acentuado do que o observado no âmbito nacional ao longo do segundo semestre. Essa perspectiva mostra-se consistente com o ritmo de expansão do emprego e dos rendimentos reais, com os investimentos públicos e privados em execução ou programados e com o desempenho favorável da atividade varejista, em cenário de manutenção dos programas sociais de transferência de renda do governo federal, que impactam de modo importante a atividade na região.

Bahia

Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados
2002 = 100

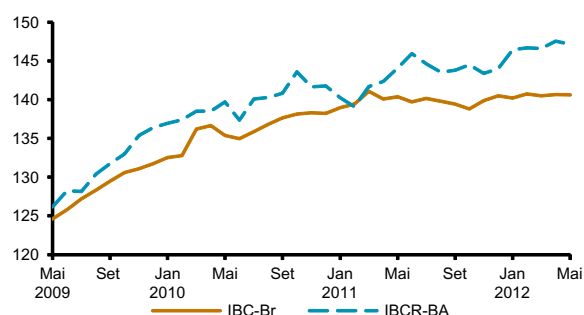
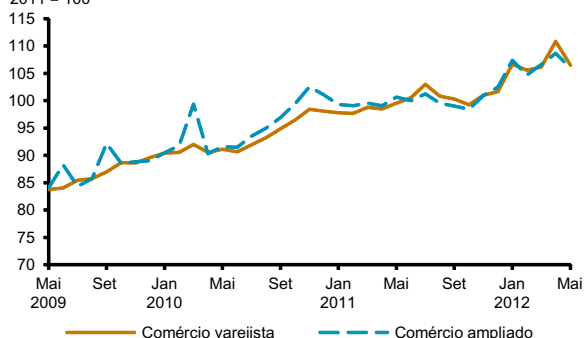


Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.8 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	-1,2	4,4	3,1	7,7
Combustíveis e lubrificantes	-1,2	3,9	6,8	9,3
Hiper, supermercados	-0,1	2,3	2,5	5,0
Tecidos, vestuário e calçados	-1,8	2,2	3,2	6,4
Móveis e eletrodomésticos	-2,6	10,2	-2,0	13,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,6	0,0	3,0	-0,9
Comércio ampliado	-0,8	5,4	2,1	5,1
Automóveis e motocicletas	-1,2	9,4	-2,2	-1,3
Material de construção	-1,7	4,2	4,1	3,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O Produto Interno Bruto (PIB) do estado registrou crescimento de 4,8% no primeiro trimestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011, e expansão de 1,7%, em relação ao trimestre anterior na série com ajuste sazonal, de acordo com estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O desempenho da economia baiana, na comparação interanual, refletiu o crescimento do setor secundário, 4,7%, favorecido pelo dinamismo da construção civil, 8,9%, e da indústria de transformação, 6,1%; do setor de serviços, 4,1%, com destaque para o comércio, 4,6%; e da agropecuária, 2,6%, refletindo resultados favoráveis nas lavouras milho e café, apesar da seca que atingiu 57% dos municípios do estado. Dados mais recentes sinalizam continuidade do crescimento, embora com tendência de moderação. Nesse sentido, o IBCR-BA cresceu 1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando se elevava 1,3%, considerados dados dessazonalizados.

As vendas do comércio varejista cresceram 3,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam aumentado 4,4%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacou-se a expansão nas vendas de combustíveis e lubrificantes, 6,8%, contrastando com o recuo de 2% nas relativas a móveis e eletrodomésticos, único segmento com resultado negativo no período. O comércio ampliado, incluídas a elevação de 4,1% nas vendas de material de construção e a retração de 2,2% nas de veículos, motocicletas, partes e peças, cresceu 2,1% no trimestre.

A análise em doze meses revela expansão de 7,7% do comércio varejista em maio, 0,4 p.p. acima do indicador nacional. Seis dos oito segmentos pesquisados assinalaram variações positivas, com destaque para os aumentos de 13,2% e de 9,3% nas vendas de móveis e eletrodomésticos e de combustíveis e lubrificantes, respectivamente. Na mesma base de comparação, o comércio ampliado, incorporando a elevação de 3,8% nas vendas de material de construção e o recuo de 1,3% nas de veículos, motos, partes e peças, registrou alta de 5,1%.

A produção industrial cresceu 1,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia recuado 1,1%, no mesmo tipo de comparação, conforme dados com ajuste sazonal da PIM-PF do IBGE. O desempenho trimestral positivo foi influenciado pelas expansões de 4,5% do segmento produtos químicos, principal

atividade industrial do estado, e de 4,3% da produção de celulose e papel. Em sentido oposto, ocorreram recuos em quatro das atividades pesquisadas, com ênfase nos relativos à metalurgia básica, 9,3%, e a alimentos e bebidas, 3,2%.

Gráfico 2.7 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

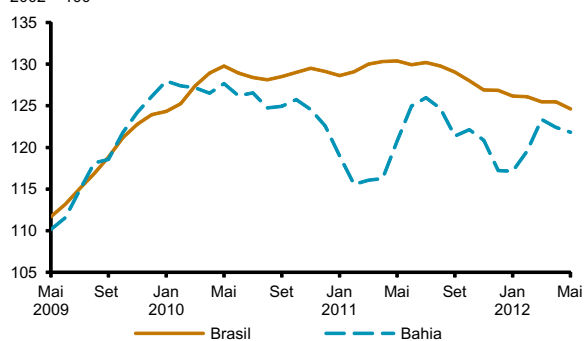


Tabela 2.9 – Produção industrial – Bahia
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2012		Acumulado em 12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-1,1	1,9	0,3
Indústria extrativa	5,4	2,7	-0,1	-5,1
Indústria de transformação	94,6	-0,4	1,6	0,6
Produtos químicos	26,2	-7,8	4,5	9,8
Ref. petróleo e prod. álcool	24,1	3,5	-0,4	-9,2
Alimentos e bebidas	16,0	3,5	-3,2	6,1
Celulose e papel	11,8	-6,8	4,3	1,0
Metalurgia básica	8,1	0,3	-9,3	-10,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na Indústria Geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

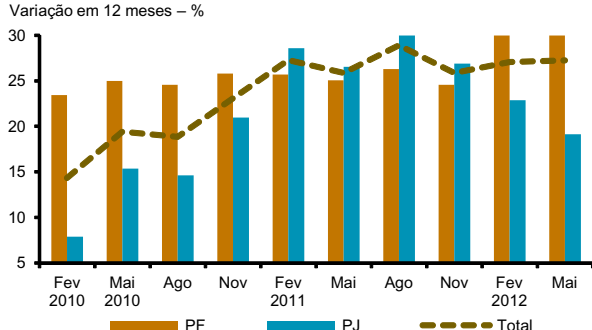
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Considerados intervalos de doze meses, a indústria baiana avançou 0,3% em maio, em relação a igual período de 2011, ante contração de 0,5% em fevereiro, resultado do crescimento de 0,6% da indústria de transformação e da retração de 5,1% na indústria extrativa. Destacaram-se, no período, as expansões assinaladas nos segmentos produtos químicos, 9,8%, e alimentos e bebidas, 6,1%, contrastando com as reduções de 10,5% na metalurgia básica e de 9,2% no refino de petróleo e produção de álcool.

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), divulgado pela SEI, registrou 128,2 pontos no trimestre encerrado em maio, com queda de 4,6 p.p. em relação à média do trimestre finalizado em fevereiro, permanecendo na região de otimismo.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia somou R\$73,5 bilhões em maio, elevando-se 7% no trimestre e 27,2% em doze meses. A carteira do segmento de pessoas físicas totalizou R\$34,9 bilhões, registrando variações respectivas de 10,3% e de 37,6% nas bases de comparação mencionadas, com destaque para as operações de crédito consignado, financiamentos habitacionais e de veículos. O saldo das operações no segmento de pessoas jurídicas atingiu R\$38,6 bilhões, expandindo-se 4,1% no trimestre e 19,1% em doze meses, ressaltando-se, no trimestre, o dinamismo das contratações nos setores de papel e papelão, comércio atacadista e construção.

Gráfico 2.8 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A inadimplência relacionada às operações de crédito no estado atingiu 4,4% em maio, ante 4,6% em fevereiro, evolução decorrente da estabilidade da inadimplência em 6,1% no segmento de pessoas físicas e redução de 0,3 p.p. no de pessoas jurídicas, situando-se em 3%.

A produção de grãos da Bahia deverá totalizar 7,5 milhões de toneladas em 2012, de acordo com o LSPA de junho. Essa estimativa representa redução 2% relativamente à safra de 2011, refletindo, principalmente, as condições climáticas adversas. A estimativa considera retrações para as culturas de feijão, 41,8%, e de soja, 1,9%. Para a cultura de milho estima-se aumento da produção de 5,3%, com aumento de 30,5% no rendimento médio, em virtude dos investimentos realizados. Em relação às demais lavouras, são

Tabela 2.10 – Produção agrícola – Bahia
Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2011	2012 ^{2/}	
Grãos				
Soja	15,6	3 513	3 447	-1,9
Algodão herbáceo	9,0	1 575	1 601	1,6
Milho	7,4	2 052	2 161	5,3
Feijão	5,4	223	130	-41,8
Outros grãos ^{3/}	1,2	296	164	-44,4
Outras lavouras				
Cacau	7,4	156	141	-10,0
Banana	5,8	1 221	1 086	-11,1
Café	5,3	152	165	8,9
Mandioca	5,3	2 977	3 069	3,1
Cana-de-açúcar	3,5	6 981	6 913	-1,0

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Segundo o LSPA de junho de 2012.

3/ Amendoim, arroz, mamona, sorgo.

Tabela 2.11 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	4 906	5 135	4,7	-0,9
Básicos	813	1 146	40,9	-0,6
Industrializados	4 093	3 989	-2,5	-1,7
Semimanufaturados	1 563	1 290	-17,5	-5,8
Manufaturados ^{1/}	2 530	2 699	6,7	-0,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.12 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 671	3 953	7,7	4,6
Bens de capital	480	496	3,2	5,6
Matérias-primas	2 465	2 639	7,0	0,4
Bens de consumo	563	682	21,1	5,0
Duráveis	520	634	22,1	-0,4
Não duráveis	44	47	8,9	13,1
Combustíveis e lubrificantes	162	137	-15,5	14,6

Fonte: MDIC/Secex

projetadas elevações nas produções de café e de mandioca, 8,9% e 3,1%, respectivamente, contrastando com recuos nas de banana, 11,1%, e de cacau, 10%.

A balança comercial assinalou superávit de US\$1,2 bilhão nos seis primeiros meses do ano, resultado 4,4% inferior ao registrado em igual período de 2011. As exportações totalizaram US\$5,1 bilhões, e as importações, US\$4 bilhões, elevando-se 4,7% e 7,7%, respectivamente.

A evolução das vendas externas decorreu de variações de -1,3% nos preços e de 6,1% no *quantum*, e refletiu comportamentos distintos de produtos básicos e industrializados. A exportação de produtos básicos cresceu 40,9%, com destaque para os aumentos nas vendas de soja, 56,6% e de algodão, 304,1%. Esse desempenho foi, em parte, mitigado pela redução de 2,5% nos embarques de produtos industrializados, segmento que responde por 77,7% da pauta. EUA, Argentina e Antilhas Holandesas absorveram 37,3% das exportações baianas.

O aumento observado nas importações refletiu variações de -0,3% nos preços e de 8% no *quantum*. À exceção de combustíveis e lubrificantes, cujas compras recuaram 15,5% no período, houve avanço nas compras das demais categorias de uso. As aquisições de bens de consumo elevaram-se 21,1%, sensibilizadas pelas de automóveis de passageiros, crescimento de 23,8%; enquanto as de matérias-primas e produtos intermediários, que responderam por 66,8% da pauta, cresceram 7%. Argentina, Argélia e EUA foram os mercados de origem de 33,2% das aquisições baianas.

A economia do estado criou 13,2 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, acumulando 18,4 mil vagas líquidas no ano, que representam reduções de 47,5% e 48,4%, em relação aos períodos correspondentes de 2011, de acordo com dados do Caged do MTE. Do total das vagas criadas no trimestre, 5,4 mil ocorreram na agricultura e 3,6 mil na construção civil.

Na margem, considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal na Bahia cresceu 0,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro.

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS) situou-se em 8,1% no trimestre finalizado em maio, ante 7,9% no trimestre anterior e 10,4% no trimestre encerrado em maio de 2011, de acordo com a Pesquisa

Tabela 2.13 – Evolução do emprego formal – Bahia

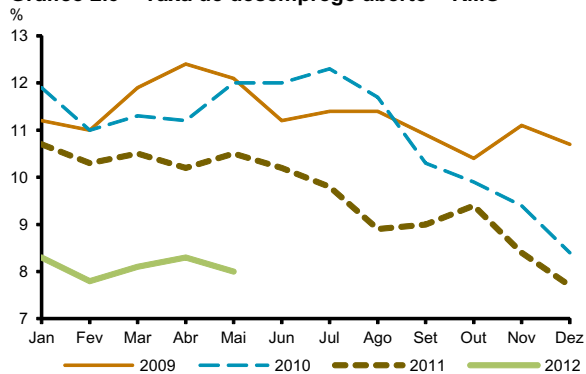
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	25,1	20,9	6,7	-9,8	13,2
Indústria de transformação	2,9	4,8	-0,5	-4,2	1,8
Comércio	0,8	2,4	6,3	-1,5	-0,2
Serviços	6,8	8,7	7,3	3,5	2,5
Construção civil	6,8	-1,5	1,3	-5,3	3,6
Agropecuária	7,1	5,4	-7,9	-2,3	5,4
Serviço industrial de utilidade pública	0,2	0,8	-0,1	-0,1	-0,4
Outros ^{2/}	0,5	0,3	0,4	0,2	0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.9 – Taxa de desemprego aberto – RMS

Fonte: IBGE

Tabela 2.14 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011		2012	
		III Trí	IV Trí	I Trí	II Trí
IPCA	100,0	1,44	1,70	1,03	1,28
Livres	77,0	1,29	2,17	1,17	0,85
Comercializáveis	37,3	1,06	1,98	-0,84	0,06
Não comercializáveis	39,6	1,53	2,35	3,17	1,61
Monitorados	23,0	1,77	0,64	0,54	2,74
Principais itens					
Alimentação	25,5	0,74	3,67	0,79	2,98
Habitação	14,6	1,87	0,84	2,08	2,96
Artigos de residência	4,8	0,91	1,16	-0,10	-1,40
Vestuário	7,2	2,44	2,49	-0,91	-0,42
Transportes	20,8	2,02	0,42	0,03	-0,64
Saúde	10,2	0,82	0,74	1,65	2,25
Despesas pessoais	8,2	3,38	2,29	2,72	1,59
Educação	4,2	0,21	0,23	5,55	0,12
Comunicação	4,6	0,09	0,90	-0,16	-0,48

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2012.

Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego recuou 0,2 p.p. em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, resultado de variações de 1,8% na População Economicamente Ativa (PEA) e de 2,1% na população ocupada. Os rendimentos médios habituais reais elevaram-se 11% no trimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, e 9,5% em doze meses.

A inflação da RMS, medida pelo IPCA, atingiu 1,28% no trimestre encerrado em junho, ante 1,03% naquele finalizado em março, resultado da desaceleração nos preços livres, de 1,17% para 0,85%, e aceleração nos preços monitorados, de 0,54% para 2,74%, essa evidenciando, principalmente, os aumentos nas tarifas de energia elétrica residencial, 2,97%; de ônibus urbano, 9,60%; de ônibus intermunicipal, 6,10%; e nos preços dos produtos farmacêuticos, 2,76%. A evolução dos preços livres traduziu o arrefecimento na variação dos preços dos bens e serviços não comercializáveis, de 3,17% para 1,61%, influenciados, particularmente, pelas reduções de itens da alimentação *in natura*. Os preços dos itens comercializáveis apresentaram relativa estabilidade no trimestre, 0,06%, influenciados pela redução do preço de automóveis novos, contrapondo-se a altas advindas, sobretudo, do segmento alimentício. O índice de difusão atingiu 58,7% no trimestre finalizado em junho, ante 57,1% naquele encerrado em março, evidenciando maior disseminação na elevação de preços na RMS.

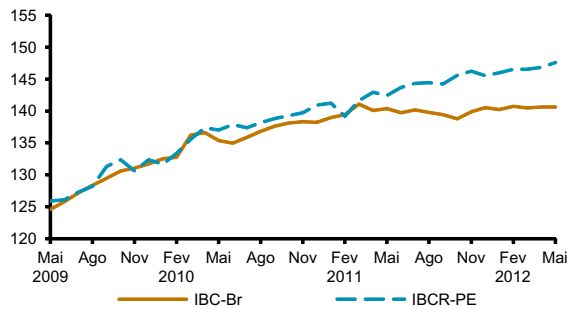
Considerado o período de doze meses, o IPCA variou 5,56% em junho, ante 5,51% em março. Essa relativa estabilidade na taxa de inflação refletiu a desaceleração dos preços livres, de 5,80% para 5,59%, e aceleração dos monitorados, de 4,66% para 5,80%, no período.

A atividade econômica do estado, apesar da desaceleração da economia nacional, das incertezas no ambiente externo e do fraco desempenho agrícola em decorrência das condições climáticas, permaneceu apresentando resultados positivos ao longo do primeiro semestre do ano. O dinamismo das vendas no comércio varejista, favorecido pelo vigor no mercado de trabalho e pelo aumento do crédito, e o desempenho positivo da construção civil sustentaram o ritmo de crescimento da economia baiana. Para os próximos trimestres, há expectativa de ritmo mais intenso da atividade como reflexos do processo de estímulos de política econômica e de inversões, em especial do setor público, relacionados à infraestrutura.

Pernambuco

Gráfico 2.14 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco (IBCR-PE)

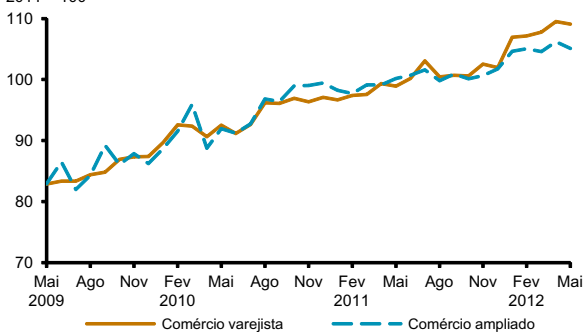
Dados dessazonalizados
2002 = 100



A economia pernambucana apresentou crescimento de 1,5% no primeiro trimestre de 2012, em relação ao trimestre anterior, após ajuste sazonal dos dados, conforme estimativa realizada pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). Dentre os setores, a agropecuária retraiu-se 6,6%, em função da seca na região, sendo mais que compensada pelo crescimento de 3,6% no setor industrial, impulsionado pela construção civil, enquanto o setor de serviços registrou expansão 1,2%. O IBCR-PE indica continuidade do crescimento econômico no segundo trimestre, em ritmo moderado. Considerando o trimestre encerrado em maio, observou-se expansão de 0,6% no indicador, em relação ao trimestre terminado em fevereiro, quando havia crescido 0,4%, ainda em termos dessazonalizados.

Gráfico 2.15 – Comércio varejista – Pernambuco

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.22 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011 Nov1/	2012 Fev ^{1/}	2012 Mai ^{1/}	2012 12 meses
Comércio varejista	0,1	4,0	3,3	8,3
Combustíveis e lubrificantes	2,7	-0,2	2,9	11,9
Hiper e supermercados	-1,5	2,9	3,3	2,1
Tecidos, vestuário e calçados	-2,7	8,6	-0,6	5,8
Móveis e eletrodomésticos	1,2	11,0	0,0	20,0
Comércio ampliado	-0,1	3,2	1,4	5,4
Automóveis e motocicletas	-1,8	1,9	-3,6	-1,9
Material de construção	4,8	3,9	6,5	15,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O volume de vendas no varejo registrou expansão de 3,3% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia aumentado 4%, na série com ajuste sazonal da PMC do IBGE. A manutenção de ritmo elevado de crescimento foi determinada pelas elevações de 3,3% em hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, e de 2,9% em combustíveis e lubrificantes. Agregando-se as variações de -3,6% nas vendas de veículos, motos, partes e peças e de 6,5% nas relativas a materiais de construção, o comércio ampliado apresentou alta de 1,4%, em relação ao trimestre anterior, quando crescera 3,2%.

No período de doze meses terminado em maio, o comércio varejista apresentou crescimento de 8,3%, destacando-se o dinamismo dos segmentos móveis e eletrodomésticos e combustíveis e lubrificantes, que cresceram 20% e 11,9%, respectivamente. O comércio ampliado apresentou menor variação, 5,4%, influenciado pela retração de 1,9% na venda de veículos, apesar do desempenho no segmento de materiais de construção, alta de 15,8%.

A produção industrial do estado reduziu-se 1,7% no trimestre finalizado em maio, após a queda de 1% no trimestre terminado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Dos onze setores de atividade, seis registraram resultados negativos, com ênfase nos segmentos de produtos de metal, 25,8%; metalurgia básica, 6%; e química, 3,6%.

Considerados períodos de doze meses, a indústria do estado cresceu 3,6% em maio, em relação ao intervalo

Tabela 2.23 – Produção industrial – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2012		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,0	-1,7	3,6
Alimentação e bebidas	36,7	-5,0	0,8	-0,4
Química	14,7	-7,6	-3,6	9,3
Metalurgia básica	13,8	5,8	-6,0	10,0
Minerais não metálicos	8,0	4,4	-2,2	7,5
Produtos de metal	7,3	9,1	-25,8	8,3
Borracha e plástico	6,3	6,3	1,1	1,3

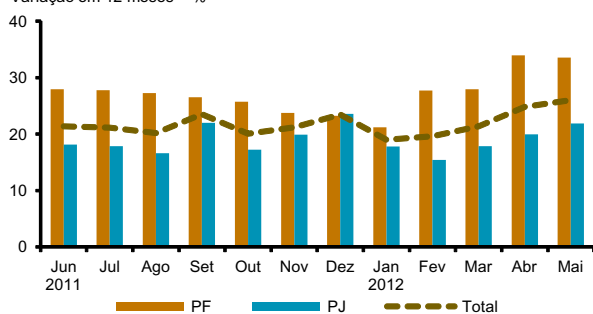
Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.16 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.24 – Produção agrícola – Pernambuco

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2011	2012 ^{1/}	
Grãos				
Feijão	4,3	107	49	-54,5
Milho	1,0	124	27	-78,3
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	44,3	17 517	17 062	-2,6
Uva	18,8	209	225	7,7
Banana	7,2	487	558	14,7
Mandioca	4,5	514	360	-30,0
Tomate	3,7	115	106	-7,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

correspondente de 2011, impulsionada pela metalurgia básica, 10%, química, 9,3% e produtos de metal, 8,3%. Vale ressaltar a contração de 7,3% no nível médio de utilização da capacidade instalada nesses períodos, de acordo com dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), determinada principalmente pela retração de 13,5% na indústria de alimentos e bebidas.

As operações de crédito realizadas no estado, superiores a R\$1 mil, alcançaram R\$59,6 bilhões em maio, com altas de 7,8% no trimestre e de 26% em doze meses. As operações relativas ao segmento de pessoas físicas totalizaram R\$22,2 bilhões, aumentando 10,1% no trimestre e 33,6% em doze meses, destacando-se a elevação trimestral de 55,3% na modalidade crédito consignado. As operações contratadas no segmento de pessoas jurídicas atingiram R\$37,4 bilhões, expandindo-se 6,5% no trimestre e 21,9% em doze meses, sobressaindo-se as operações contratadas nos setores de refino de petróleo, coque e álcool e da indústria química.

A taxa de inadimplência nas operações de crédito em maio, 3,3%, permaneceu estável relativamente à de fevereiro, tanto no segmento de pessoas jurídicas, 1,5%, quanto no de pessoas físicas, 6,3%.

A estiagem que atingiu todo estado afetou as atividades agropecuárias de modo distinto. As culturas permanentes da uva e da banana, em grande parte irrigadas, devem apresentar crescimentos de 7,7% e 14,7%, de acordo com o LSPA de junho. Para as demais culturas, estimam-se retrações de 63% para grãos; 30% para mandioca; 7,9% para tomate; e 2,6% para cana-de-açúcar.

A balança comercial do estado apresentou déficit de US\$2,3 bilhões no primeiro semestre do ano, ante déficit de US\$1,7 bilhão no mesmo período de 2011, conforme dados do MDIC. No período, as exportações atingiram US\$820,6 milhões, alta de 75,8%, enquanto as importações totalizaram US\$3,1 bilhões, aumento de 43%.

A expansão das exportações refletiu variações de 76,1% do *quantum* e de -0,1% nos preços. O aumento de 115,6% nas vendas de produtos manufaturados, condicionado pela exportação de plataforma no valor de US\$404,9 milhões, determinou o desempenho positivo das exportações do estado no período. Holanda, país importador da plataforma, Argentina e Estados Unidos, em ordem de importância, representaram, em conjunto, 61,1% dos destinos dos produtos do estado no semestre.

Tabela 2.25 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	467	821	75,8	-0,9
Básicos	20	24	20,8	-0,6
Industrializados	447	797	78,3	-1,7
Semimanufaturados	165	146	-11,9	-5,8
Manufaturados ^{1/}	282	651	131,2	-0,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.26 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	2 192	3 136	43,0	4,6
Bens de capital	477	468	-1,8	13,1
Matérias-primas	1 070	948	-11,4	-0,4
Bens de consumo	275	294	7,0	5,6
Duráveis	142	145	1,7	0,4
Não duráveis	133	150	12,5	5,0
Combustíveis e lubrificantes	370	1 426	285,1	14,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.27 – Evolução do emprego formal – Pernambuco

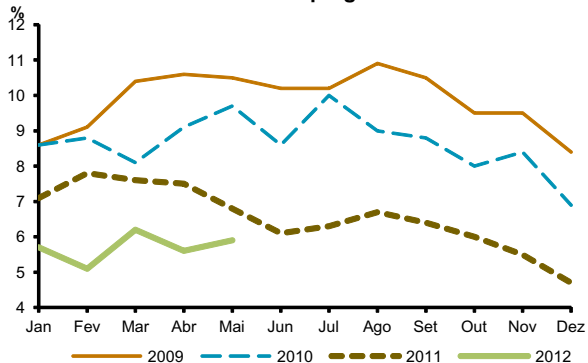
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	0,7	38,0	40,3	-7,5	-5,6
Indústria de transformação	-14,8	12,7	19,2	-9,2	-18,0
Comércio	2,1	3,0	7,5	-1,8	1,9
Serviços	7,9	6,5	13,0	7,2	6,6
Construção civil	3,5	6,5	6,1	2,3	4,5
Agropecuária	1,1	8,8	-5,4	-6,1	-0,6
Serv. ind. de util. pública	0,9	0,4	0,1	0,1	0,1
Outros ^{2/}	0,0	0,1	-0,1	0,0	-0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.17 – Taxa de desemprego aberto – Recife

Fonte: IBGE

O crescimento das importações foi determinado pelas variações de 44,2% do *quantum* e de -0,8% nos preços. Esse resultado repercutiu, principalmente, a elevação de 285,1% nas compras de combustíveis e lubrificantes, compensada, em parte, pela redução de 11,4% nas aquisições de matérias-primas. As importações provenientes de EUA, Holanda, China, Argentina e México, em ordem de importância, foram responsáveis por 56,1% das importações do estado no semestre.

A economia do estado eliminou 5,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, de acordo com o Caged do MTE, ante a geração de 0,7 mil em igual período de 2011. No período, houve redução de 18 mil postos na indústria de transformação e, em sentido contrário, criações de 6,6 mil e 4,5 mil empregos nos setores de serviços e construção civil. O nível de emprego formal cresceu 2,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando recuara 0,9%, considerados dados com ajuste sazonal.

De acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, a taxa média de desemprego na Região Metropolitana do Recife (RMR) alcançou 5,9% no trimestre encerrado em maio, ante 7,4% em igual período do ano anterior, reflexo de aumentos de 3,3% na população ocupada e de 1,7% da PEA. Os rendimentos médios reais habitualmente recebidos pelas pessoas ocupadas aumentaram 7,2%, em comparação a 5,6% observados para a média das capitais abrangidas pela pesquisa. A análise na margem, a partir de dados dessazonalizados, revela que a taxa de desemprego aumentou 0,1 p.p. em relação ao trimestre finalizado em fevereiro.

O IPCA da RMR variou 1,35% no trimestre finalizado em junho, ante 1,76% no encerrado em março, acompanhando a desaceleração tanto dos preços livres, de 1,59% para 1,24%, quanto dos monitorados, de 2,35% para 1,67%. No âmbito dos preços livres, os preços dos bens comercializáveis desaceleraram de 0,90% para 0,52%, com destaque para as reduções de 7,36% nos preços de automóveis novos, consequência das desonerações tributárias para o setor, e de 2,44% em móveis e utensílios, e, em sentido contrário, para a alta de 20,40% no preço dos cigarros. A inflação dos produtos não comercializáveis também apresentou redução, 2,03% ante 3,11%, com ênfase para a queda de 14,44% no preço das passagens aéreas. Para os itens monitorados, as maiores contribuições foram os recuos de 2,49% no gás de botijão e de 2,38% nas tarifas de ônibus intermunicipal. O índice de difusão, registrando

Tabela 2.28 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011		2012	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,65	1,45	1,76	1,35
Livres	72,7	0,59	1,85	1,59	1,24
Comercializáveis	38,9	1,01	1,50	0,90	0,52
Não comercializáveis	33,8	0,11	0,30	3,11	2,03
Monitorados	27,3	0,81	0,61	2,35	1,67
Principais itens					
Alimentação	24,9	-0,07	2,70	1,26	2,43
Habitação	13,6	1,77	0,43	2,71	2,32
Artigos de residência	5,5	0,60	0,46	-0,81	-1,34
Vestuário	8,2	3,04	2,32	-0,78	1,29
Transportes	16,4	0,44	0,20	1,92	-0,84
Saúde	12,7	0,76	1,63	1,16	1,74
Despesas pessoais	9,4	0,13	2,34	4,10	2,65
Educação	4,8	0,37	0,03	8,26	0,21
Comunicação	4,5	-0,11	-0,09	-0,61	1,12

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

maior disseminação dos reajustes de preços na RMR, avançou 1,30 p.p. no trimestre, atingindo 75,69%.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMR variou 5,29% em junho, ante 5,59% em março. Os preços livres cresceram 5,23%, refletindo, principalmente, alimentação fora do domicílio, 10,46%, e empregados domésticos 15,77%; enquanto os preços monitorados elevaram-se 5,78%, destacando-se os planos de saúde, 7,71%, energia elétrica residencial, 6,24%, e tarifas de ônibus urbanos, 7,52%.

Os indicadores econômicos relativos à economia pernambucana revelam moderação da atividade econômica no curto prazo, acompanhando a conjuntura nacional que repercutiu, sobretudo, os efeitos do ambiente de incertezas no cenário internacional e a desaceleração da atividade global. A continuidade do crescimento econômico no estado tem sido sustentada, especialmente, pelo consumo das famílias, com alta acima do observado no restante do país, como apontam os resultados do comércio varejista, consistentes com o comportamento dos rendimentos do trabalho e do crédito às pessoas físicas.

Ceará

Gráfico 2.10 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

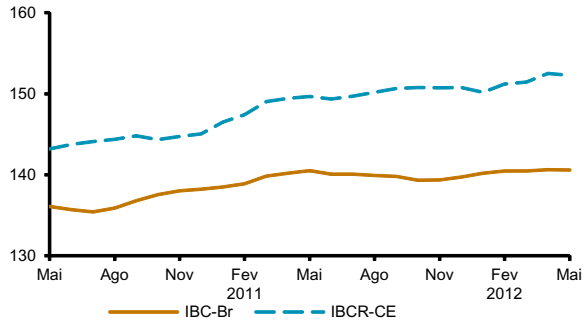
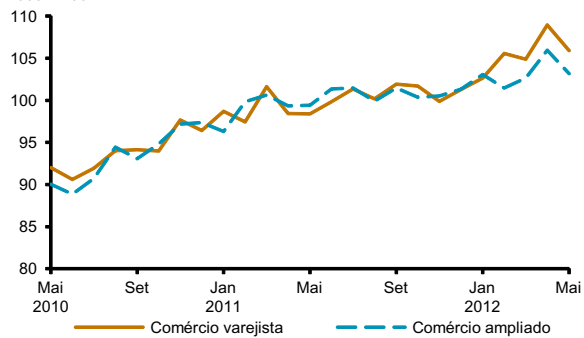


Gráfico 2.11 – Comércio varejista – Ceará

Dados dessazonalizados
2003 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.15 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
	Fev ^{1/}	12 meses	Maí ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	8,0	2,0	3,3	7,2
Combustíveis e lubrificantes	-1,4	8,9	4,4	8,0
Hiper e supermercados	7,2	1,0	4,2	4,7
Móveis e eletrodomésticos	15,6	8,8	6,3	16,8
Eq. e mat. p/esc., inf. e com.	16,8	-14,8	-15,9	8,0
Comércio ampliado	8,6	1,1	2,0	6,4
Automóveis e motocicletas	10,6	1,3	-5,4	4,1
Material de construção	2,2	-0,3	13,8	8,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

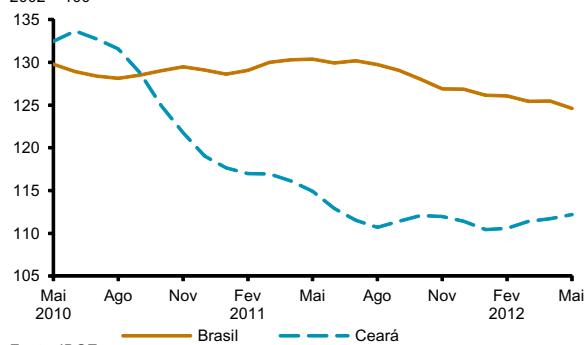
A atividade econômica do Ceará seguiu em expansão no início deste ano, segundo estimativas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) que indicaram, após dessazonalização, crescimento de 1% do PIB estadual no primeiro trimestre, em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2011. O setor serviços, representando cerca de 70% da economia local, cresceu 1,6%; o segmento industrial expandiu-se 0,8% e o agropecuário, prejudicada pela estiagem, registrou decréscimo de 6%. Dados mais recentes confirmam a continuidade da expansão da atividade, com crescimento de 0,7% do IBCR-CE no trimestre encerrado em maio, comparativamente ao terminado em fevereiro, quando se elevava 0,3% ante o finalizado em novembro de 2011. As informações relativas aos indicadores de comércio, indústria e emprego corroboram essa tendência.

As vendas do comércio varejista no estado cresceram 3,3% no trimestre encerrado em maio, ante o finalizado em fevereiro, quando haviam aumentado 2%, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Registraram-se, no período, aumentos nas vendas em seis dos oito segmentos, com destaque para móveis e eletrodomésticos, 6,3%, e combustíveis e lubrificantes, 4,4%. Incorporadas as vendas de veículos, motos, partes e peças, que registraram decréscimo de 5,4% no trimestre, e de material de construção, com elevação de 13,8%, o comércio ampliado apresentou expansão de 2% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas cresceram 7,2% até maio, em relação a igual intervalo de 2011, com ênfase nos aumentos verificados nas vendas dos segmentos móveis e eletrodomésticos, 16,8%, e de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 15,5%. A expansão de 6,4% do comércio ampliado, em doze meses, incorpora elevações de 4,1% nas vendas de veículos, motos, partes e peças e de 8,9% nas de material de construção.

A produção industrial cearense, segundo dados da PIM-PF do IBGE, elevou-se 1,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia registrado contração de 1,2%. Verificaram-se aumentos em sete das dez atividades pesquisadas, destacando-se os relativos à produção de minerais não metálicos, 31,2%, de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 16,1%, e os relativos ao refino de petróleo e álcool, 6%.

Gráfico 2.12 – Produção industrial – Ceará
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.16 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

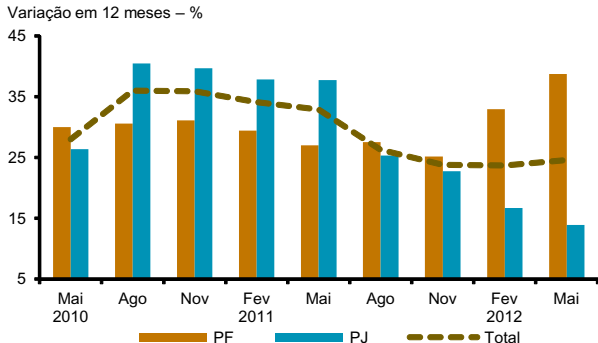
Setores	Pesos ^{1/} 2012	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,2	1,4	-7,9
Alimentação e bebidas	34,3	-7,7	0,4	0,2
Têxtil	18,9	5,7	-2,7	-25,6
Calçados e artigos de couro	14,4	8,3	2,0	-14,3
Química	11,7	-3,8	0,9	6,3
Vestuário e acessórios	4,8	-5,2	-1,0	-10,9
Minerais não metálicos	4,8	-19,6	31,2	2,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A análise em doze meses revela que a produção industrial do estado recuou 7,9% em maio, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante declínio de 11,5% até fevereiro, ressaltando-se as retrações assinaladas nos segmentos de produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, 30,4%; indústria têxtil, 25,6%; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 21%.

O faturamento real da indústria de transformação, de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (Indi), da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), cresceu 0,1% no período de doze meses encerrado em maio, em relação a igual intervalo de 2011, ante retração de 3,3% no acumulado até fevereiro. Na mesma base de comparação, ocorreram reduções na remuneração real, 1,6%, no pessoal empregado, 5,6%, e nas horas trabalhadas, 2,1%. O Nuci médio atingiu 85,1% em maio, ante 84,9% em fevereiro, e 85,8% em maio de 2011.

O volume das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu R\$38 bilhões em maio, registrando expansão de 6,5% no trimestre e de 24,5% nos últimos doze meses. A carteira do segmento pessoas jurídicas totalizou R\$20 bilhões, registrando variações respectivas de 3,1% e 13,9% nas bases de comparação consideradas, destacando-se as contratações de operações destinadas aos setores de geração e transmissão de energia elétrica, à indústria de moda, ao comércio e à construção civil. O saldo de operações no segmento de pessoas físicas atingiu R\$18 bilhões, elevando-se 10,4% no trimestre e 38,7% em doze meses, com concentração nos recursos direcionados às modalidades crédito consignado, financiamentos habitacionais e à aquisição de automóveis.

A inadimplência atingiu 4,5%, alta de 0,3 p.p. em relação à observada em fevereiro e de 1,1 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de expansões de 0,2 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,1 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, com taxas situando-se, na ordem, em 6,3% e 2,9%.

A safra de grãos do estado está estimada em 245 mil toneladas, de acordo com o LSPA de junho, implicando queda de 81,1% em relação à safra do ano anterior. Ressalte-se que, apesar da ocorrência do fenômeno La Niña, indicativo de volume de chuvas dentro da normalidade, este ano se caracterizou pela seca na região. Dentre os principais produtos cultivados no Ceará, destaque para o recuo de 85,9% na produção de milho, com queda de 30,8% na área colhida. A produção de feijão deverá recuar 78,2%, com declínio de 24,3% na área de colheita

Tabela 2.17 – Produção agrícola – Ceará

Itens selecionados

Discriminação	Em mil toneladas			
	Peso ^{1/} (%)	Produção ^{2/}		Var. % 2012/2011
		2011	2012	
Produção de grãos		1 299	245	-81,1
Feijão	13,59	264	58	-78,2
Milho	6,49	915	129	-85,9
Arroz (em casca)	2,55	93	50	-46,0
Outras lavouras selecionadas				
Banana	14,57	494	448	-9,3
Mandioca	8,30	837	603	-27,9
Castanha-de-caju	3,72	112	167	49,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

Tabela 2.18 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	610	615	0,7	-0,9
Básicos	155	151	-2,2	-0,6
Industrializados	456	463	1,7	-1,2
Semimanufaturados	139	156	12,4	-5,8
Manufaturados ^{1/}	317	307	-3,1	0,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.19 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	939	1 150	22,4	4,5
Bens de capital	204	216	6,3	5,6
Matérias-primas	619	677	9,3	0,4
Bens de consumo	65	75	15,4	5,0
Duráveis	31	36	16,8	-0,4
Não duráveis	34	39	14,1	13,0
Combustíveis e lubrificantes	51	181	253,8	14,6

Fonte: MDIC/Secex

da leguminosa. Em relação às demais lavouras, estimam-se aumentos respectivos de 49,9% e de 11,4% para a produção de castanha de caju e de abacaxi. As produções de banana e de mandioca deverão diminuir 9,3% e 27,9%, respectivamente.

A balança comercial do estado acumulou déficit US\$535,1 milhões nos seis primeiros meses do ano, ante déficit de US\$328,8 milhões em igual período de 2011, de acordo com dados do MDIC. As exportações totalizaram US\$614,6 milhões e as importações, US\$1.149,6 milhões, expansões respectivas de 0,7% e de 22,4% no período.

O desempenho das exportações resultou de variações de 3,5% nos preços e de -2,7% no *quantum*. Dentre os produtos industrializados, houve expansão de 12,4% nas vendas de produtos semimanufaturados, com ênfase nos acréscimos nas exportações de ceras vegetais, 44,3%, e de couros e peles, 15,2%. A redução de 3,1% verificada nas vendas externas de manufaturados decorreu, em grande parte, do declínio de 8,5% em calçados e suas partes, principal produto da categoria. Em relação aos embarques de básicos, houve retração de 2,2% no período. Os principais destinos das exportações cearenses foram Estados Unidos, Holanda, Argentina, China e Itália, que adquiriram, em conjunto, 48,4% das vendas externas do estado.

A expansão das importações, resultante de elevações de 14,6% no *quantum* e de 6,8% nos preços, refletiu aumentos nas aquisições em todas as categorias de uso. As compras de combustíveis e lubrificantes cresceram 253,8%, ressaltando-se o incremento de 222,8% nos ingressos de gás natural liquefeito (GNL), oriundos do Catar, da Bélgica e da Nigéria. Ressaltem-se, ainda, os aumentos nas importações de bens de consumo, 15,4%, de bens intermediários, 9,3%, e de bens de capital, 6,3%, destacando-se, nessa categoria, as associadas à aquisição de eletrogeradores de energia eólica provenientes da Itália. As importações de mercadorias oriundas da China, das quais mais de 50% se referem a produtos laminados planos de ferro ou aço e a produtos manufaturados, da Argentina, da Itália, dos Estados Unidos e do Catar representaram, em conjunto, 54,6% das importações no semestre.

Segundo dados divulgados pelo Caged do MTE, foram gerados 1,4 mil empregos no mercado de trabalho formal do estado no trimestre encerrado em maio de 2012, ante a criação de 8,6 mil em igual período do ano anterior. Essa trajetória refletiu, em especial, o menor dinamismo verificado nos setores da indústria de transformação e da

construção civil, que eliminaram 3,2 mil postos de trabalho no período, ante a estabilidade do indicador no trimestre finalizado em maio de 2011.

Tabela 2.20 – Evolução do emprego formal – Ceará

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	8,6	19,9	19,2	-5,6	1,4
Indústria de transformação	-0,9	2,7	2,6	-5,5	-1,2
Serv. ind. de utilidade pública	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Construção civil	1,0	3,8	1,8	-2,0	-2,0
Comércio	1,9	4,0	7,5	1,2	0,6
Serviços	6,7	6,3	5,3	4,2	4,4
Agropecuária	-0,3	2,9	1,8	-3,4	-0,6
Outros ^{2/}	0,2	0,2	0,1	0,0	0,2

Fonte: MTE

^{1/} Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

^{2/} Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal no Ceará cresceu 0,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, registrando-se aumentos em seis das oito atividades pesquisadas, com destaque para os relativos à agropecuária, 2%, e à atividade extrativa mineral, 1,8%.

A variação do IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), segundo dados do IBGE, atingiu 0,76%, no trimestre encerrado em junho, ante 1,03% no finalizado em março. O comportamento refletiu a aceleração, de 1,16% para 1,37%, dos preços livres e a redução de 1,52% nos preços monitorados, comparativamente à alta de 0,52% no trimestre anterior.

O movimento dos preços livres refletiu a variação de 0,71% nos preços dos itens comercializáveis, ante -0,07% no trimestre anterior, com ênfase nas elevações de 20,40% nos preços de cigarros, de 7,43% de óleos e gorduras e de 3,84% nos custos do etanol. Os preços dos itens não comercializáveis desaceleraram no período, de 2,78% para 2,23%, destacando-se a influência das reduções nos preços dos pescados, 6,98%, e de passagens aéreas, 5,98%, contrastando com os aumentos do feijão mulatinho, 27,93%; do feijão carioca, 24,19%; dos tubérculos, raízes e legumes, 17,13%; e dos serviços pessoais, 3,33%.

Tabela 2.21 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2011	2012		Ano
		Ano	I Tri	II Tri	
IPCA	100,0	6,46	1,03	0,76	1,80
Livres	78,6	7,27	1,16	1,37	-1,01
Comercializáveis	44,4	6,11	-0,07	0,71	0,64
Não comercializáveis	34,2	5,58	2,78	2,23	5,08
Monitorados	21,4	4,36	0,52	-1,52	2,55
Principais itens					
Alimentação	29,7	6,14	1,14	1,91	3,07
Habitação	13,9	3,69	0,96	-1,01	-0,05
Artigos de residência	4,8	1,70	-0,17	-1,97	-2,14
Vestuário	8,0	16,14	-2,06	1,99	-0,11
Transportes	16,9	4,48	1,47	-2,13	-0,69
Saúde	9,8	5,69	1,25	2,09	3,37
Despesas pessoais	8,6	10,33	0,97	4,68	5,70
Educação	4,3	8,90	7,42	1,16	8,67
Comunicação	4,0	1,28	-0,42	0,23	-0,20

Fonte: IBGE

^{1/} Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

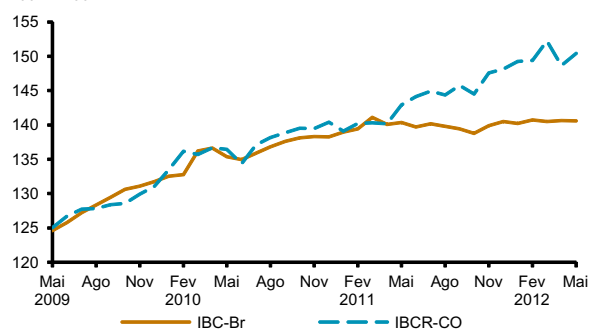
Nos preços monitorados, a queda no período refletiu, especialmente, a retração de 11,07% nos preços da energia elétrica, em decorrência da revisão nas tarifas cobradas pela Companhia Energética do Ceará (Coelce), aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além da queda de 4,12% nas passagens dos ônibus interestaduais. O índice de difusão do IPCA atingiu 57,1% no trimestre finalizado em junho, ante 55,5% no encerrado em março.

A economia cearense apresenta sinais de positivos, com retomada de crescimento do setor industrial e continuidade das vendas no comércio varejista. Para os próximos trimestres, a atividade tende a apresentar ritmo mais intenso, refletindo os incentivos de política econômica e a continuidade de execução de investimentos, seja de caráter privado ou público, particularmente, em obras de infraestrutura e no parque industrial.

Região Centro-Oeste

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Centro-Oeste

Dados dessazonalizados
2002 = 100

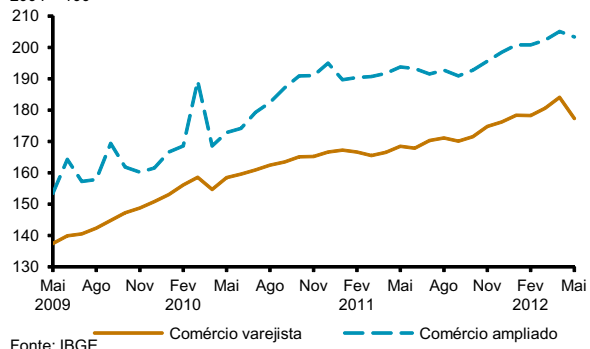


A região Centro-Oeste registrou moderação da atividade econômica no trimestre encerrado em maio, evidenciada pelo arrefecimento na atividade varejista e pela contração da produção industrial. Ainda assim, a dinâmica positiva do mercado de trabalho e da safra de grãos, entre outros fatores, proporcionaram à região uma taxa de crescimento superior à nacional. Nesse cenário, a variação trimestral do IBCR-CO alcançou 1% em maio, em relação ao período finalizado em fevereiro, quando havia crescido 2%, considerados dados dessazonalizados; e, em doze meses, 5,9% em maio, ante 5% em fevereiro.

As vendas no varejo na região, retirado o efeito sazonal, cresceram 1,7% no trimestre finalizado em maio, ante 3,2% no trimestre anterior. Goiás registrou o melhor resultado, 2,8%, seguido pelo Distrito Federal, 2,2%, Mato Grosso, 0,6%, e Mato Grosso do Sul, 0,4%. Esses dois últimos estados apresentaram as maiores desacelerações em relação ao trimestre anterior, 2,3 p.p. e 7,1 p.p., respectivamente. Considerando-se o comércio ampliado, que incorpora vendas de veículos, motos, partes e peças, e de material de construção, registrou-se expansão de 1,8% no trimestre, ante 3,6% no trimestre anterior.

Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados
2004 = 100



Fonte: IBGE

A análise por ramo comercial, disponível apenas para Distrito Federal e Goiás, indicou crescimento ajustado sazonalmente no ramo de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo de 3,2% no trimestre até maio, ante 0,4% até fevereiro; enquanto o segmento de móveis e eletrodomésticos registrou expansão de 2,1%, ante 7,1%, nas mesmas bases de comparação. Os ramos de veículos e material de construção registraram retrações respectivas de 0,6% e de 1,1% nos meses de março a maio, relativamente ao trimestre anterior.

As vendas varejistas da região apresentaram variação em doze meses, ante o mesmo período anterior, de 6,6% em maio, frente a 7,3% da média nacional. No Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul registrou a maior taxa de crescimento

Tabela 3.1 – Índice de vendas no varejo – Agregação para GO e DF^{1/}

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011 Ano	2012		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Comércio varejista	6,4	2,7	2,3	6,5
Combustíveis e lubrificantes	0,5	2,0	0,2	-1,6
Hiper e supermercados	4,4	0,5	3,5	6,3
Tecidos, vestuário e calçados	2,9	0,4	2,2	0,0
Móveis e eletrodomésticos	12,3	7,1	2,1	12,4
Comércio varejista ampliado	5,5	2,4	2,0	3,4
Veículos e motos, partes e peças	3,9	4,0	-0,6	-0,6
Material de construção	8,4	2,7	-1,1	7,2

Fonte: IBGE

1/ GO e DF são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 3.2 – Produção industrial – Goiás

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2012	Variação % trimestral		
		2012		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	1,6	-2,2	12,0
Indústria extrativa	8,3	0,6	-3,0	0,8
Indústria de transformação	91,7	5,7	-3,9	12,9
Alimentos e bebidas	57,0	-8,2	3,5	-1,7
Produtos químicos	24,4	27,5	-3,4	53,4
Minerais não metálicos	5,6	6,5	3,4	6,1
Metalurgia básica	4,7	-10,9	14,1	5,9

Fonte: IBGE

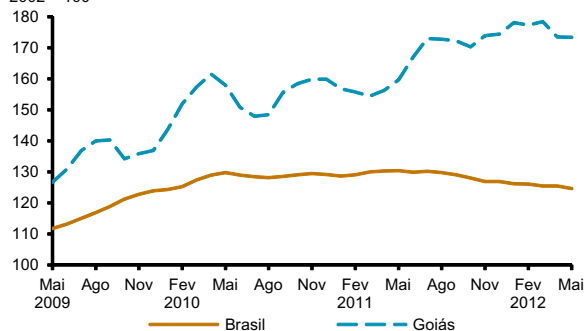
1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 3.3 – Produção industrial – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

nessa base de comparação, 9,1%, seguido por Goiás, 7,4%, Distrito Federal, 4,7% e Mato Grosso, 4%. Destaquem-se os crescimentos de 6,3% em supermercados e hipermercados e de 12,4% em móveis e eletrodomésticos, no agregado de Goiás e Distrito Federal. O comércio ampliado, nessa comparação, aumentou 3,4% na região, destacando-se a retração de 0,6% no ramo de veículos e a elevação de 7,2% em material de construção.

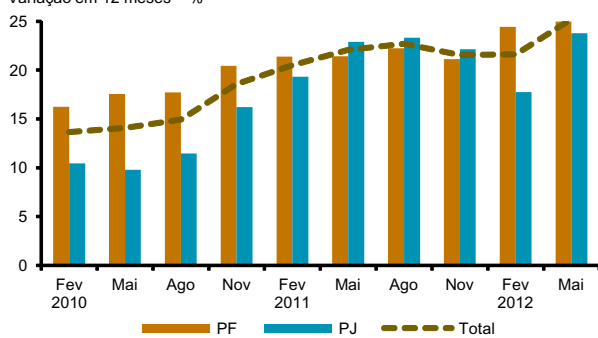
A produção industrial de Goiás, único estado da região incluído na PIM-PF do IBGE, recuou 2,2% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia crescido 1,9% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Esse resultado refletiu quedas de 3% na indústria extrativa e de 3,9% na transformação. Na última, note-se que a indústria de produtos químicos, após forte expansão de 27,5%, no trimestre finalizado em fevereiro, registrou contração de 3,4%, no trimestre finalizado em maio. Ainda na indústria de transformação, registrem-se as expansões de 14,1%, 3,5% e 3,4% nos setores de metalurgia básica, alimentos e bebidas e minerais não metálicos, respectivamente, no período comparativo.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial de Goiás aumentou 12% em maio, em relação ao período correspondente de 2011, ante 9,3% em fevereiro. As indústrias extrativa mineral e de transformação registraram expansões respectivas de 0,8% e de 12,9%, com incremento de 53,4% no segmento de produtos químicos, notadamente na fabricação de medicamentos. Em contrapartida, no setor de alimentos e bebidas, com representatividade de 57% na estrutura industrial goiana, a produção decresceu 1,7% no período, pressionado por recuos no segmento de leite em pó, leite, refrigerantes e cervejas.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei/GO), divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), atingiu 57 pontos em junho, ante 59,9 pontos em março deste ano e 60,4 pontos em junho do ano anterior. A evolução trimestral refletiu decréscimo de 2,8 p.p. no Indicador de Expectativas, que avalia o sentimento dos empresários em relação aos próximos seis meses, e de 2,9 p.p. no Indicador de Condições Atuais.

Na região Centro-Oeste, as operações de crédito superiores a R\$1 mil totalizaram R\$188,7 bilhões em maio, aumentando 7,9% no trimestre e 25,2% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas atingiram R\$108 bilhões, com elevação 26,2% em doze

Gráfico 3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 3.3 – Produção agrícola – Centro-Oeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2012/2011
		2011	2012	
Grãos	80,0	56 090	66 799	19,1
Algodão (caroço)	9,8	1 944	2 041	5,0
Arroz (em casca)	1,7	1 013	739	-27,1
Feijão	3,1	589	652	10,7
Milho	11,4	17 400	27 234	56,5
Soja	53,0	33 768	34 811	3,1
Sorgo	0,6	1 213	1 138	-6,2
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	12,1	104 322	112 677	8,0
Mandioca	1,7	1 268	1 270	0,1
Tomate	1,7	1 496	1 377	-7,9

Fonte: IBGE

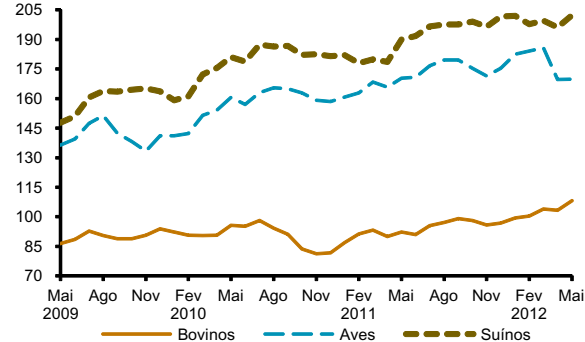
1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012

Gráfico 3.5 – Abates de animais – Centro-Oeste

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

meses e de 6% no trimestre, com destaque para as operações de crédito com consignação e financiamentos imobiliários. Por sua vez, o estoque de crédito no segmento de pessoas jurídicas totalizou R\$80,7 bilhões, com aumento de 23,8% em doze meses e 10,6% no trimestre, com ênfase nas contratações dos setores de energia, comércio atacadista, exceto veículos, e dos governos estaduais e municipais.

A taxa de inadimplência das operações de crédito atingiu 3,8% da carteira em maio (3,7% em fevereiro), com ênfase no aumento de 0,4 p.p. em Goiás.

A safra de grãos da região deverá registrar expansão anual de 19,1% em 2012, alcançando 66,8 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. Esse resultado reflete, em especial, a estimativa de aumento de 56,5% para a safra de milho, responsável por 92% do crescimento da colheita de grãos na região, com expansões de 34,4% na área plantada e de 16,5% na produtividade. A projeção para o crescimento anual da produção de soja, principal cultura da região, atingiu 3,1%, enquanto no âmbito das demais culturas, ressaltou-se a estimativa de elevação anual de 8% para a produção de cana-de-açúcar.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF cresceram 13,7% nos primeiros cinco meses de 2012, ante o mesmo período do ano anterior, reflexo, fundamentalmente, das elevações registradas no Mato Grosso, 18,3%, e Mato Grosso do Sul, 16,2%. A média de preços do boi gordo recuou 5,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, acumulando dois trimestres consecutivos de baixa. Os abates de aves aumentaram 3,9% e os de suínos, 7,2%, no período.

A balança comercial do Centro-Oeste registrou superávit de US\$6,3 bilhões na primeira metade de 2012, com aumento de 54,8% sobre igual intervalo de 2011, conforme dados do MDIC. As exportações totalizaram US\$12,6 bilhões, elevando-se 28,1%, enquanto as importações atingiram US\$6,3 bilhões, incremento de 9,3% na mesma base de comparação.

O volume de exportações foi impulsionado pelo acréscimo de 31,9% no *quantum* enviado ao exterior, posto que os preços decresceram 2,9%. Os embarques de produtos semimanufaturados expandiram 42,4%, sensibilizados pelos acréscimos nas remessas de ferroligas, 262%; óleo de soja em bruto, 82,1%; e açúcar de cana em bruto, 36,9%. Por sua vez, as vendas de produtos básicos aumentaram 29,3%,

Gráfico 3.6 – Indicador boi gordo**ESALQ/BM&FBovespa**

R\$/arroba – Valor à vista



Fonte: Cepea/ESALQ

Tabela 3.4 – Exportação por fator agregado

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	9 807	12 558	28,1	-0,9
Básicos	8 161	10 548	29,3	-0,6
Industrializados	1 646	2 011	22,2	-1,2
Semimanufaturados	1 182	1 684	42,4	-5,8
Manufaturados ^{1/}	463	327	-29,5	0,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 3.5 – Importação por categoria de uso

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	5 767	6 306	9,3	4,6
Bens de capital	511	725	41,9	5,6
Matérias-primas	2 377	2 145	-9,8	0,4
Bens de consumo	1 718	1 782	3,7	5,0
Duráveis	1 041	757	-27,3	-0,4
Não duráveis	677	1 025	51,5	13,1
Combustíveis e lubrificantes	1 161	1 654	42,4	14,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 3.6 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011		2012		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	53,6	50,7	-8,9	-6,3	62,4
Indústria de transformação	16,5	7,4	-14,1	-3,0	22,2
Comércio	4,0	5,8	12,4	-2,6	1,5
Serviços	20,2	13,6	8,6	3,1	20,3
Construção civil	7,1	13,1	-3,9	-6,5	16,0
Agropecuária	4,7	9,6	-12,1	2,4	0,4
Indústria extrativa mineral	0,8	0,7	-0,2	0,2	0,9
Outros ^{2/}	0,4	0,5	0,4	0,1	1,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outras.

com destaque para soja, com 49,7%. Paralelamente, as exportações de produtos manufaturados recuaram 29,5%, sob a mesma base de comparação, resultado da contração na venda de energia elétrica para a Argentina. Dentre os mercados para os quais foram exportados os produtos da região, destacaram-se China, Holanda, Espanha, Tailândia, Rússia e Hong Kong, que adquiriram, em conjunto, 61% das vendas externas do Centro-Oeste, no período.

A evolução das importações no primeiro semestre refletiu em parte a alta de 12,3% nos preços e o declínio de 2,7% no *quantum* desembarcado. As aquisições de combustíveis e lubrificantes elevaram-se 42,4%, induzidas pelas compras de gás natural da Bolívia, que aumentaram 43,8%; os ingressos de bens de capital expandiram-se em 41,9%, sensibilizados pelos grupos máquinas e ferramentas, 348%, e maquinaria industrial, 33,7%; as compras de bens de consumo cresceram 3,7%, destacando-se a ampliação das aquisições de produtos farmacêuticos, 53,9%, atenuada pela contração da importação de automóveis, 31%; e os ingressos de bens intermediários recuaram 9,8%, condicionados pelo decréscimo de 21,9% em insumos agrícolas. Os principais mercados de origem das importações da região, Bolívia, EUA, Coreia do Sul, Alemanha, Japão e China, responderam no total por 65% das aquisições registradas no período.

A economia do Centro-Oeste criou 62,4 mil novos empregos formais no trimestre encerrado em maio, segundo o Caged do MTE, elevação de 16,4% ante o mesmo período de 2011. A indústria de transformação, especialmente nas indústrias de álcool, foi responsável pela criação de 22,2 mil novos postos no período, montante 34,6% superior às contratações do mesmo trimestre de 2011. No setor de serviços houve 20,3 mil novas contratações, mesmo valor registrado em 2011, e no da construção civil, 16 mil, com variação de 125,5% ante o ano anterior, destacando-se os setores relacionados com infraestrutura (rodovias, obras de artes especiais, infraestrutura para os setores de energia e telecomunicações) e construção de edifícios. A análise por unidades da federação evidenciou a criação de 37,9 mil postos de trabalho em Goiás, de 12,5 mil no Mato Grosso do Sul, de 6,4 mil no Distrito Federal, e de 5,6 mil no Mato Grosso.

A variação do IPCA da região Centro-Oeste, considerando-se as cidades de Brasília e Goiânia, atingiu 0,74% no trimestre encerrado em junho, ante 0,90% naquele finalizado em março último. Houve no período desaceleração nos preços de itens livres, de 1,09% para 0,81%, e avanço da taxa dos itens monitorados, de 0,29% para 0,54%, nas mesmas bases de comparação.

Tabela 3.7 – IPCA – Centro-Oeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011		2012	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,00	1,36	1,67	0,90	0,74
Livres	76,22	1,40	1,86	1,09	0,81
Comercializáveis	33,82	1,12	1,60	-0,37	0,57
Não comercializáveis	42,40	1,61	2,05	2,24	0,99
Monitorados	23,79	1,28	1,25	0,29	0,54
Principais itens					
Alimentos e bebidas	21,69	1,76	2,74	1,32	1,13
Habitação	15,36	1,62	1,20	1,83	1,86
Artigos de residência	4,69	1,38	1,00	-0,96	0,40
Vestuário	6,27	0,10	2,56	-0,35	2,05
Transportes	21,39	1,60	1,28	-0,55	-2,32
Saúde	10,17	1,71	1,34	1,00	1,70
Despesas pessoais	10,61	1,90	2,52	1,85	3,31
Educação	4,63	0,24	0,09	5,24	0,13
Comunicação	5,20	-0,05	1,27	0,07	1,14

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2012.

A variação nos preços dos itens comercializáveis passou de -0,37%, no trimestre finalizado em março, para 0,57% no trimestre finalizado em junho, destacando-se as elevações nos preços de cigarro, 20,4%. Os preços de itens não comercializáveis mostraram desaceleração no trimestre considerado, de 2,24% para 0,99%, com destaque para o comportamento observado em cursos regulares, passagens aéreas e frutas. As maiores altas ocorreram em feijão carioca, 19,39%; empregado doméstico, 3,51%; e aluguel residencial, 2,13%. Dentre os monitorados, destacaram-se as elevações em ônibus urbano, 3,79%; taxa de água e esgoto, 3,08%; e produtos farmacêuticos, 2,26%. O índice de difusão atingiu 56,2% em junho, frente a 51,2% observado em março.

A inflação acumulada em doze meses na região Centro-Oeste atingiu 4,77% em junho, ante 5,10% em março. Essa trajetória refletiu desacelerações, de 5,49% para 5,25%, nos preços livres, e de 4,03% para 3,41%, nos monitorados. O comportamento dos preços livres reflete em grande parte a menor variação dos preços dos itens não comercializáveis, de 7,46% ante 7,07%, com destaque para preços de automóvel usado e de peixe. Assinalem-se, por outro lado, as elevações nos itens empregado doméstico, 13,42%; refeição fora do domicílio, 9,80%; e aluguel residencial, 8,66%. No segmento de produtos comercializáveis observou-se relativa estabilidade, com a variação dos preços passando de 2,98, acumulados em 12 meses até junho, para 2,95%, acumulados até março. Dentre os itens monitorados, os principais movimentos ocorreram nos preços de gasolina, com recuo de 2,64% ante aumento de 0,30%, ônibus urbano, aumento de 3,79% e 5,96% e produtos farmacêuticos, variação de 2,91% e 4,52%, na ordem.

A economia do Centro-Oeste mostrou crescimento superior à média nacional no ano até maio, ancorada no bom desempenho do setor agropecuário. As cotações elevadas da soja, principal cultura da região, bem como do milho, associadas a projeções de aumento significativo na safra de milho tendem a impulsionar o comércio exterior. Essa melhora na balança de comércio, bem como o aumento da renda rural e o mercado de trabalho aquecido – em parte reflexo de ações de política recentemente implementadas – tendem a se traduzir em indicadores positivos do comércio e na recuperação da indústria neste e nos próximos trimestres.

Região Sudeste

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste

Dados dessazonalizados

2002 = 100

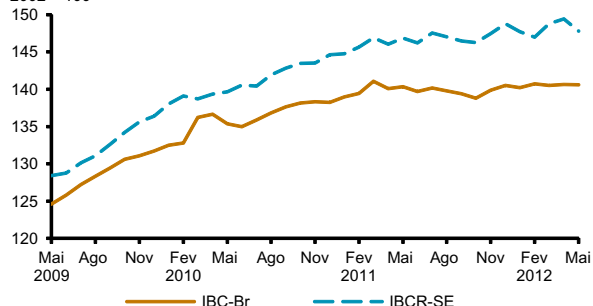
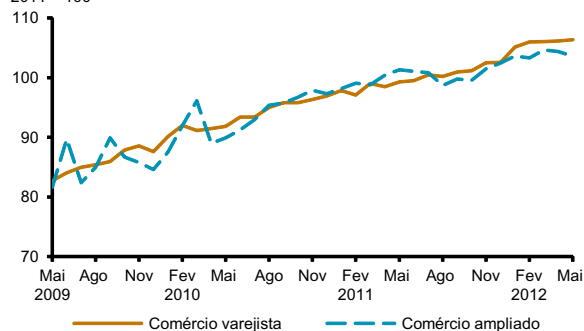


Gráfico 4.2 – Comércio varejista – Sudeste

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011 Ano	2012 Fev ^{1/}	2012 Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	6,8	3,0	1,6	7,0
Combustíveis e lubrificantes	0,5	1,1	2,1	-0,8
Hiper e supermercados	4,1	4,0	2,1	6,0
Tecidos, vestuário e calçados	4,8	1,8	0,6	1,2
Móveis e eletrodomésticos	17,0	2,7	2,5	14,7
Comércio ampliado	6,8	2,9	1,0	5,3
Automóveis e motocicletas	6,1	3,8	-2,1	1,6
Material de construção	8,9	7,6	-1,6	8,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O Sudeste manteve ritmo moderado de expansão no trimestre encerrado em maio, refletindo continuidade de crescimento da atividade varejista e resultados positivos da agropecuária. O IBCR-SE variou 0,6% no período, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando aumentara 0,7%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses mostra crescimento de 2,5% em maio, ante 3,4% em fevereiro.

As vendas varejistas da região aumentaram 1,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam crescido 3%, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Esse desempenho, favorecido pela expansão da massa salarial e das operações de crédito às famílias, reflete o dinamismo do segmento móveis e eletrodomésticos, 2,5%; seguido por hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo e por combustíveis e lubrificantes, ambos com elevação de 2,1%. O comércio ampliado, incluídas as variações negativas nas vendas de veículos, 2,1%, e de material de construção, 1,6%, cresceu 1% no período, ante 2,9% no trimestre encerrado em fevereiro.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas aumentaram 7% em maio, em relação a igual período de 2011, ante 6,8% em fevereiro. Com elevações respectivas de 1,6% e 8,7% nas vendas de veículos e de material de construção, o comércio ampliado cresceu 5,3%.

A produção industrial da região recuou 0,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando declinara 1,5%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria extrativa recuou 1,8% e a de transformação 0,4%, ressaltando-se que quatorze das vinte e três atividades pesquisadas registraram resultados negativos no período, com ênfase nos observados na indústria de produtos de metal, 7,5%; de alimentos, 5,6%; e

Tabela 4.2 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2012		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,5	-0,3	-2,6
Indústria extrativa	7,5	0,2	-1,8	1,6
Indústria de transformação	92,5	-1,3	-0,4	-2,8
Veículos automotores	13,1	-13,9	0,5	-10,0
Alimentos	8,8	0,7	-5,6	-0,2
Metalurgia básica	8,1	-7,4	3,3	-7,4
Outros produtos químicos	7,2	4,8	-3,6	-0,7
Refino de petróleo e álcool	7,2	1,0	1,8	-0,6

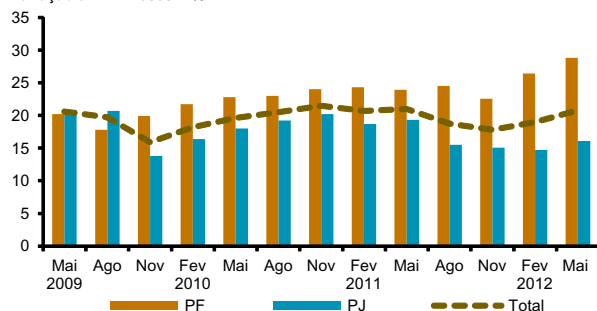
Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.3 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.3 – Desembolsos do BNDES – Sudeste

Discriminação	Var. % acum. 12 meses				2012 ^{1/}	
	2009	2010	2011	2012 ^{1/}	R\$ milhões	Part. (%)
Sudeste	40,5	36,7	-30,0	-28,0	67 907	50,0
Brasil	50,0	23,5	-18,0	-16,0	139 345	100,0

Fonte: BNDES

1/ Valores acumulados em doze meses até maio.

Tabela 4.4 – Produção agrícola – Sudeste

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. % 2012/2011
		2011	2012	
Grãos		17 201	19 101	11,0
Arroz (em casca)	0,3	174	156	-10,2
Feijão	2,8	878	890	1,4
Milho	7,1	10 637	12 344	16,1
Soja	5,2	4 446	4 556	2,5
Outras lavouras				
Café	19,9	2 260	2 638	16,7
Banana	3,0	2 253	2 281	1,2
Cana-de-açúcar	36,8	484 030	421 859	-12,8
Laranja	9,8	16 237	16 267	0,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

de outros produtos químicos, 3,6%. Em oposição, ocorreram expansões nas produções de vestuários e acessórios, 7,4%; de outros equipamentos de transporte, 6,1%; e de metalurgia básica, 3,3%.

Considerados períodos de doze meses, a indústria do Sudeste registrou retração de 2,6% em maio, ante 0,9% em fevereiro. Destacaram-se os recuos de 10% no setor de veículos automotores e de 7,4% na metalurgia básica, contrastando com as elevações respectivas de 17,5% e 6,6% nas indústrias de alimentos e bebidas e de outros equipamentos de transporte.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas na região totalizaram R\$1.120,3 bilhões em maio, ampliando-se 5,7% no trimestre e 20,8% em doze meses. A carteira de pessoas físicas somou R\$442,2 bilhões, com elevações de 7,4% e 28,8%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação, com destaque para o dinamismo das modalidades crédito pessoal e financiamento de veículos. O estoque do segmento pessoas jurídicas, com ênfase para a modalidade capital de giro, atingiu R\$678,1 bilhões, representando variações de 4,6% no trimestre e de 16,1% em doze meses.

A inadimplência das operações de crédito cresceu 0,1 p.p. no trimestre, alcançando 3,3% em maio. A taxa relativa ao segmento de pessoas físicas apresentou elevação de 0,3 p.p. e a de pessoas jurídicas registrou estabilidade no período, situando-se em 5,3% e 2%, respectivamente.

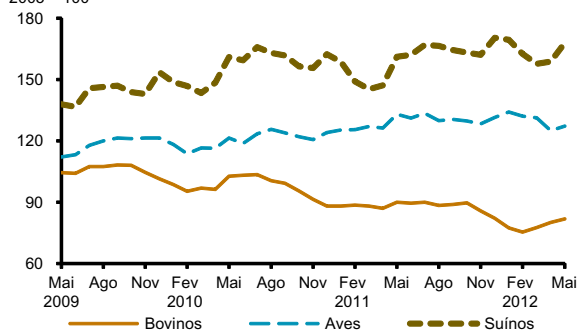
Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a região Sudeste recuaram 28% no período de doze meses finalizado em maio, representando 50% das operações realizadas no país.

A produção de grãos na região Sudeste deverá atingir 19,1 milhões de toneladas em 2012, 11% superior à produção do ano anterior, representando 11,8% da produção nacional, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. A projeção anual incorpora crescimentos de 16,1% na safra de milho, de 2,5% na de soja e de 1,4% na de feijão, contrastando com a retração de 10,2% na produção de arroz. Entre as demais lavouras, estão estimados aumentos para as produções de café, 16,7%, em ciclo bianual de alta produtividade, e de laranja, 0,2%, em oposição ao recuo na de cana de açúcar, 12,8%, em consequência das reduções de 16,6% na área plantada e de 5,5% no rendimento.

Gráfico 4.4 – Abates de animais – Sudeste

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.5 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	67 528	64 123	-5,0	-0,9
Básicos	28 989	26 338	-9,1	-0,6
Industrializados	38 539	37 785	-2,0	-1,2
Semimanufaturados	9 020	8 250	-8,5	-5,8
Manufaturados ^{1/}	29 519	29 536	0,1	0,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.6 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	59 203	59 812	1,0	4,5
Bens de capital	14 807	15 448	4,3	5,6
Matérias-primas	25 357	25 611	1,0	0,4
Bens de consumo	9 693	9 845	1,6	5,0
Duráveis	4 909	4 758	-3,1	-0,4
Não duráveis	4 784	5 088	6,3	13,0
Combustíveis e lubrificantes	9 346	8 907	-4,7	14,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.7 – Evolução do emprego formal – Sudeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011		2012		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	440,1	268,4	118,2	-73,5	330,6
Indústria de transformação	95,6	22,1	-34,8	-36,1	51,2
Comércio	30,8	63,0	107,8	-32,0	23,7
Serviços	149,6	113,9	126,0	28,3	127,1
Construção civil	33,5	35,6	-3,1	9,4	52,7
Agropecuária	119,6	30,4	-82,0	-43,0	62,4
Serviços ind. de utilidade pública	2,1	-1,3	-0,0	-0,0	1,7
Outros ^{2/}	8,9	4,7	4,4	0,0	11,7

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Os abates de bovinos, aves e suínos, realizados em estabelecimentos inspecionados pelo SIF, apresentaram variações respectivas de -11,6%, -1,23% e 9,8% nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2011, de acordo com estatísticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A redução dos abates de bovinos refletiu, em parte, continuidade das restrições de ordem sanitária impostas pelo mercado externo e queda de consumo na área do euro, influenciando o desempenho das exportações regionais, que recuaram 16,4% no período.

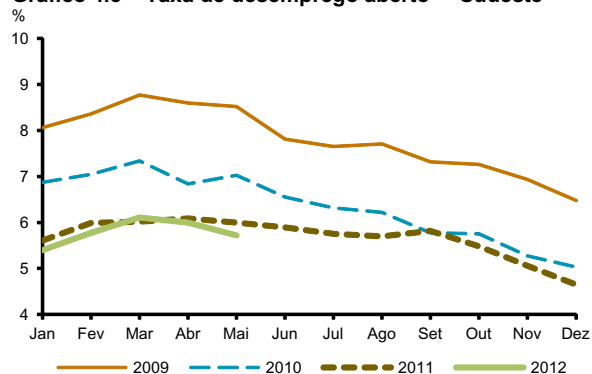
O superávit comercial da região totalizou US\$4,3 bilhões no primeiro semestre de 2012, ante US\$8,3 bilhões em igual período do ano anterior, ocorrendo redução de 5% nas exportações e aumento de 1% nas importações, que atingiram US\$64,1 bilhões e US\$59,8 bilhões, respectivamente.

O comportamento das exportações, decorrente de variações de 1,3% nos preços e de -6% no *quantum*, foi influenciado, especialmente, pelas retrações nas vendas de produtos básicos, 9,1%, e de produtos semimanufaturados, 8,5%. Os principais destinos dos embarques da região foram EUA, China, Argentina, Holanda e Alemanha, que adquiriram, em conjunto, 47,8% das vendas externas da região no período.

A evolução das importações, resultante de variações de 2,3% nos preços e de -1,2% no *quantum*, refletiu, principalmente, os aumentos nas aquisições de bens de consumo não duráveis, 6,3%, e de bens de capital, 4,3%. As importações provenientes dos EUA, da China, da Alemanha, da Argentina, e do Japão somaram 49,1% do total adquirido pelo Sudeste no período.

O mercado de trabalho da região registrou, de acordo com estatísticas do Caged/MTE, a criação de 330,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, ante a eliminação de 73,5 mil naquele finalizado em fevereiro e a criação de 440,1 mil em igual período de 2011. Destacaram-se no período as contratações nos segmentos de serviços, 127,1 mil, agropecuária, 62,4 mil, construção, 52,7 mil, e indústria de transformação, 51,2 mil. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal cresceu 0,5% no trimestre terminado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia aumentado 0,9%.

A taxa média de desemprego do Sudeste, considerada a PME realizada pelo IBGE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP), Rio de Janeiro (RMRJ) e Belo Horizonte

Gráfico 4.5 – Taxa de desemprego aberto – Sudeste

Fonte: IBGE

Tabela 4.8 – IPCA – Sudeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2011	2012		
			Ano	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	6,57	1,32	1,01	4,82
Livres	74,5	6,64	1,42	1,08	5,28
Comercializáveis	33,2	4,55	-0,33	0,69	2,97
Não comercializáveis	41,3	8,38	2,85	1,41	7,23
Monitorados	25,5	6,38	1,07	0,83	3,71
Principais itens					
Alimentação	21,8	7,24	1,30	1,69	7,21
Habitação	15,0	6,74	1,35	1,86	6,48
Artigos de residência	4,3	-0,59	0,09	-0,88	-2,17
Vestuário	5,9	8,38	-0,60	2,78	6,19
Transportes	20,8	6,47	0,93	-1,65	0,48
Saúde	11,4	6,76	1,59	1,92	6,22
Despesas pessoais	10,9	8,16	2,13	3,40	8,90
Educação	4,8	8,25	6,81	0,09	7,37
Comunicação	5,1	1,50	-0,42	0,10	-0,03

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2012.

(RMBH), atingiu 5,9% no trimestre encerrado em maio. A retração de 0,1 p.p. em relação a igual período de 2011 decorreu de elevações de 1,8% no pessoal ocupado e de 1,6% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real cresceram, respectivamente, 5,4% e 7,3%, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média de desemprego atingiu 5,5% no trimestre encerrado em maio, estável ante aquele finalizado em fevereiro.

A inflação na região Sudeste, considerada a média ponderada das variações do IPCA nas RMSP, RMRJ e RMBH, atingiu 1,01% no trimestre encerrado em junho, ante 1,32% naquele finalizado em março. O resultado refletiu a desaceleração dos preços livres, de 1,42% para 1,08%, e dos preços monitorados, de 1,07% para 0,83%.

A evolução dos preços livres repercutiu o impacto mais intenso da desaceleração dos preços dos produtos não comercializáveis, de 2,85% para 1,41%, com destaque para o arrefecimento na evolução do subgrupo serviços, de 2,96% para 1,51%, favorecida pela ausência de reajustes sazonais das mensalidades escolares no trimestre e pelo menor aumento nos preços da alimentação fora do domicílio, com alta de 1,36% ante 2,42% no trimestre anterior. Entre os produtos comercializáveis houve elevação de 0,69% no período, após variação de -0,33% registrada nos três primeiros meses do ano, sobressaindo-se a alta de 2,78% nos preços de vestuário.

A desaceleração dos preços monitorados traduziu, em especial, as ausências das elevações sazonais dos preços das passagens dos ônibus intermunicipais e dos ônibus urbanos, ocorridas no trimestre anterior. O índice de difusão médio, evidenciando maior disseminação dos reajustes de preços na região, aumentou 0,9 p.p., para 56,8%, no trimestre encerrado em junho.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da região variou 4,82% em junho, ante 6,57% em dezembro de 2011, refletindo os efeitos das desacelerações nos preços livres, de 6,64% para 5,28%, e nos preços monitorados, de 6,38% para 3,71%.

O Sudeste manteve ritmo moderado de expansão no trimestre encerrado em maio, refletindo continuidade de crescimento da atividade varejista e os resultados positivos da agropecuária. O ritmo de atividade tende a se intensificar neste semestre, em parte, reflexo das ações de política recentemente implementadas.

Minas Gerais

Gráfico 4.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais

Dados desazonalizados

2002 = 100

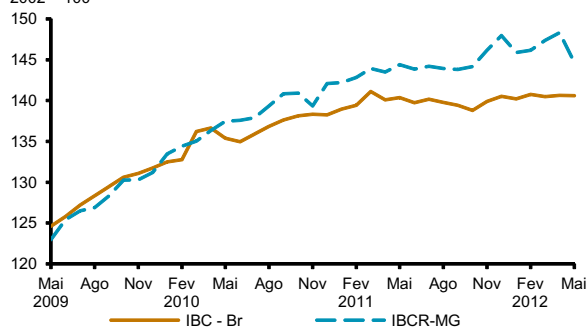


Tabela 4.9 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais

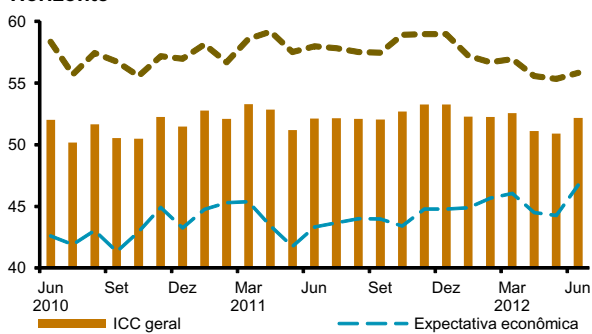
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011 Ano	2012		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	10,0	2,7	0,4	8,4
Combustíveis e lubrificantes	0,0	8,5	-1,8	-0,5
Hiper e supermercados	5,6	2,4	-1,3	5,1
Tecidos, vestuário e calçados	5,8	2,8	1,0	3,6
Móveis e eletrodomésticos	31,1	7,8	3,3	27,8
Comércio ampliado	9,0	2,8	0,9	6,0
Veículos e motos, partes e peças	7,3	1,9	-1,2	1,7
Material de construção	8,8	-0,3	2,0	5,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados

Gráfico 4.7 – Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte



Fonte: Fecomércio Minas e Ipead/UFMG

A economia mineira desacelerou no trimestre encerrado em maio, evidenciando, especialmente, a menor expansão das vendas do comércio, assim como a dinâmica desfavorável das exportações. O IBCR-MG variou 0,1% no trimestre encerrado em maio de 2012, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, período em que crescera 1,4% no mesmo tipo de comparação. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-MG cresceu 3,4% em maio, em relação a igual intervalo em 2011, ante 3,8% registrado em fevereiro deste ano.

A atividade varejista em Minas Gerais cresceu 0,4% no trimestre encerrado em maio, ante 2,7% no trimestre finalizado em fevereiro, segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE. As vendas do segmento de móveis e eletrodomésticos aumentaram 3,3%, ante 7,8% no trimestre anterior, enquanto nos ramos de combustíveis e lubrificantes e hipermercados e supermercados decresceram 1,8% e 1,3%, respectivamente, comparativamente a variações positivas de 8,5% e 2,4% no trimestre anterior. O comércio ampliado, incorporando a queda de 1,2% nas vendas de veículos, motos, partes e peças e o aumento de 2% em material de construção, registrou alta de 0,9% no trimestre, ante elevação de 2,8% no trimestre anterior.

Considerando períodos de doze meses, as vendas varejistas registraram expansão de 8,4% sobre o mesmo período anterior, ante 9% no acumulado até fevereiro, refletindo os crescimentos respectivos de 27,8% e de 5,1% em móveis e eletrodomésticos e em hipermercados e supermercados. No conceito ampliado, as vendas varejistas registraram expansão de 6%, ante 9% em fevereiro, com base nas variações de 1,7% em veículos e 5,9% em material de construção.

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) e pela Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais (Fecomércio Minas), atingiu 52,2 pontos em junho, registrando redução de 0,4 p.p. em relação a março. O indicador relativo à expectativa econômica aumentou 0,7 p.p. no mesmo período, refletindo a melhora na avaliação sobre a situação do país, com destaque para a expectativa sobre a inflação. Por outro lado, o componente de avaliação da expectativa financeira registrou queda de 1,1 p.p., refletindo deterioração na pretensão de compra e nas expectativas sobre disponibilidade de recursos e pontualidade no pagamento.

Tabela 4.10 – Produção industrial – Minas Gerais

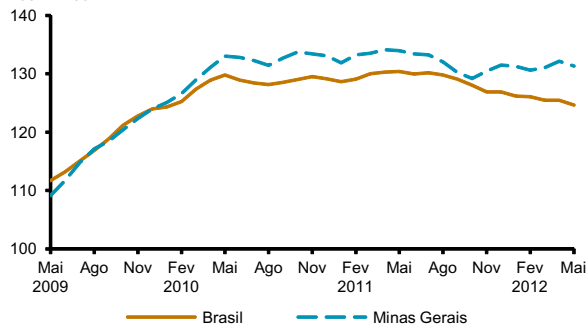
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral		
		2012		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	0,2	0,5	-1,4
Indústria extrativa	15,1	-5,0	2,7	-1,8
Indústria de transformação	84,9	1,8	0,5	-1,3
Metalurgia básica	18,2	-6,0	3,7	-4,5
Alimentos	18,2	0,7	-2,3	0,0
Veículos automotores	16,2	2,2	-3,4	-4,2
Minerais não metálicos	7,0	1,8	-0,2	3,9
Outros produtos químicos	6,3	15,1	-3,2	9,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

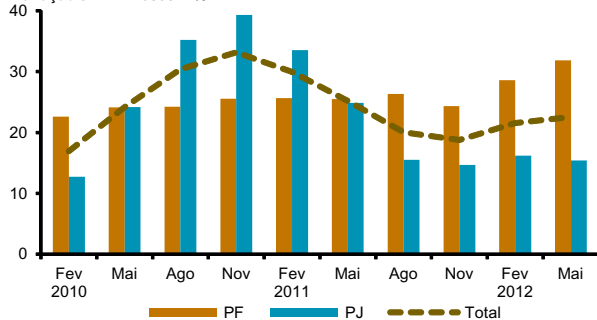
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.8 – Produção industrial – Minas GeraisDados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

Fonte: IBGE

Gráfico 4.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A produção industrial no estado cresceu 0,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando aumentou 0,2%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria extrativa mineral cresceu 2,7% e a de transformação registrou expansão de 0,5%, ressaltando-se as elevações nas atividades de metalurgia básica e refino de petróleo e álcool, de 3,7% e 5,7%, respectivamente, e decréscimos em veículos automotores, 3,4%, e alimentos, 2,3%, influenciado pela menor produção de carnes de bovinos, açúcar cristal, biscoitos e bolachas.

A produção da indústria mineira acumulada em doze meses retraiu 1,4% em maio, em relação a igual período de 2011, comparativamente à queda de 0,9% apurada em fevereiro, na mesma base de comparação. A indústria extrativa recuou 1,8% e a indústria de transformação, 1,3%, destacando-se as quedas nos segmentos de metalurgia básica, 4,5%, e de veículos automotores, 4,2%, parcialmente neutralizadas pelos aumentos de 17,7% nas indústrias de produtos de metal, impulsionadas pela produção de esquadrias de ferro e aço, e de 9,7% nas de outros produtos químicos, com destaque para inseticidas agrícolas.

O Icei/MG, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), alcançou 55,6 pontos em junho, ante 57,4 pontos em março e 57,7 pontos em igual mês do ano anterior. O recuo trimestral refletiu as retrações respectivas de 1,5 ponto e 1,6 ponto assinaladas no Índice de Condições Atuais e no Índice de Expectativas para os próximos seis meses.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Minas Gerais totalizaram R\$186,5 bilhões em maio, aumentando 6,2% no trimestre e 22,5% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas, evidenciando o dinamismo das modalidades de crédito consignado e de financiamentos imobiliários, atingiram R\$87,3 bilhões, elevando-se 8,5% e 31,9% nas mesmas bases de comparação. O crédito concedido ao segmento de pessoas jurídicas somou R\$99,2 bilhões, elevando-se 4,4% no trimestre, com ênfase nas contratações dos setores de construção, de refino de petróleo e comércio atacadista, exceto veículos; e 15,4% em doze meses.

A taxa de inadimplência situou-se em 3,3% em maio, registrando aumentos de 0,1 p.p. no trimestre e de 0,9 p.p. em doze meses.

A safra de grãos do estado deverá atingir 12,1 milhões de toneladas em 2012, aumentando 13% no ano, de

Tabela 4.11 – Produção agrícola – Minas Gerais

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2011	2012	
Grãos	28,3	10 698	12 085	13,0
Feijão	5,5	583	633	8,5
Milho	11,8	6 535	7 707	17,9
Soja	9,4	2 941	3 055	3,9
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	13,1	67 725	72 112	6,5
Café	38,4	1 336	1 571	17,6

Fonte: IBGE

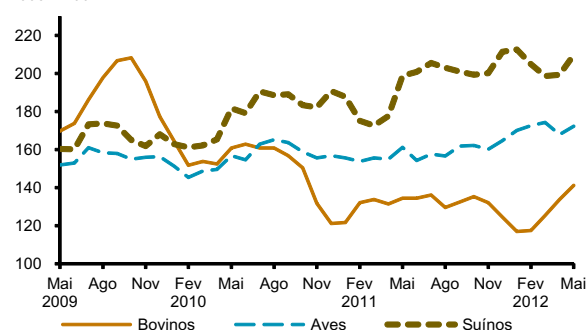
1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

Gráfico 4.10 – Abates de animais – Minas Gerais

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.12 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	18 684	16 211	-13,2	-0,9
Básicos	11 856	9 933	-16,2	-0,6
Industrializados	6 828	6 278	-8,1	-1,2
Semimanufaturados	3 840	3 495	-9,0	-5,8
Manufaturados ^{1/}	2 989	2 783	-6,9	0,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.13 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	5 757	5 596	-2,8	4,6
Bens de capital	1 714	1 730	0,9	5,6
Matérias-primas	2 510	2 494	-0,7	0,4
Bens de consumo	932	1 099	17,8	5,0
Duráveis	783	916	17,1	-0,4
Não duráveis	150	182	21,7	13,1
Combustíveis e lubrificantes	600	273	-54,5	14,6

Fonte: MDIC/Secex

acordo com o LSPA de junho, do IBGE. Esse desempenho reflete, particularmente, a projeção de crescimento de 17,9% para a safra de milho, principal cultura do estado, decorrente de elevações de 8,9% na área plantada e de 8,3% na produtividade. As culturas de feijão e soja deverão registrar acréscimos anuais respectivos de 8,5% e 3,9%, enquanto, em relação às demais culturas, ressaltam-se as perspectivas de crescimento de 17,6% para a safra de café, em ciclo bienal de alta produtividade, e de 6,5% para a relativa à cana-de-açúcar.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), aproximadamente 70% dos realizados no estado, mostraram recuperação no último trimestre, reduzindo a queda do desempenho acumulado no ano para 2,2% em maio, ante 12,9% no primeiro bimestre. Os abates de aves aumentaram 9,6%, e os de suínos, 9% no acumulado do ano. O preço médio da arroba do boi gordo manteve a tendência de queda, decrescendo 5,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao trimestre anterior, e 8,8% em relação ao mesmo período de 2011.

O superávit comercial de Minas Gerais totalizou US\$10,6 bilhões no primeiro semestre de 2012, decrescendo 17,9% em relação a igual período de 2011. As exportações totalizaram US\$16,2 bilhões e as importações, US\$5,6 bilhões, contraindo-se, respectivamente, 13,2% e 2,8% no período.

O desempenho negativo das exportações, evidenciando quedas de 7,8% nos preços e de 5,9% no *quantum*, refletiu a contração de 16,2% nas vendas de produtos básicos, com ênfase nos decréscimos nas operações relativas a minérios de ferro, 16,3%; café em grão, 24,9%; e farelo de soja, 39,6%. Os embarques de produtos semimanufaturados diminuíram 9%, com destaque para a retração nas vendas de ferro-ligas, 16%, e de ferro fundido bruto e ferro *spiegel*, 41,3%; e os associados a manufaturados, 6,9%, com ênfase nas quedas de 51,8% nas vendas de automóveis de passageiros e de 41,6% nas de fio-máquina e barras de ferro ou aço. China, EUA, Japão, Holanda, Argentina e Alemanha adquiriram, em conjunto, 63% das exportações do estado no primeiro semestre.

A retração das importações traduziu a queda de 4,7% no *quantum* e atenuada pelo aumento de 2% nos preços, com destaque para o recuo nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, 54,5%, fortemente influenciada pela contração de 59,2% nas compras de hulha betuminosa, insumo das

indústrias siderúrgica e metalúrgica. Os desembarques de matérias-primas e produtos intermediários reduziram-se 0,7% no período, com destaque para a contração de 20,7% nas compras de acessórios de equipamentos de transporte. Em sentido contrário, as aquisições de bens de consumo elevaram-se 17,8%, concentradas em veículos de passageiros, enquanto as de bens de capital 0,9%, ressaltando-se as entradas de equipamentos móvel e fixo de transporte. As importações de mercadorias procedentes dos EUA, China, Argentina, Alemanha, Itália e México representaram, em conjunto, 67% das importações do estado no semestre.

Tabela 4.14 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais
Novos postos de trabalho

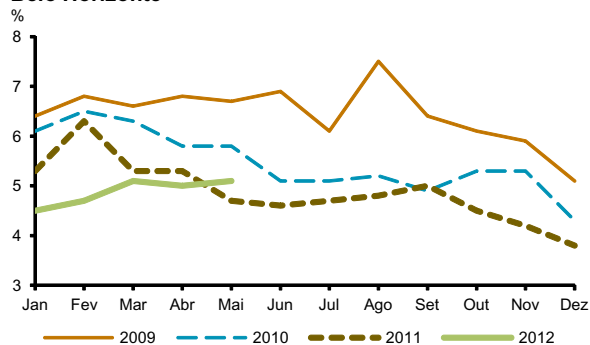
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil)				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	104,9	52,2	16,6	-13,9	84,2
Indústria de transformação	18,6	6,6	2,0	-10,0	7,7
Comércio	5,1	8,3	27,4	-3,6	6,5
Serviços	25,2	21,4	29,6	10,5	25,6
Construção civil	8,9	9,3	-3,4	-5,1	16,9
Agropecuária	44,5	4,9	-40,3	-6,9	26,5
Indústria extrativa mineral	1,6	1,4	1,1	0,8	0,6
Outros ^{1/}	1,1	0,2	0,1	0,4	0,4

Fonte: MTE

1/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outros.

De acordo com os dados do Caged/MTE, o mercado de trabalho formal do estado registrou 84,2 mil novos empregos no trimestre encerrado em maio, implicando redução de 19,7% ante mesmo período de 2011. A agropecuária gerou o maior número de empregos, 26,5 mil, porém com decréscimo de 40,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, seguindo-se pelo setor de serviços, com 25,6 mil postos, desempenho 1,8% superior ao de 2011. A construção civil registrou a maior expansão relativamente ao mesmo período de 2011, 90,5%, tendo contratado 16,9 mil novos trabalhadores; a indústria de transformação absorveu 7,7 mil novos empregados no período, 58,7% que em igual trimestre do ano anterior, e o comércio criou 6,5 mil novas vagas, registrando crescimento de 27% na mesma base de comparação.

Gráfico 4.11 – Taxa de desemprego aberto – Belo Horizonte



Fonte: IBGE

A taxa de desemprego média do trimestre encerrado em maio, na RMBH, situou-se em 5,1%, mesma taxa registrada em igual trimestre em 2011, segundo a PME do IBGE, visto que a PEA e o número de ocupados cresceram na mesma proporção, 3,1%. A massa salarial real expandiu-se 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo crescimentos de 9,7% no rendimento médio real e de 3,2% na população ocupada remunerada.

O IPCA da RMBH variou 1,27% no trimestre finalizado em junho, ante a 1,65% naquele encerrado em março. Esse resultado refletiu desaceleração no segmento de preços livres, cuja taxa passou de 1,87% para 1,20%, influenciada principalmente pela menor elevação nos preços de não comercializáveis no período, 1,28% contra 3,37% no trimestre anterior, com destaque para as quedas de 7,39% nos preços de automóvel usado e de 8,56% nos preços de frutas. No grupo de bens comercializáveis, os preços aumentaram 1,10% no trimestre, ante 0,23% no trimestre anterior, com ênfase para as elevações nos preços de cigarros, 20,40%, móvel para quarto, 6,33%, e pão francês, 3,51%. Entre os preços dos itens monitorados, observou-se

aceleração, passando de 0,95% para 1,54%, influenciada pelas elevações de taxa de água e esgoto, 10,73%, energia elétrica residencial, 3,22%, e gás de botijão, 3,75%. O índice de difusão alcançou 56,1% no trimestre terminado em junho, recuando frente aos 57,1% registrado em março.

Tabela 4.15 – IPCA – Belo Horizonte

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011		2012	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,16	1,26	1,65	1,27
Livres	75,8	1,30	1,47	1,87	1,20
Comercializáveis	36,1	1,14	0,95	0,23	1,10
Não comercializáveis	39,8	1,44	1,91	3,37	1,28
Monitorados	24,2	0,86	0,80	0,95	1,54
Principais itens					
Alimentos e bebidas	20,8	1,15	2,67	1,73	0,90
Habitação	15,5	1,53	0,89	1,37	3,41
Artigos de residência	5,3	0,46	-1,85	-0,10	0,37
Vestuário	6,7	1,42	2,33	-0,58	2,16
Transportes	20,3	1,30	0,58	1,36	-1,24
Saúde	10,8	1,51	1,34	1,13	1,57
Despesas pessoais	11,4	1,29	1,43	3,86	4,73
Educação	4,4	0,66	-0,01	7,44	0,12
Comunicação	4,8	-0,20	0,53	-0,22	-0,78

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2012.

Considerando períodos de doze meses, a inflação na RMBH atingiu 5,45% em junho, ante 5,63% em março de 2011, com aceleração nos preços livres, de 5,70% para 5,97%, e desaceleração nos preços monitorados, de 5,30% para 4,22%. Dentre os preços livres, a variação nos preços dos itens comercializáveis atingiu 3,47% em junho, ante 3,42% em março, com destaque para as altas de café moído, 22,93%, cigarros, 20,40%, e carnes, 4,15%. No grupo de itens não comercializáveis houve avanço de 7,77% para 8,24%, com altas mais significativas em passagem aérea, 36,2%, aluguel residencial, 14,56%, e empregado doméstico, 13,81%. No segmento de monitorados, destacaram-se as maiores variações dos itens taxa de água e esgoto, 10,73%, ônibus urbano, 8,17%, e plano de saúde, 7,63%. A desaceleração no índice desse segmento está relacionada principalmente ao comportamento dos preços de gasolina e telefone fixo.

A moderação no crescimento da atividade econômica no estado refletiu, sobretudo, os resultados da indústria, associados em parte à menor demanda externa. A manutenção da robustez na evolução dos indicadores do mercado de trabalho, em particular os crescimento de emprego e renda, o desempenho positivo do setor agrícola no estado e os efeitos das ações de política recentemente implementadas tendem a impulsionar o desempenho da economia mineira nos próximos meses.

Rio de Janeiro

Gráfico 4.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados

2002 = 100

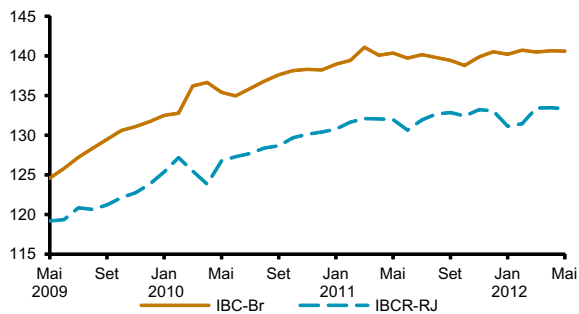


Tabela 4.16 – Índice de vendas no varejo – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011	2012		
			Fev ^{1/}	Mai ^{1/}
Comércio varejista	6,8	0,5	1,0	4,3
Combustíveis e lubrificantes	-0,1	4,6	7,8	3,2
Hiper e supermercados	2,7	-1,2	0,8	0,8
Tecidos, vestuário e calçados	6,4	-0,1	-0,7	2,9
Móveis e eletrodomésticos	19,3	4,4	0,5	15,7
Comércio ampliado	6,6	0,7	0,4	3,2
Veículos e motos, partes e peças	4,2	1,5	-6,3	-1,0
Material de construção	17,2	1,1	3,2	9,0

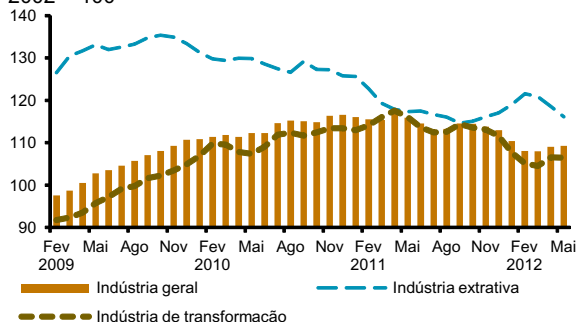
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.13 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

A economia fluminense recuperou-se no trimestre encerrado em maio, como reflexo, principalmente, da retomada da atividade industrial. O comércio registrou expansão no período acompanhando o desempenho do crédito e do mercado de trabalho. Nesse contexto, o IBCR-RJ aumentou 1,1% nos três meses finalizados em maio, ante o trimestre precedente, quando havia recuado 0,7%, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador registrou variação de 2,1% em maio, em relação ao período equivalente do ano anterior, comparativamente aos 2,8% observados em fevereiro.

As vendas do comércio varejista cresceram 1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando aumentaram 0,5%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se, no período, as elevações nas vendas de combustíveis e lubrificantes, 7,8%, outros artigos de uso pessoal e doméstico, 1,9%, e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 0,8%. Incluídas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, -6,3%, e de material de construção, 3,2%, o comércio ampliado cresceu 0,4% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista do estado expandiu 4,3% em maio, em relação a igual período de 2011, e o comércio ampliado, 3,2%, ante elevações respectivas de 5,5% e 4,2% em fevereiro. O Índice de Expectativas do Consumidor do estado, divulgado pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), permaneceu estável em junho, em relação a igual mês do ano anterior.

A produção industrial fluminense cresceu 1,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, avanço em parte explicado por componentes estatísticos em virtude do fraco desempenho do trimestre anterior, período em que recuara 5%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria extrativa, impactada pela redução da extração petrolífera, decresceu 4,5%, e a de transformação, evidenciando elevações nas atividades metalúrgica, 1,9%; veículos automotores, 4,6%; e refino de petróleo e álcool, 7,2%, cresceu 1,1% no trimestre. Considerados intervalos de doze meses, a indústria do estado recuou 3,9% em maio, ante queda de 1,8% em fevereiro, registrando-se variações de -3,7% na indústria de transformação e de -4,9% na extrativa.

Tabela 4.17 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

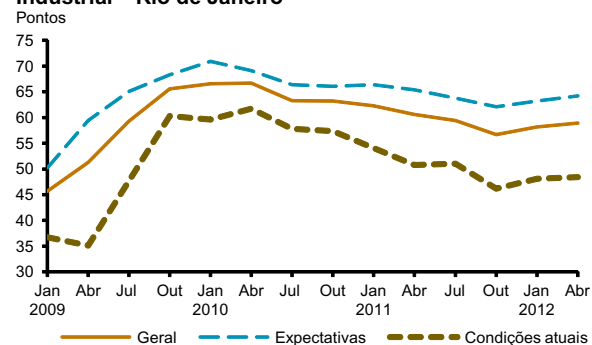
Setores	Pesos ^{1/} 2012	Variação % no período		
		Fev ^{2/}		Ac. 12 meses
		Mai ^{2/}		
Indústria geral	100,0	-5,0	1,1	-3,9
Indústria extrativa	18,1	4,6	-4,5	-4,9
Indústria de transformação	81,9	-7,1	1,3	-3,7
Refino de petróleo e álcool	13,6	-8,8	7,2	-4,5
Metalurgia básica	11,6	-8,5	1,9	3,8
Veículos automotores	10,1	-34,0	4,6	-5,1
Bebidas	7,0	-5,0	-1,9	-6,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

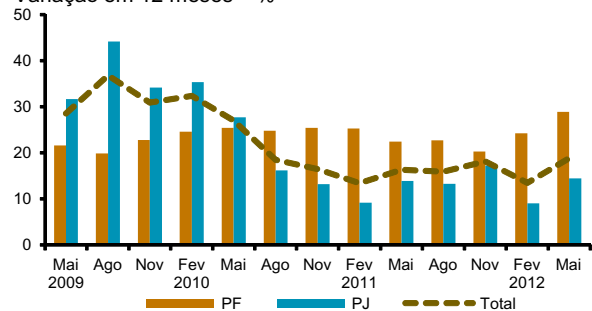
Gráfico 4.14 – Índice de Confiança do Empresário Industrial – Rio de Janeiro



Fonte: Firjan

Gráfico 4.15 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio de Janeiro^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.18 – Produção agrícola – Rio de Janeiro

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2011	2012 ^{2/}	
Grãos				
Feijão	1,0	3,8	3,4	-11,4
Milho	1,1	18,3	16,1	-12,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	27,2	5 138	5 805	13,0
Tomate	21,5	196	196	0,0
Banana	9,5	152	154	1,0
Mandioca	8,9	229	302	31,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

Os indicadores industriais da Federação das Indústrias do Estado de Rio de Janeiro (Firjan), excetuando-se o avanço de 0,3% no relativo ao número de pessoal ocupado, apresentaram queda generalizada no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, considerando dados dessazonalizados. As vendas reais recuaram 7,6%, a massa salarial, 0,5%, e as horas trabalhadas, 2,9%. O Nuci atingiu 81,8% no trimestre finalizado em maio, ante 82,4% naquele encerrado em fevereiro, situando-se em patamar 1,6 p.p. superior à média da série histórica.

O Icei, divulgado pela Firjan, atingiu 58,9 pontos em abril, segundo avanço trimestral consecutivo, ante 58,2 pontos em janeiro e 60,6 pontos em igual período de 2011. A evolução trimestral refletiu as variações respectivas de +0,3 pontos e de +1 ponto registradas nos componentes condições atuais e expectativas.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil totalizou R\$243,1 bilhões em maio, dos quais R\$78,9 bilhões no segmento de pessoas físicas e R\$164,3 bilhões no de pessoas jurídicas, expandindo 6,5% no trimestre e 18,8% em doze meses. A evolução trimestral refletiu os acréscimos de 8% no segmento de pessoas físicas e 5,8% no relativo a pessoas jurídicas, enquanto a expansão em doze meses decorreu de aumentos respectivos de 28,9% e 14,5%.

A inadimplência relativa a essas operações de crédito atingiu 2,8% em maio, ante 2,68% em fevereiro, registrando-se expansão de 0,3 p.p. no segmento de pessoas físicas e estabilidade no segmento de pessoas jurídicas.

A produção de cana-de-açúcar, cultura mais importante do estado, deverá avançar 13% em 2012, de acordo com o LSPA de junho, resultado decorrente dos incrementos de 12,2% na área colhida e 0,7% na produtividade. Dentre as demais culturas, estão projetadas elevações de 31,6% e 1% para a produção de mandioca e banana, respectivamente, e queda de 12,1% na produção de milho.

A balança comercial do estado acumulou superávit de US\$4,8 bilhões no primeiro semestre de 2012, ante US\$5,6 bilhões em igual período de 2011, de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$14,5 bilhões e as importações, US\$9,7 bilhões, registrando recuo de 0,1% e crescimento de 8,4%, respectivamente. As vendas e as compras externas de óleos brutos de petróleo, representando, na ordem, 65,8% e 19,2% dos respectivos fluxos totais, cresceram 3,3% e 6,2% no período e proporcionaram superávit de US\$7,7 bilhões, contrastando com o déficit de

Tabela 4.19 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	14 531	14 521	-0,1	-0,9
Básicos	9 259	9 651	4,2	-0,6
Industrializados	5 272	4 870	-7,6	-1,2
Semimanufaturados	1 065	1 166	9,5	-5,8
Manufaturados ^{1/}	4 207	3 704	-12,0	0,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.20 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	8 928	9 675	8,4	4,6
Bens de capital	1 437	1 836	27,8	5,6
Matérias-primas	2 956	3 024	2,3	0,4
Bens de consumo	1 550	1 452	-6,3	5,0
Duráveis	771	722	-6,4	-0,4
Não duráveis	779	730	-6,3	13,1
Combustíveis e lubrificantes	2 985	3 363	12,7	14,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 4.21 – Evolução do emprego formal –**Rio de Janeiro**

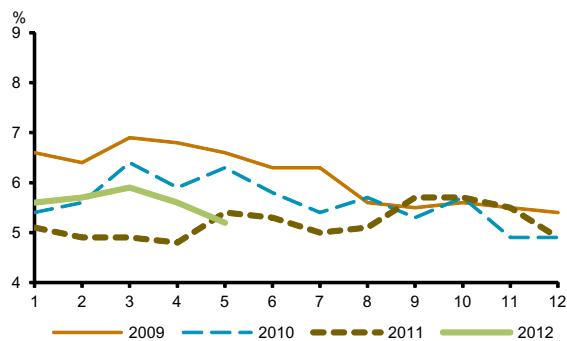
Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011		2012		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	47,2	50,6	62,0	2,8	42,6
Indústria de transformação	4,6	4,7	5,7	0,0	4,9
Comércio	5,0	7,9	24,5	-11,9	3,0
Serviços	24,0	21,1	27,6	7,0	18,6
Construção civil	10,5	12,4	4,1	10,4	12,9
Agropecuária	1,4	3,7	-1,0	-3,4	2,2
Serviços ind. utilidade pública	0,7	-0,3	0,6	0,3	0,9
Outros ^{2/}	0,9	1,1	0,5	0,5	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.16 – Taxa de desemprego aberto – Rio de Janeiro

Fonte: IBGE

US\$2,9 bilhões resultante das demais transações comerciais do estado.

O recuo das exportações decorreu do aumento de 8,5% nos preços e queda de 6,6% no *quantum*, ressaltando-se a redução de 12% nas vendas de produtos manufaturados. Os principais destinos das exportações do estado foram EUA, China e Índia, respondendo por 55,4% dos embarques realizados no semestre.

O crescimento das importações decorreu de aumentos de 4,8% nos preços e de 3,2% no *quantum*, destacando-se as elevações nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, 12,7%, e de bens de capital, 27,8%. As importações provenientes dos EUA, Arábia Saudita e China representaram, em conjunto, 41,6% das compras do estado no semestre.

A economia fluminense gerou, de acordo com o Caged/MTE, 42,6 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em maio, ante 2,8 mil naquele finalizado em fevereiro e 47,2 mil em igual período de 2011, resultado influenciado pela criação de 18,6 mil vagas no setor de serviços e 12,9 mil no de construção civil. Considerando dados dessazonalizados, o nível de emprego formal do estado cresceu 1,1% no trimestre encerrado em maio em relação ao finalizado em fevereiro.

A taxa média de desemprego na RMRJ atingiu, de acordo com a PME do IBGE, 5,6% no trimestre encerrado em maio, ante 5% em igual período de 2011, evolução decorrente de crescimentos de 2,5% na população ocupada e 3,1% na PEA. O rendimento médio habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas aumentou 1,4%, enquanto a massa de rendimento elevou-se 4% no período. A análise na margem, a partir de dados dessazonalizados, revelou que a taxa de desemprego caiu 0,2 p.p. em relação ao trimestre finalizado em fevereiro.

O IPCA da RMRJ variou 1,11% no trimestre encerrado em junho, ante variação de 2,02% no primeiro trimestre do ano, traduzindo desacelerações nos preços monitorados, de 2,59% para 0,98%, e livres, de 1,80% para 1,17%. A evolução dos preços livres refletiu o comportamento dos preços de bens e serviços não comercializáveis, cuja variação trimestral passou de 3,06% para 1,01%, enquanto os bens comercializáveis registraram variação de 1,42% ante -0,14% no trimestre anterior. Esses foram especialmente pressionados pelo realinhamento dos preços de cigarro em resposta à alteração tributária, e pelos aumentos de vestuário

Tabela 4.22– IPCA – Rio de Janeiro

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011		2012	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,00	1,56	2,02	1,11
Livres	71,4	1,11	1,72	1,80	1,17
Comercializáveis	27,7	1,61	1,45	-0,14	1,42
Não comercializáveis	43,7	0,70	1,94	3,06	1,01
Monitorados	28,6	0,74	1,24	2,59	0,98
Principais itens					
Alimentação	22,1	1,55	2,59	1,64	1,61
Habitação	16,6	1,13	2,52	2,11	1,89
Artigos de residência	3,9	2,41	-0,73	0,13	-0,03
Vestuário	5,1	1,58	2,57	-0,20	1,49
Transportes	18,8	0,44	0,77	3,40	-0,60
Saúde	11,8	0,94	1,17	1,61	2,32
Despesas pessoais	10,9	0,63	1,94	1,87	2,15
Educação	4,9	0,56	0,08	6,54	0,08
Comunicação	5,9	-0,02	0,26	-0,35	-0,36

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2012.

e de leite e derivados. O índice de difusão situou-se em 57,8% no segundo trimestre, ante 57,5% naquele finalizado em março.

Considerados períodos de doze meses, os preços na RMRJ mostraram variações gradativamente menores, acumulando 5,81% em junho, ante 6,27% em março. Os preços monitorados desaceleraram de 6,59% para 5,66%, e os livres, de 6,16% para 5,92%, combinação dos recuos dos bens comercializáveis, de 4,64% para 4,40%, e não comercializáveis, de 7,04% para 6,86%. Não obstante, a RMRJ registrou a maior inflação no período entre as regiões pesquisadas, repercutindo, principalmente, o comportamento dos grupos transportes e habitação, com destaque para os itens transporte público, energia elétrica e aluguel e taxas.

A retomada da atividade econômica do estado deve continuar nos próximos meses em resposta ao conjunto de medidas de política econômica adotadas – redução das taxas de juros, desoneração tributária de setores industriais selecionados, redução da tributação sobre linhas de bens de consumo. Apesar do ambiente externo de incertezas, o cenário de manutenção dessa conjuntura doméstica, associada à continuidade da expansão do crédito, ao vigor no mercado de trabalho e à concretização de investimentos previstos devem favorecer a trajetória de expansão da economia do estado.

São Paulo

Gráfico 4.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo

Dados dessazonalizados
2002 = 100

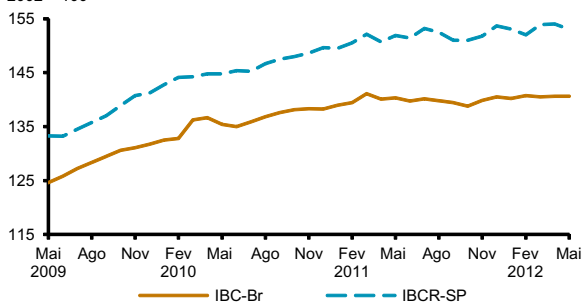


Tabela 4.23 – Comércio varejista – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011 Ano	2012		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	5,9	3,9	1,8	7,5
Combustíveis e lubrificantes	0,6	-1,5	0,7	-2,5
Hiper e supermercados	4,2	6,0	3,7	8,0
Tecidos, vestuário e calçados	3,5	1,3	0,9	-0,2
Móveis e eletrodomésticos	13,8	1,2	1,7	11,4
Comércio ampliado	5,8	3,5	1,7	6,0
Automóveis e motocicletas	5,5	2,1	0,1	2,8
Material de construção	6,3	11,1	-3,9	9,1

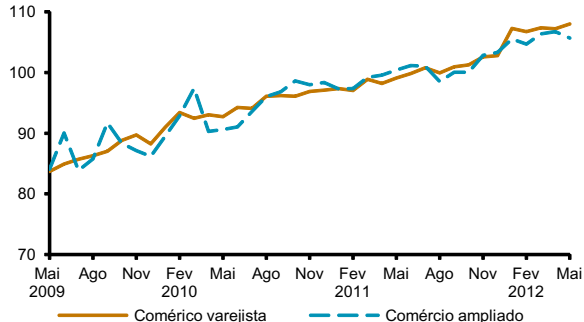
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.18 – Comércio varejista – São Paulo

Dados dessazonalizados

2011 = 100

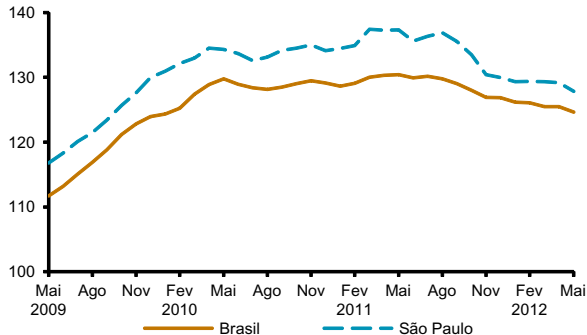


Fonte: IBGE

Gráfico 4.19 – Produção industrial – São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

A expansão da atividade econômica em São Paulo mostrou moderação no trimestre encerrado em maio, repercutindo o arrefecimento nas vendas do comércio varejista e a retração da produção industrial. Nesse cenário, o IBCR-SP cresceu 0,5% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando aumentara 1,1%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses confirma o menor dinamismo, com elevação de 2,5% em maio, ante 3,4% em fevereiro.

As vendas varejistas aumentaram 1,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando cresceram 3,9%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE, com ênfase na expansão de 3,7% no segmento hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. O comércio ampliado, evidenciando a queda de 3,9% nas vendas de materiais de construção e a alta de 0,1% nas relativas a veículos, motos, partes e peças, cresceu 1,7%, ante 3,5% no trimestre encerrado em fevereiro.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas do estado aumentaram 7,5% em maio, em relação a igual período de 2011, ante 6,6% em fevereiro, ressaltando-se as elevações nos setores móveis e eletrodomésticos, 11,4%, e hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 8%. O comércio ampliado, refletindo os aumentos respectivos de 9,1% e 2,8% nas vendas de materiais de construção e de veículos, motos, partes e peças, expandiu-se 6% nesta base de comparação.

A produção da indústria paulista caiu 1,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 0,8%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Ocorreram recuos em doze dos vinte setores considerados na pesquisa, ressaltando-se os registrados nas indústrias de produtos de metal, 8,2%; e de alimentos, 6,2%. Em oposição, ocorreram expansões respectivas de 7,4% e 6,2% nas indústrias de vestuário e acessórios e de outros equipamentos de transporte.

A análise em doze meses revela que a indústria do estado decresceu 2,8% em maio, em relação ao período correspondente de 2011, após recuo de 1% em fevereiro, na mesma base de comparação. Ressaltem-se, no período, a retração de 13,5% na produção de veículos automotores e de 4,6% na de outros produtos químicos, e

Tabela 4.24 – Produção industrial – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos ^{1/} 2012	2012		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,8	-1,2	-2,8
Veículos automotores	14,1	-11,8	1,9	-13,5
Máquinas e equipamentos	9,4	1,0	-2,5	-0,6
Outros produtos químicos	8,1	0,4	-2,4	-4,6
Farmacêutica	7,8	-5,6	0,1	3,9
Alimentos	7,3	4,8	-6,2	0,4
Refino de petróleo e álcool	6,5	5,3	-3,5	4,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

as expansões respectivas de 6,6% e 4% nas indústrias de outros equipamentos de transporte e de refino de petróleo e álcool.

De acordo com estatísticas dessazonalizadas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as vendas reais do setor decresceram 0,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando haviam decrescido 1%, nesse tipo de análise. As horas trabalhadas na produção assinalaram variações respectivas de -0,4% e -0,1%, e o Nuci recuou de 81,8%, em fevereiro, para 80,4%, em maio.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), medido pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), recuou 0,5% no trimestre encerrado em junho, em relação ao finalizado em março, reflexo de quedas de 0,4% no componente associado às expectativas e de 0,6% naquele que avalia as condições econômicas atuais. O ICC cresceu 5,2% em relação a igual trimestre de 2011, resultado de variações respectivas de 4,6% e 5,7% nos componentes considerados.

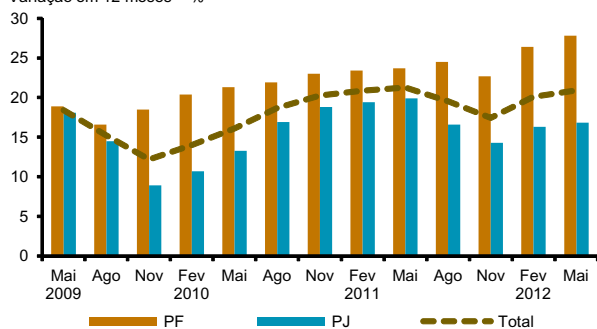
O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado de São Paulo atingiu R\$655,4 bilhões em maio, elevando-se 5,3% no trimestre e 20,9% em doze meses. O estoque relativo ao segmento de pessoas físicas totalizou R\$259,8 bilhões, com aumentos, na ordem, de 6,8% e 27,8% nos períodos mencionados, com ênfase para o dinamismo das modalidades de crédito pessoal e financiamento de veículos. A carteira relativa ao segmento de pessoas jurídicas somou R\$395,6 bilhões, elevando-se 4,4% no trimestre e 16,8% em doze meses, com destaque para o desempenho das operações de capital de giro.

A inadimplência das operações de crédito em São Paulo situou-se em 3,5% em maio. O aumento trimestral de 0,1 p.p. refletiu variação de 0,3 p.p. no indicador do segmento de pessoas físicas e estabilidade no de pessoas jurídicas, atingindo 5,2% e 2,4%, respectivamente.

A safra de grãos do estado para 2012 está estimada em 6,9 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de junho do IBGE. A expectativa de aumento de 8,2% em relação à produção de 2011 reflete, em especial, projeção de expansão para a colheita do milho, 13,6%, resultado da elevação de 1,4% na área plantada e de 12% no rendimento médio, influenciada pelo prognóstico de crescimento de 46,8% na segunda safra, decorrente de condições climáticas favoráveis. Adicionalmente, projetam-se reduções anuais de

Gráfico 4.20 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 4.25 – Produção agrícola – São Paulo

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2011	2012	
Produção de grãos		6 375	6 898	8,2
Arroz (em casca)	0,2	81	82	2,0
Feijão	1,3	277	239	-13,5
Milho	4,9	4 001	4 544	13,6
Soja	3,3	1 505	1 501	-0,3
Outras lavouras selecionadas				
Café	3,9	199	276	38,8
Cana-de-açúcar	55,6	406 484	329 287	-19,0
Laranja	16,6	15 330	15 330	0,0

Fonte: IBGE

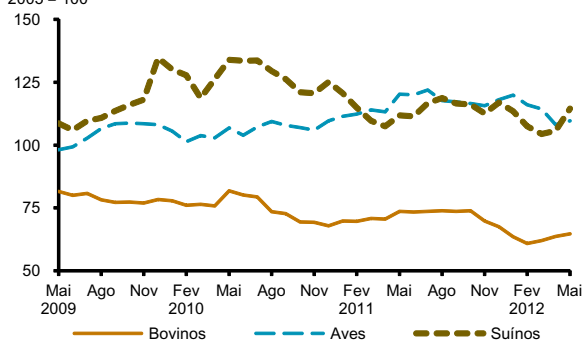
1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

Gráfico 4.21 – Abates de animais – São Paulo

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 4.26 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	27 090	27 161	0,3	-0,9
Básicos	2 552	2 476	-3,0	-0,6
Industrializados	24 537	24 685	0,6	-1,2
Semimanufaturados	3 029	2 600	-14,2	-5,8
Manufaturados ^{1/}	21 508	22 085	2,7	0,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 4.27 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	39 653	40 154	1,3	4,5
Bens de capital	10 365	10 643	2,7	5,6
Matérias-primas	18 467	18 619	0,8	0,4
Bens de consumo	5 712	5 934	3,9	5,0
Duráveis	2 215	2 189	-1,2	-0,4
Não duráveis	3 497	3 745	7,1	13,0
Combustíveis e lubrificantes	5 109	4 957	-3,0	14,6

Fonte: MDIC/Secex

13,5% e 0,3%, respectivamente, para as culturas de feijão e soja, e crescimento de 2% para a de arroz. Com relação às demais lavouras selecionadas, destaquem-se as estimativas de expansão de 38,8% na produção de café, em ciclo bianual de alta produtividade, e recuo de 19% na relativa à cana-de-açúcar, devido à redução de 20,4% na área plantada.

Os abates de bovinos, suínos e aves, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, apresentaram decréscimos respectivos de 13,4%, 0,7% e 5,2%, nos cinco primeiros meses do ano, em comparação a igual período de 2011, segundo o Mapa. A evolução do abate de bovinos refletiu a menor oferta de boi gordo, influenciada pelo baixo rendimento das pastagens, e um cenário de retração das exportações e do consumo interno.

A balança comercial de São Paulo registrou déficit de US\$13 bilhões no primeiro semestre do ano, 3,4% superior ao registrado em igual período de 2011. As exportações aumentaram 0,3% e as importações, 1,3%, totalizando, na ordem, US\$27,2 bilhões e US\$40,2 bilhões.

O comportamento das exportações, decorrente de variações de 4,9% nos preços e de -4,4% no *quantum*, refletiu, em especial, a elevação de 2,7% nas vendas de produtos manufaturados. Argentina, EUA, China, México e Holanda absorveram, em conjunto, 40,2% das vendas externas do estado no semestre.

O crescimento das importações, evidenciando variações de 2,5% nos preços e de -1,1% no *quantum*, foi estimulado, sobretudo, pelos aumentos respectivos de 7,1% e 2,7% nas compras de bens de consumo não duráveis e de bens de capital. As aquisições provenientes dos EUA, da China, da Alemanha, do Japão e da Coreia do Sul representaram, em conjunto, 50,7% do total adquirido pelo estado no semestre.

A economia de São Paulo criou, de acordo com o Caged/MTE, 185,2 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, ante a eliminação de 60 mil naquele finalizado em fevereiro e a criação de 266,9 mil em igual período de 2011. Foram registradas 79,1 mil contratações líquidas em serviços, 35,8 mil na indústria de transformação, 25,2 mil na agropecuária e 20,5 mil na construção civil. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal cresceu 0,3% no trimestre terminado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando se elevou 0,9%.

Tabela 4.28 – Evolução do emprego formal – São Paulo

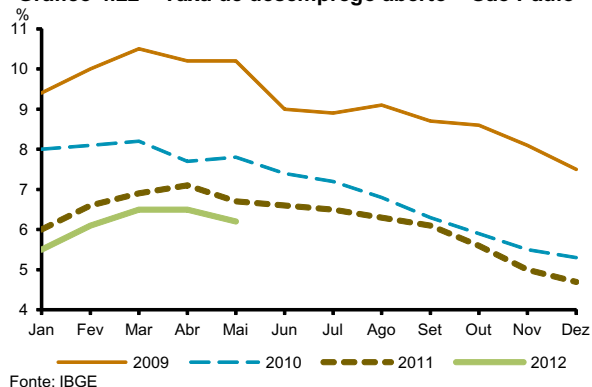
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	266,9	163,5	30,1	-60,0	185,2
Indústria de transformação	69,9	8,4	-43,1	-23,6	35,8
Comércio	20,3	44,9	49,8	-15,3	13,7
Serviços	96,0	67,8	63,5	8,7	79,1
Construção civil	12,0	11,8	-3,2	4,1	20,5
Agropecuária	62,1	30,0	-38,6	-31,8	25,2
Serviços ind. de utilidade pública	1,3	-0,9	-0,6	-0,6	0,9
Outros ^{2/}	5,3	1,6	2,4	-1,5	10,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 4.22 – Taxa de desemprego aberto – São Paulo

Fonte: IBGE

Tabela 4.29 – IPCA – São Paulo

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2011	2012		12 meses
		Ano	I Tri	II Tri	
IPCA	100,0	6,49	0,93	0,88	4,21
Livres	75,2	6,58	1,10	1,00	4,78
Comercializáveis	34,2	4,46	-0,58	0,26	2,23
Não comercializáveis	41,0	8,29	2,55	1,61	6,99
Monitorados	24,8	6,21	0,43	0,51	2,59
Principais itens					
Alimentação	22,0	6,98	1,01	1,99	7,27
Habitação	14,3	5,85	1,04	1,30	5,59
Artigos de residência	4,0	-1,23	0,14	-1,66	-4,12
Vestuário	6,0	9,13	-0,77	3,51	6,69
Transportes	21,8	6,13	-0,19	-2,20	-1,40
Saúde	11,5	6,89	1,74	1,88	6,46
Despesas pessoais	10,6	8,98	1,61	3,41	8,71
Educação	4,9	8,96	6,68	0,09	7,08
Comunicação	4,9	1,37	-0,52	0,59	0,37

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2012.

A taxa de desemprego da RMSP, divulgada pela PME do IBGE, atingiu 6,4% no trimestre encerrado em maio, ante 6,9% em igual período de 2011, refletindo aumentos de 1% no pessoal ocupado e de 0,4% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real aumentaram 6,7% e 7,7%, respectivamente, no período considerado. A análise na margem, a partir de dados dessazonalizados, revelou que a taxa de desemprego atingiu 5,8% no trimestre finalizado em maio, ante 5,7% naquele encerrado em fevereiro.

O IPCA da RMSP variou 0,88% no trimestre encerrado em junho, ante 0,93% naquele finalizado em março, resultado da desaceleração nos preços livres, de 1,10% para 1,00%, e da aceleração nos preços monitorados, de 0,43% para 0,51%.

O desempenho dos preços livres refletiu, em especial, a menor alta dos preços de produtos não comercializáveis 1,61% ante 2,55% no trimestre anterior, motivada pela ausência de reajustes nas mensalidades escolares. Entre os produtos comercializáveis houve aumento de 0,26%, após queda de 0,58% no trimestre anterior, devido principalmente à alta de 3,51% dos preços de vestuário. No âmbito dos monitorados, a aceleração foi favorecida pelo movimento dos preços de produtos farmacêuticos, que passaram de 1,49% para 2,14%, no período analisado. O índice de difusão médio, evidenciando maior disseminação dos reajustes de preços na RMSP, subiu 1,9 p.p. no trimestre, atingindo 55,7%.

O IPCA da RMSP variou 4,21% no intervalo de doze meses encerrado em junho, ante 4,68% em março, evolução decorrente de desacelerações nos preços livres, de 5,09% para 4,78%, e nos preços monitorados, de 3,56% para 2,59%.

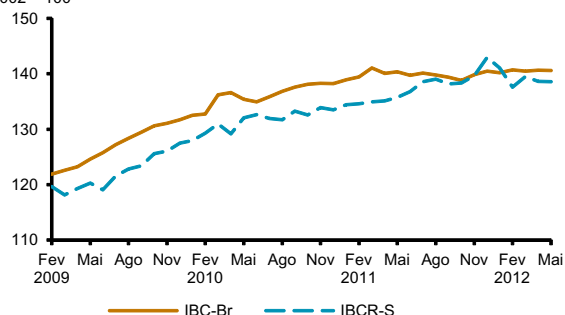
A atividade econômica em São Paulo apresentou sinais mais evidentes de moderação na margem, tendo o comércio varejista, principal componente de sustentação do crescimento do estado no período recente, registrado perda de dinamismo. O cenário econômico internacional e o desempenho desfavorável da indústria de transformação repercutiram negativamente sobre o ânimo e as decisões econômicas de consumidores e empresários. Nos próximos meses, os efeitos de ações de política recentemente implementadas tendem a acelerar o ritmo de crescimento da economia do estado.

Região Sul

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

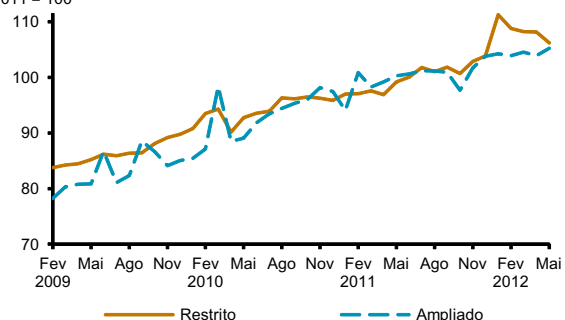
Dados dessazonalizados

2002 = 100

**Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul**

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2011	2011	2012	
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	6,4	6,1	-0,4	8,8
Combustíveis e lubrificantes	0,6	-1,2	1,6	0,7
Hiper e supermercados	4,2	9,7	-2,3	9,0
Tecidos, vestuário e calçados	4,5	-0,6	3,9	3,6
Móveis e eletrodomésticos	14,3	5,3	-0,1	13,1
Comércio varejista ampliado	7,5	3,9	0,5	5,5
Automóveis e motocicletas	7,9	1,8	-2,2	0,3
Material de construção	14,6	4,2	1,9	8,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A trajetória da atividade econômica do Sul nos últimos meses refletiu o desempenho negativo da produção industrial e as perdas da safra de grãos, bem como o menor dinamismo do comércio varejista. Nesse cenário, o IBCR-S recuou 1,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia aumentado 1,3%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Apesar do desempenho desfavorável na margem, considerados intervalos de doze meses, o indicador elevou-se 4,4% em maio, ante 4,2% registrado em fevereiro de 2012.

As vendas do comércio varejistas contraíram 0,4% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando haviam crescido 6,1%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Seis das oito atividades consideradas na pesquisa registraram recuos, com destaque para o observado no segmento hiper e supermercados, de 2,3%. Por outro lado, o comércio ampliado registrou aumento de 0,5%, resultado, principalmente, da expansão de 1,9% nas vendas de materiais de construção. De fato, houve declínio de 2,2% das vendas de automóveis e motocicletas no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, a atividade varejista cresceu 8,8% em maio, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante 7,6% em fevereiro. Com exceção do segmento de livros, jornais, revistas e papelaria, as demais atividades assinalaram expansão, destacando-se o comércio alimentício, crescimento de 8,8% em doze meses até maio, ante 6,6% até fevereiro. Na mesma base de comparação, o comércio ampliado registrou incremento de 5,5%, reflexo das elevações de 8,8% nas vendas de materiais de construção e de 0,3% em automóveis e motocicletas.

Os dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) também evidenciaram menor dinamismo do setor. No trimestre março a maio, houve queda de 2,7% das vendas de automóveis e de

Tabela 5.2 – Produção industrial – Sul

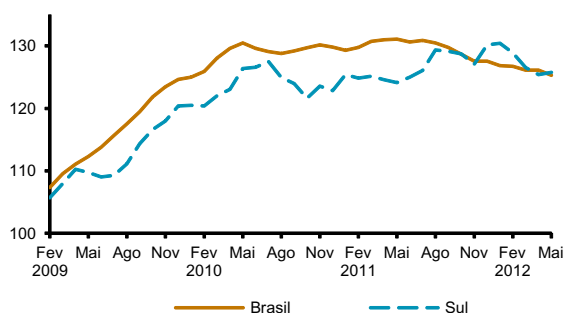
Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2012		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	1,4	-2,4	3,0
Alimentos	19,2	-0,8	-4,7	-1,6
Veículos automotores	13,6	-19,0	5,4	9,2
Máquinas e equipamentos	11,7	16,7	0,0	6,3
Refino de petróleo e álcool	7,5	-0,5	2,1	9,9
Celulose, papel e prod. de papel	6,9	2,0	-2,6	0,9
Outros produtos químicos	5,7	3,7	0,2	0,1
Edição, imp. e reproduç. gravações	4,5	46,9	-13,4	26,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação das atividades na indústria conforme a PIM-PF/IBGE de maio.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.3 – Produção industrialDados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

Fonte: IBGE

comerciais leves, se comparadas às de igual período de 2011, e de 5,2%, ante o trimestre imediatamente anterior, conforme dados dessazonalizados.

Nessas mesmas bases, segundo a Serasa *Experian*, a demanda dos consumidores por crédito diminuiu 6,8% na comparação interanual e 2% considerada a média móvel de doze meses, em relação ao trimestre anterior.

O Índice Nacional de Confiança (INC) relativo à região Sul, divulgado pela ACSP, atingiu 180 pontos em junho, ante 183 pontos em março deste ano e 190 pontos em junho de 2011. Apesar do declínio, os consumidores da região mantiveram-se relativamente otimistas, visto que, em âmbito nacional, o indicador atingiu 157 pontos.

Quanto às avaliações empresariais, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), elaborado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), registrou melhora nas expectativas, na comparação entre junho de 2011 e 2012, 120,5 e 124,4 pontos, respectivamente. Na margem, entretanto, houve declínio na avaliação, com a redução de três pontos, relativamente ao indicador de março.

A produção industrial da região recuou 2,4% no trimestre encerrado em maio, após elevação de 1,4% no trimestre até fevereiro, quando comparados com o período anterior, conforme dados da PIM-PF Regional do IBGE, agregados e dessazonalizados pelo Banco Central. Registraram-se resultados negativos em dez das dezenove atividades pesquisadas, incluindo alimentos, 4,7%, que detém a maior participação na composição do produto, seguindo-se edição, impressão e reprodução de gravações, 13,4%. Comparando períodos de doze meses finalizados em maio de 2012 e de 2011, a indústria da região cresceu 3%, ante 1,7% em fevereiro, enquanto em âmbito nacional foram registradas contrações de 1% e 1,8%, respectivamente.

O pessoal ocupado e a folha real de pagamentos assinalaram crescimento, na ordem, de 1,4% e de 0,9%, no trimestre encerrado em maio, ante o findo em fevereiro, enquanto as horas trabalhadas na indústria do Sul declinaram 0,9% na mesma base, conforme dados sem o efeito sazonal, da Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário (Pimes) do IBGE. Nas comparações interanuais, houve elevação de 1,7% e de 5,2% no pessoal ocupado e na folha real de pagamentos, e declínio de 0,4% nas horas trabalhadas.

A produtividade da indústria da região Sul, compreendida como a relação entre a produção física e

o número de horas pagas, dados do IBGE, recuou 1,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando se elevava 1,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. Comparando períodos de doze meses finalizados em maio de 2012 e 2011, o indicador registrou crescimento de 3,2%.

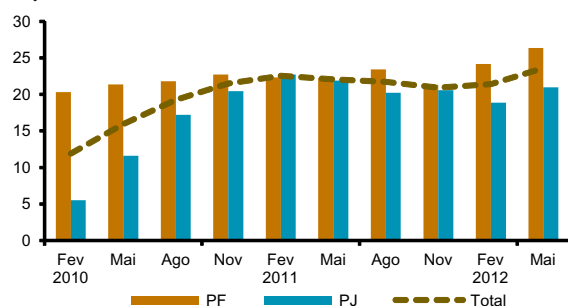
O Icei, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), alcançou 54,8 pontos na região Sul e 56,1 pontos em nível nacional no mês de junho. No caso da região, houve recuo de 1 ponto em relação a maio deste ano e avanço de 0,2 ponto comparativamente a junho de 2011.

Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), dessazonalizados pelo Banco Central, as vendas de cimento na região registraram queda de 1,6% no trimestre terminado em junho de 2012, comparativamente a igual período anterior, quando haviam declinado 0,8%, no mesmo tipo de análise. Em doze meses encerrados em junho, as vendas aumentaram 7,9% na região e 8,1% no país, resultados que indicam moderação da atividade do setor, haja vista os percentuais respectivos de 8,8% e de 9% registrados em março, na mesma base de comparação.

O nível de utilização da capacidade instalada da região¹ declinou 1,3 p.p., a partir de série com ajuste sazonal, no trimestre encerrado em maio. Comparando a média dos últimos doze meses finalizados em maio em relação a igual período do ano anterior, houve recuo de 0,7 p.p.

Gráfico 5.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no Sul atingiu R\$373,1 bilhões em maio, aumentando 6,1% no trimestre e 23,6% em doze meses. As operações direcionadas às pessoas físicas somaram R\$178,5 bilhões, crescendo 6,7% e 26,3%, respectivamente, nestas bases de comparação, destacando-se a evolução das modalidades de crédito pessoal com consignação em folha de pagamento, financiamentos imobiliários e financiamentos de veículos. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$194,6 bilhões, elevando-se 5,6% no trimestre e 21% em doze meses, com ênfase no crescimento das operações direcionadas ao comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas; geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás; e indústria de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto.

A taxa de inadimplência das operações de crédito alcançou 3,2% em maio, ante 3,1% em fevereiro, refletindo elevações de 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de

1/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção da região, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE.

Tabela 5.3 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2012/2011
		Produção ^{2/}		
		2011	2012	
Grãos	65,9	67 842	57 188	-15,7
Soja	33,2	28 570	17 962	-37,1
Milho	13,8	21 870	23 476	7,4
Arroz (em casca)	10,1	10 111	8 999	-11,0
Trigo	5,2	5 399	5 002	-7,4
Outras lavouras				
Fumo	10,0	931	779	-16,4
Cana-de-açúcar	4,4	50 653	52 886	4,4
Mandioca	5,0	5 991	5 491	-8,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

Tabela 5.4 – Preços médios pagos ao produtor – Sul

Em R\$ por saca

Produtos	Variação % no período		
	2012		
	Mês ^{1/} (Jun)	Trimestre ^{2/} (Abr-Jun)	Acumulado no ano ^{3/}
Soja	4,9	23,7	15,8
Arroz (em casca)	2,5	6,0	26,8
Feijão	-9,0	12,9	99,5
Milho	-2,9	-8,8	-3,7
Trigo	0,3	4,4	-4,6

Fontes: Emater/RS e Seab/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até junho.

Tabela 5.5 – Indicadores da pecuária – Sul

Maio de 2012

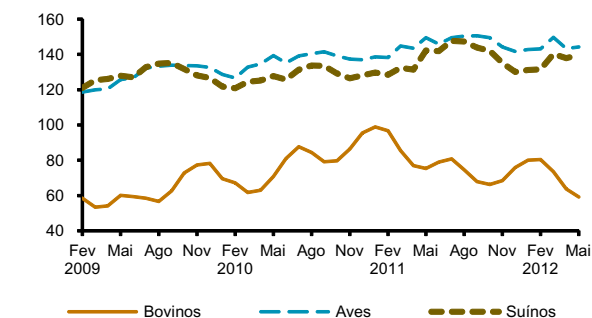
Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	-20,1	-41,5	-0,3
Suíños	2,3	-2,2	-7,4
Aves	-0,4	7,8	-4,6

Fonte: Mapa, Emater/RS, Iepe, Seab/PR e MDIC

Gráfico 5.5 – Abates de animais – Sul

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

0,2 p.p. no de pessoas jurídicas, com taxas respectivas de 4,1% e 2,4%.

A safra de grãos da região deverá totalizar 57,2 milhões de toneladas em 2012, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, representando 36,3% da produção nacional. Essa projeção contempla decréscimo anual de 15,7% e reflete, em grande parte, as estimativas de reduções para as produções de soja, 37,1%; feijão, 19,6%; arroz, 11%; e trigo, 7,4%, devido aos efeitos da estiagem que afetou a região desde os últimos meses de 2011. Cabe destacar que a previsão de crescimento para a segunda safra de milho, 63,2%, está impactando a projeção de acréscimo de 7,4% na produção total do grão. Dentre as demais culturas, a safra de fumo deverá decrescer 16,4%.

As cotações médias do feijão, arroz e soja apresentaram incremento no primeiro semestre do ano, em relação a igual período de 2011, enquanto as do milho e trigo recuaram, de acordo com estatísticas da Associação Riograndense de Empreendimentos e de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) e da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab/PR). Na margem, houve aumento das cotações médias, em relação ao trimestre encerrado em março, com exceção do milho, cujo preço caiu 8,8%.

Os abates de bovinos, suínos e aves, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, registraram variações respectivas de -20,1%, 2,3% e -0,4% nos primeiros cinco meses do ano, em relação a igual período de 2011, conforme estatísticas do Mapa, enquanto suas cotações assinalaram declínio generalizado, na ordem, de 0,3%, 7,4% e 4,6%, de acordo com a Emater/RS, o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Iepe) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Seab/PR. Considerada a mesma base de comparação, as quantidades exportadas dos itens mencionados registraram variações respectivas de -41,5%, -2,2% e 7,8%, com as vendas externas de bovinos impactadas pelas restrições impostas pela Rússia aos produtos brasileiros.

A balança comercial da região Sul registrou déficit de US\$1,7 bilhão no primeiro semestre de 2012, ante US\$1,1 bilhão no mesmo período do ano anterior, de acordo com o MDIC. As exportações, refletindo variações de -1% no quantum e de 1,5% nos preços, variaram 0,5%, para US\$21,9 bilhões, enquanto a expansão de 3,1% das importações, que somaram US\$23,6 bilhões, decorreu de variações de -5,8% na quantidade e de 9,4% nos preços.

Tabela 5.6 – Exportação por fator agregado – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	21 811	21 924	0,5	-0,9
Básicos	10 431	10 580	1,4	-0,6
Industrializados	11 380	11 344	-0,3	-1,7
Semimanufaturados	1 943	1 732	-10,8	-5,8
Manufaturados ^{1/}	9 437	9 612	1,8	-0,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.7 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	22 900	23 605	3,1	4,6
Bens de capital	3 951	4 229	7,1	5,6
Matérias-primas	12 098	12 135	0,3	0,4
Bens de consumo	3 832	4 207	9,8	5,0
Duráveis	2 313	2 448	5,8	-0,4
Não duráveis	1 519	1 759	15,8	13,1
Combustíveis e lubrificantes	3 019	3 034	0,5	14,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.8 – Evolução do emprego formal – Sul
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	108,1	60,6	101,8	1,5	94,4
Indústria de transformação	42,3	6,0	4,1	-11,2	34,4
Comércio	19,6	15,6	46,5	-9,5	17,8
Serviços	39,6	28,6	38,1	22,4	36,0
Construção civil	11,9	9,4	4,6	0,5	11,6
Agropecuária	-8,3	-0,9	7,4	0,4	-8,2
Serviços ind. de utilidade pública	0,5	0,7	0,7	0,1	0,5
Outros ^{2/}	2,4	1,2	0,4	-1,2	2,3

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

As vendas de produtos básicos aumentaram 1,4%, representando 48,3% do total exportado, com destaque para as expansões nas relativas à soja, 12,8%, e fumo, 14,4%, e para a redução nas vendas de carnes, 6,4%. Os embarques de produtos manufaturados, 43,8% do total, aumentaram 1,8% no semestre, com ênfase no acréscimo de automóveis de passageiros, 51,8%, e de bombas e compressores, 26,4%, e na redução de polímeros de etileno, 8,2%. Houve recuo de 10,8% nas vendas dos semimanufaturados, 7,9% do total, sensibilizado especialmente pelas retrações nas referentes a açúcar de cana, 26,5%, e couros e peles, 13%. China, Argentina e EUA adquiriram, em conjunto, 33,7% das vendas externas da região no semestre.

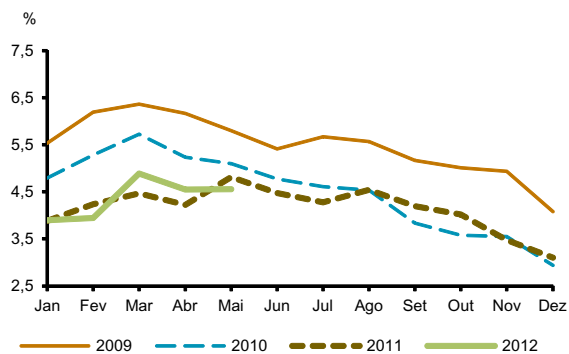
As aquisições de matérias-primas e produtos intermediários, representando 51,4% das compras externas da região, variaram 0,3% no período, com destaque para o aumento de 18,9% nas relativas a partes e peças para veículos e redução de 20,9% nas de catodos de cobre. As importações de bens de consumo, bens de capital, e combustíveis e lubrificantes, correspondendo, respectivamente, a 17,8%, 17,9% e 12,9% da pauta da região, experimentaram elevações de 9,8%, 7,1% e 0,5%, na ordem, salientando-se o incremento em veículos de carga, 40,7%. Os produtos provenientes da China, Argentina e Nigéria representaram, em conjunto, 41,3% das importações do Sul no semestre.

Na região Sul, foram criados 94,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, ante 108,1 mil em igual período do ano anterior, de acordo com o Caged/MTE. Destaque-se a geração de vagas no setor de serviços, 36 mil, sendo 9,7 mil em administração de imóveis, serviços técnicos e profissionais, e na indústria de transformação, 34,4 mil, destas, 8,8 mil na indústria da borracha, fumo e couro. Por outro lado, a agropecuária eliminou 8,2 mil postos, principalmente na produção de lavouras permanentes. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego da região cresceu 1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando aumentara 0,9% nesta mesma base de comparação, destacando-se o aumento de 1,8% na construção civil.

A taxa de desocupação da região Sul^{2/} alcançou 4,6% em maio, ante 3,9% em fevereiro e 4,8% em maio de 2011. A retração do índice na comparação anual refletiu as variações de 0,8% na PEA e de 1,1% na população ocupada.

2/ Calculada com base na taxa de desocupação das regiões metropolitanas de Porto Alegre, conforme a PME do IBGE, e de Curitiba, de acordo com a PME do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES).

Gráfico 5.6 – Taxa de desocupação – Sul



Fonte: IBGE e IPARDES

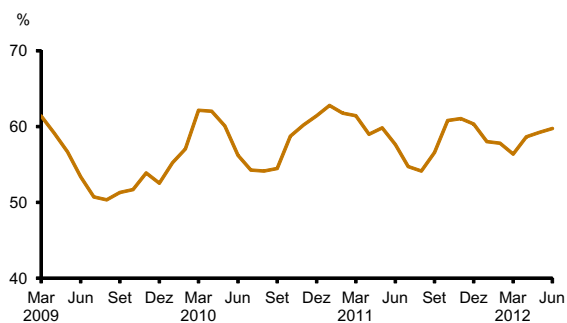
Tabela 5.9 – IPCA – Sul

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011		2012	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,07	1,54	0,90	1,26
Livres	76,3	1,05	1,61	0,99	1,39
Comercializáveis	37,8	0,36	1,39	0,01	1,15
Não comercializáveis	38,5	1,67	1,80	1,97	1,61
Monitorados	23,7	1,13	1,35	0,61	0,87
Principais itens					
Alimentação	23,1	1,02	2,60	1,08	2,24
Habituação	14,9	1,03	2,02	1,95	1,91
Artigos de residência	4,7	-0,22	-1,58	-0,61	0,22
Vestuário	7,3	-0,02	2,21	-0,88	3,00
Transportes	20,5	1,52	1,12	-0,10	-2,04
Saúde	11,3	1,72	1,30	0,87	2,44
Despesas pessoais	9,9	1,46	1,54	1,68	3,64
Educação	3,8	0,95	0,24	6,21	-0,25
Comunicação	4,5	0,00	0,88	-0,12	0,67

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2012.

Gráfico 5.7 – IPCA – Índice de difusão – Sul
Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

A variação do IPCA da região Sul³ alcançou 1,26% no trimestre finalizado em junho, ante 0,90% naquele encerrado em março, resultado das acelerações nos preços livres, de 0,99% para 1,39%, e nos preços monitorados, de 0,61% para 0,87%, essa decorrente, sobretudo, do aumento nos preços dos produtos farmacêuticos, 3,49%, cujo impacto foi em parte neutralizado pela queda de 1,71% nos preços da gasolina.

A evolução dos preços livres refletiu a variação mais acentuada nos preços de bens comercializáveis, de 0,01% para 1,15%, destacando-se as elevações assinaladas em vestuário, 3%, e cigarros, 20,23%, e, em sentido inverso, o recuo de 5,65% nos preços de automóvel novo. A variação dos preços dos bens não comercializáveis arrefeceu, de 1,97% para 1,61%, favorecida pela retração nos preços de automóvel usado, que mitigou a variação do IPCA da região em 0,14 p.p., bem como pela ausência de reajustes no item cursos. O índice de difusão, indicando maior disseminação dos reajustes de preços, atingiu 59,7% em junho, ante 56,4% em março.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região Sul acumulou alta de 4,86% em junho, ante 5,26% em março. A desaceleração dos preços livres, de 5,35% para 5,13%, refletiu a menor variação nos preços dos bens não comercializáveis, de 7,56% para 7,24%, associada, especialmente, à queda nos preços de automóvel usado e à menor variação do item alimentação fora do domicílio. Nesse mesmo sentido, a relativa aos bens comercializáveis recuou de 3,03% para 2,95%, suavizada pela retração nos preços de automóvel novo. A variação dos preços monitorados registrou trajetória declinante, de 4,96% para 4,01%, favorecida pela queda nos preços da gasolina.

O ritmo da atividade na região foi sensibilizado pela queda da renda agrícola decorrente, principalmente, da redução da produção em virtude da estiagem desde o final de 2011. Para os próximos trimestres, as perspectivas incorporam relativa superação dos efeitos sobre a renda agrícola, em parte, devido a elevação das cotações em importantes culturas. Some-se a isso os efeitos positivos das ações de política recentemente implementadas. Note-se que iniciativas como a desoneração da folha de pagamento, a isenção de IPI de setores selecionados, entre outras, já repercutem sobre o nível de atividade na margem.

3/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

Paraná

Gráfico 5.8 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná

Dados dessazonalizados

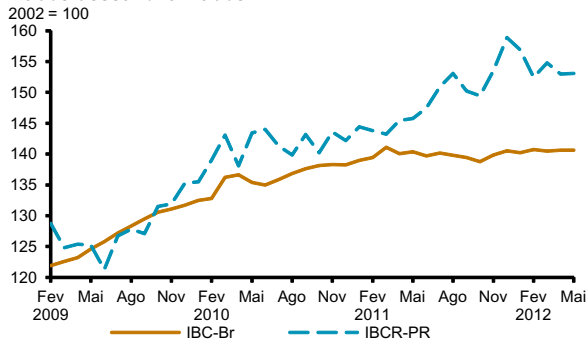


Gráfico 5.9 – Comércio varejista – Paraná

Dados dessazonalizados

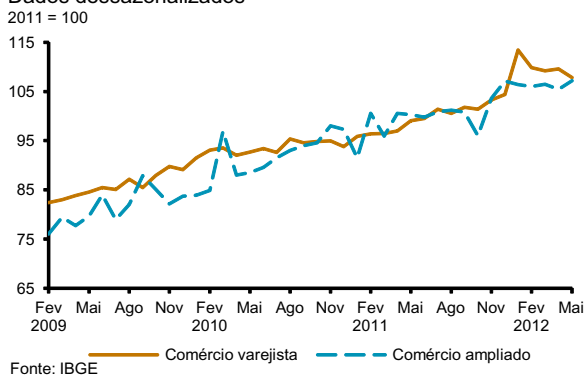


Tabela 5.10 – Índice de vendas no varejo – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011	2012		
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	7,0	6,9	-0,3	10,7
Combustíveis e lubrificantes	-3,9	1,8	2,3	-0,7
Hiper e supermercados	6,0	10,5	-2,8	10,7
Tecidos, vestuário e calçados	-1,8	0,5	4,1	1,9
Móveis e eletrodomésticos	16,9	8,1	-1,1	17,4
Comércio ampliado	8,8	6,4	-0,1	8,3
Automóveis e motocicletas	10,8	4,6	-3,1	4,5
Material de construção	12,1	1,7	1,5	11,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica paranaense registrou desaceleração no trimestre encerrado em maio, consubstanciada nos recuos da produção industrial e das vendas ao varejo, associados ao menor dinamismo no mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-PR recuou 1,6%, ante expansão de 3,3% no trimestre finalizado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-PR elevou-se 7,3% em maio, comparativamente a igual intervalo de 2011, frente a aumento de 5,6% em fevereiro.

As vendas do comércio varejista paranaense recuaram 0,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando cresceram 6,9%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Ocorreram aumentos em quatro dos oito segmentos analisados, ressaltando-se os relativos a artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e perfumaria, 6,9%, e tecidos, vestuário e calçados, 4,1%; e as reduções de 9,8% nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria, e de 4% em equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação. O comércio ampliado, que inclui as vendas de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, variou -0,1%, no período.

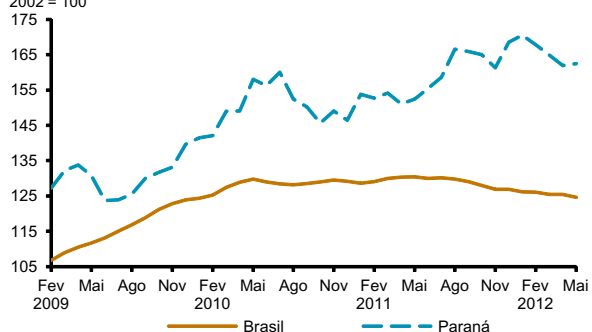
As vendas no varejo acumuladas em doze meses registraram elevação de 10,7% em maio, em relação ao período correspondente de 2011, ante 8,7% em fevereiro, registrando-se resultados positivos em seis segmentos, com ênfase nos relativos a artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 19,9%, e móveis e eletrodomésticos, 17,4%. Na mesma base de comparação, as vendas de veículos, motos, partes e peças e de material de construção elevaram-se, na ordem, 4,5% e 11,1%, contribuindo para que o comércio ampliado registrasse crescimento de 8,3%.

As vendas de veículos novos decresceram 6,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, e 17% ante igual mês de 2011, de acordo com estatísticas da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Estado do Paraná (Fenabrave-PR) e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR).

A produção da indústria paranaense recuou 3,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando expandira 4%, na mesma base de

Gráfico 5.10 – Produção industrial – Paraná

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.11 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	4,0	-3,2	8,8
Veículos automotores	23,3	-18,1	2,3	15,8
Alimentos	17,6	-1,2	-0,7	0,1
Edição e impressão	10,0	52,5	-26,6	33,1
Máquinas e equipamentos	9,4	12,7	-2,2	-3,2
Refino de petróleo e álcool	8,3	-2,7	0,2	16,3
Celulose e papel	8,0	2,3	-3,5	-0,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

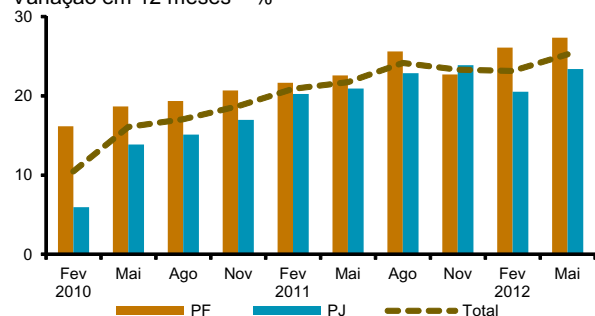
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Sete das catorze atividades pesquisadas registraram resultados negativos, com destaque para edição e impressão, 26,6%, celulose e papel, 3,5%, e máquinas e equipamentos, 2,2%, que reverteram o desempenho positivo observado no trimestre anterior. Ressalte-se, por outro lado, o aumento na produção de veículos automotores, 2,3%, e a recuperação nos segmentos de refino de petróleo e álcool, 0,2%, e de alimentos, -0,7%. Considerados períodos de doze meses, a indústria cresceu 8,8% em maio, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante 5,5% em fevereiro, destacando-se os aumentos nas atividades de edição e impressão, 33,1%, refino de petróleo e álcool, 16,3%, e veículos automotores, 15,8%.

As vendas reais da indústria paranaense cresceram 4,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam recuado 1,1%, em igual tipo de comparação, consideradas as estatísticas da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), após ajuste sazonal. Entre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, destacaram-se as elevações nas vendas de fabricação e montagem de veículos automotores, 43,4%, beneficiadas pela redução do IPI, de produtos de metal exclusive máquinas e equipamentos, 8,3%, e de produtos químicos, 7,3%; e os recuos nas de máquinas e equipamentos, 7,6%, e de artigos de borracha e plásticos, 1,8%. O Nuci atingiu 77,1% em maio, recuando 2,1 p.p. em relação a fevereiro. Considerados períodos de doze meses, as vendas reais da indústria aumentaram 3% em maio, em relação a igual período do ano anterior, com destaque para o crescimento de 14,5% nas relativas a coque, refino de petróleo e produção de álcool, e de 11,5% no segmento de fabricação e montagem de veículos automotores.

Gráfico 5.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$136,5 bilhões em maio, elevando-se 6% no trimestre e 25,3% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas somaram R\$65,9 bilhões, aumentando 6% e 27,3%, respectivamente, com ênfase no dinamismo das modalidades crédito pessoal em consignação e financiamento imobiliário. A carteira das pessoas jurídicas atingiu R\$70,6 bilhões, registrando variações respectivas de 6,1% e 23,4% nos períodos mencionados, ressaltando-se o desempenho dos empréstimos para financiamento de exportações e para capital de giro.

A taxa de inadimplência relativa a essas operações de crédito atingiu 3,4% em maio, variando 0,1 p.p. no

trimestre e 0,7 p.p. em doze meses. A evolução trimestral decorreu de expansões de 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,2 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, nos quais as taxas situaram-se, na ordem, em 4,2% e 2,6%.

Tabela 5.12 – Produção agrícola – Paraná

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2011	2012	
Grãos	72,3	31 821	31 558	-0,8
Feijão	4,7	815	678	-16,8
Milho	17,5	12 442	16 821	35,2
Soja	38,7	15 458	10 891	-29,5
Trigo	7,1	2 428	2 453	1,1
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	8,9	49 272	51 769	5,1
Fumo	4,3	172	151	-11,9
Mandioca	5,4	4 179	3 774	-9,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

A safra de grãos do Paraná, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, deverá recuar 0,8% em 2012, totalizando 31,6 milhões de toneladas, com participação de 19,6% na produção do país. Essa projeção reflete a ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis na safra de verão, com impactos especialmente sobre a lavoura de soja, cuja produção anual contraiu 29,5%, decorrente de reduções de 2,1% na área cultivada e de 28% na produtividade. Para a produção estadual de milho, entretanto, estima-se aumento anual de 35,2%, devendo alcançar 16,8 milhões de toneladas, como resultado da expansão de 19,8% na área cultivada na safra de inverno, em cenário favorável para os preços do cereal. A cultura de trigo registrou redução de 17,2% na área cultivada, motivada por dificuldades na comercialização do produto, porém sua produção deve aumentar 1,1% em 2012.

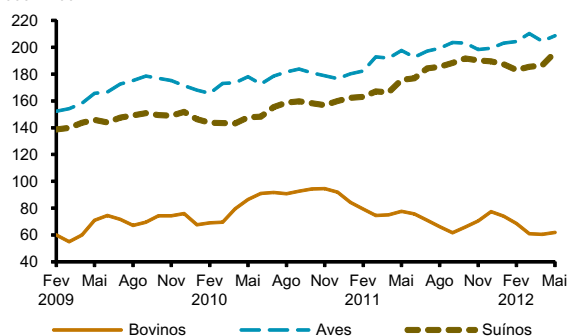
A estimativa da Seab/PR e do Departamento de Economia Rural (Deral) do Estado do Paraná para 2012, divulgada em junho, aponta recuo anual de 1% na produção de grãos do estado, totalizando 31,5 milhões de toneladas, em linha com a projeção do IBGE. Esse resultado reflete o impacto da estiagem sobre a safra de verão, que no estado deverá totalizar 17,8 milhões de toneladas, ante 22,2 milhões de toneladas no período 2010/2011, decorrente, principalmente, de quebras respectivas de 29%, 36% e 6% nas safras de soja, feijão e arroz irrigado. Também nessa estimativa a produção de milho deverá aumentar 62% na segunda safra, reflexo de elevações de 20% na área cultivada e de 31% na produtividade esperada. A produção anual de feijão, apesar da ampliação de 31% na área destinada à segunda safra, motivada por acentuada elevação dos preços do produto, deverá recuar 16,8% no ano, penalizada por queda ocorrida na primeira safra.

O valor bruto da produção agrícola (VBP) no estado, estimado a partir do LSPA de junho e da variação dos preços médios recebidos pelos produtores no primeiro semestre do ano, em relação à igual intervalo de 2011, divulgados pela Seab/PR e Deral, deverá permanecer estável no decorrer de 2012. Esse resultado reflete, em especial, a redução na colheita de soja, produto mais importante na agricultura paranaense, que tende a ser parcialmente compensada pela manutenção dos preços em níveis elevados, e pelo bom desempenho esperado para a safra de milho, cujas cotações seguem favoráveis.

Gráfico 5.12 – Abates de animais – Paraná

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Os abates de bovinos, aves e suínos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, registraram variações respectivas de -17,6%, 6,8% e 11,6% nos cinco primeiros meses de 2012, em relação a igual período do ano anterior. O estado do Paraná contribuiu, no período, respectivamente, com 3,4%, 30,1% e 20,3% dos abates realizados em todo o país. Os preços médios recebidos pelos produtores paranaenses, entretanto, de acordo com a Seab/PR, registraram variações anuais até o mês de maio, de -3,2%, -2,7% e -5,0%, na ordem, para bovinos, aves e suínos.

A balança comercial do estado registrou déficit de US\$676 milhões no primeiro semestre de 2012, ante US\$364 milhões no mesmo período do ano anterior, reflexo de elevações de 7,5% nas exportações e de 10,8% nas importações, que somaram, na ordem, US\$8,8 e US\$9,5 bilhões.

Tabela 5.13 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	8 229	8 844	7,5	-0,9
Básicos	3 999	4 350	8,8	-0,6
Industrializados	4 230	4 494	6,2	-1,7
Semimanufaturados	1 053	923	-12,3	-5,8
Manufaturados ^{1/}	3 177	3 570	12,4	-0,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 5.14 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	8 593	9 520	10,8	4,6
Bens de capital	1 732	1 855	7,1	5,6
Matérias-primas	4 012	4 310	7,4	0,4
Bens de consumo	1 546	1 704	10,2	5,0
Duráveis	1 078	1 195	10,9	-0,4
Não duráveis	468	509	8,6	13,1
Combustíveis e lubrificantes	1 303	1 651	26,7	14,6

Fonte: MDIC/Secex

A evolução das exportações, refletindo variações de 0,5% nos preços e de 6,9% no *quantum*, foi impulsionada, em grande parte, pelos crescimentos de 12,4% nos embarques de produtos manufaturados, em especial automóveis, 39,3%, e de 8,8% nos relativos a produtos básicos, ênfase para soja, 34,1%, o principal produto exportado pelo Paraná. As vendas para China, Argentina, Alemanha, Países Baixos e Arábia Saudita representaram, em conjunto, 46,6% das exportações do estado no semestre.

O crescimento das importações decorreu de elevações de 7,7% no *quantum* e de 2,9% nos preços, com destaque para o aumento de 7,4% nas compras de bens intermediários, impactadas pela expansão de 25,4% na relativa a partes e peças para veículos, seguindo-se a elevação de 7,1% nas aquisições de bens de capital, especialmente veículos de carga, com aumento de 282% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Observou-se, ainda, um aumento significativo nas compras de combustíveis e lubrificantes, 26,7%. As importações provenientes da Nigéria, China, Argentina, Estados Unidos e México corresponderam a 52,4% das compras externas do estado no semestre.

O mercado de trabalho do Paraná registrou, de acordo com o Caged/MTE, a criação de 47,5 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, ante 51,6 mil em igual período de 2011, ressaltando-se as vagas geradas na indústria de transformação, 14 mil, e no setor de serviços, 13,6 mil. O nível de emprego formal elevou-se 0,9% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, considerados dados dessazonalizados. Na Região Metropolitana de

Tabela 5.15 – Evolução do emprego formal – Paraná

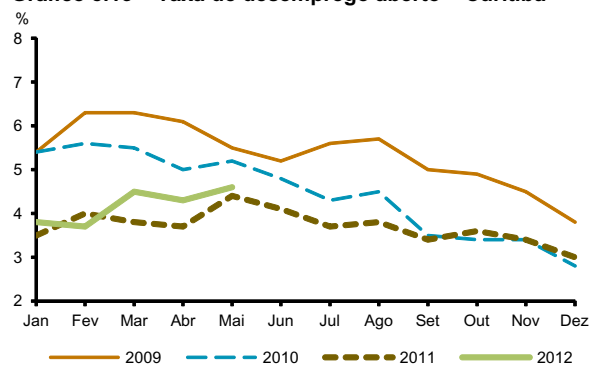
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	51,6	29,9	30,4	-5,5	47,5
Indústria de transformação	15,3	7,5	1,5	-7,3	14,0
Comércio	7,9	6,9	17,0	-2,8	8,5
Serviços	16,5	11,9	12,2	8,1	13,6
Construção civil	5,1	2,8	0,6	0,5	5,1
Agropecuária	6,0	-0,3	-2,0	-4,1	5,3
Serviços ind. de utilidade pública	0,2	0,4	0,5	0,1	0,4
Outros ^{2/}	0,6	0,5	0,5	0,1	0,6

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

Gráfico 5.13 – Taxa de desemprego aberto – Curitiba

Fonte: Iparides/IBGE

Tabela 5.16 – IPCA – RMC

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2011		2012	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,33	1,27	0,81	1,24
Livres	77,3	1,09	1,58	0,88	1,31
Comercializáveis	37,5	0,09	1,08	-0,36	0,90
Não comercializáveis	39,8	1,96	1,99	2,08	1,68
Monitorados	22,7	1,96	0,47	0,58	1,05
Principais itens					
Alimentação	22,2	1,11	3,11	0,96	2,04
Habitação	15,9	1,11	2,08	2,28	2,57
Artigos de residência	4,4	-0,54	-3,10	-2,34	0,89
Vestuário	7,4	-1,55	0,20	-0,46	2,27
Transportes	21,5	2,60	0,49	-0,62	-1,80
Saúde	11,2	1,97	1,07	0,86	2,04
Despesas pessoais	9,6	2,34	1,40	2,42	3,85
Educação	3,3	0,81	0,13	6,50	-0,87
Comunicação	4,4	0,40	0,89	-0,03	0,15

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2012.

Curitiba (RMC) foram gerados 12,7 mil postos de trabalho no trimestre, dos quais 5,8 mil no setor de serviços, 4 mil no comércio, e 1,4 na construção civil.

A taxa de desemprego na RMC, divulgada pela PME elaborada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparides) em convênio com o IBGE, atingiu 4,6% em maio, ante 3,7% em fevereiro, reflexo de expansões de 1,3% na população ocupada e de 2,3% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 4% em maio, elevando-se 0,6 p.p. em relação a fevereiro. O rendimento médio real habitual manteve-se estável no trimestre e cresceu 4% no período de doze meses encerrado em maio.

O IPCA da RMC registrou variação de 1,24% no segundo trimestre de 2012, ante 0,81% naquele finalizado em março, resultado de acelerações, de 0,88% para 1,31%, nos preços livres, e de 0,58% para 1,05% nos monitorados, esses evidenciando, principalmente, os aumentos nos itens taxa de água e esgoto, 11,27%, e plano de saúde, 1,84%, responsáveis por 0,22 p.p. da variação do indicador no período.

A trajetória dos preços livres refletiu a reversão, de -0,36% para 0,90%, nos preços dos itens comercializáveis, impactada pelas elevações nos preços do item cigarro, 21,49%, e dos grupos vestuário, 2,27%, e alimentação e bebidas, 2,04%, que exerceram impacto conjunto de 0,75 p.p. na variação trimestral do IPCA; e a desaceleração, de 2,08% para 1,68%, nos preços dos itens não comercializáveis, com ênfase para os aumentos nos preços de mão-de-obra, 3,90%, conserto de automóvel, 3,65%, empregado doméstico, 3,51%, e refeição, 2,94%, e para as diminuições de 9,30% e 4,11% nos preços de passagem aérea e automóvel usado, respectivamente. O índice de difusão atingiu 56,6% no trimestre encerrado em junho, ante 51% naquele finalizado em março.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMC variou 4,74% em junho, ante 5,09% em março, evolução decorrente das desacelerações, de 5,14% para 4,95%, nos preços livres, e de 4,90% para 4,11% nos preços monitorados. A variação nos preços de serviços, superior à observada para a média nacional, atingiu 8,78% em junho, ante 8,49% em março, recuando, todavia, de 2,87% no primeiro trimestre do ano, para 1,91% no segundo.

A retração da atividade econômica no Paraná observada no trimestre encerrado em maio refletiu, principalmente, o efeito estatístico da elevada base

de comparação do trimestre anterior decorrente do comportamento da produção industrial. Ressalte-se, todavia, que o setor apresentou ainda crescimento expressivo nos primeiros cinco meses do ano, comparativamente à queda observada para a média da indústria no país. O crescimento nas operações de crédito; o baixo desemprego, em situação de rendimento estável; e as expectativas positivas da segunda safra agrícola sustentam perspectivas favoráveis para a economia paranaense nos próximos meses, aliadas às políticas econômicas de estímulo à produção e ao consumo implementadas nos últimos meses.

Rio Grande do Sul

Gráfico 5.14 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

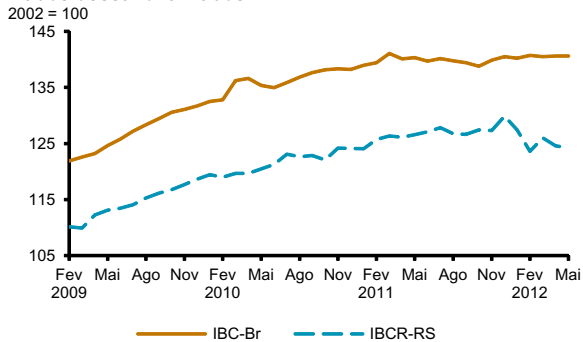
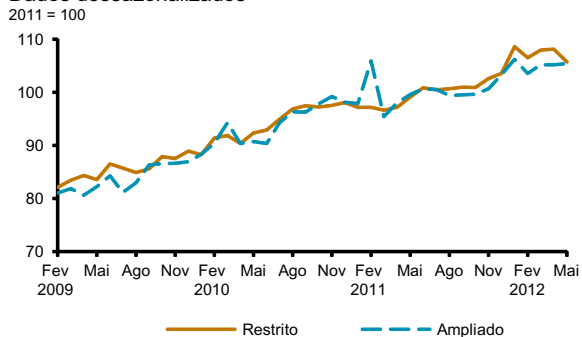


Gráfico 5.15 – Comércio varejista – RS

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.17 – Comércio varejista – RS

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2011	2011		2012
		Fev ^{1/}	Mai ^{1/}	
Comércio varejista	6,1	4,6	1,0	7,4
Combustíveis e lubrificantes	5,6	-2,6	0,4	1,4
Hiper e supermercados	1,4	11,5	-0,2	7,4
Tecidos, vestuário e calçados	10,1	-3,2	6,2	5,9
Móveis e eletrodomésticos	15,3	2,1	2,1	10,5
Comércio varejista ampliado	6,2	4,4	0,9	4,8
Automóveis e motocicletas	3,2	1,0	-0,7	-0,1
Material de construção	19,6	5,5	5,5	5,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A desaceleração presente no desempenho da economia gaúcha ao longo do primeiro semestre de 2012 traduziu, principalmente, o efeito da frustração das colheitas das principais culturas do estado, que repercutiram sobre a renda e o emprego, bem como sobre a produção industrial. Nesse cenário, o IBCR-RS recuou 1,6% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia apresentado queda de 0,1%, nesse tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. A análise em doze meses revelou crescimento de 2,3% em maio, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante expansão de 3,7% em fevereiro de 2012.

O comércio varejista cresceu 1% no trimestre finalizado em maio, relativamente ao findo em fevereiro, quando havia aumentado 4,6% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. A desaceleração no varejo decorreu, especialmente, da estabilidade nas vendas reais de produtos alimentícios, ante alta de 11,3% no trimestre anterior. O comércio ampliado, incorporadas variações respectivas de 5,5% e -0,7% nas vendas de material de construção e de automóveis e motocicletas, aumentou 0,9% no trimestre em análise, ante 4,4% no trimestre anterior.

Considerados intervalos de doze meses, o volume de vendas cresceu 7,4% em maio, em relação a igual período do ano anterior, ante 6,4% em fevereiro, com ênfase em equipamentos para escritório, informática e comunicação, 16,1%, em móveis e eletrodomésticos, 10,5%, e em hiper e supermercados, 7,4%. O comércio ampliado, que incorpora as variações respectivas de 5,6% e -0,1% nas vendas de material de construção e de veículos, cresceu 4,8% no período. Em relação às vendas automotivas, observou-se o primeiro resultado negativo desde dezembro de 2006, considerado desempenho no acumulado em doze meses.

O número de unidades comercializadas de automóveis e comerciais leves apresentou retração de 3,2% no trimestre encerrado em maio, ante o imediatamente anterior, conforme dados dessazonalizados da Fenabreve. Em comparação com igual período de 2011, houve crescimento de 1%.

O Icec, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS (Fecomércio-RS), atingiu 126,9 pontos em junho, evidenciando queda na comparação a março, quando se situou em 130,1 pontos, e maior confiança, em relação a junho de 2011, 120,1 pontos.

No curto prazo, o resultado decorreu da deterioração na avaliação das condições presentes, onde os 98 pontos do indicador evidenciaram a falta de confiança dos empresários no momento econômico atual.

A produção da indústria gaúcha registrou queda de 1,8% no trimestre encerrado em maio de 2012, em relação a igual período finalizado em fevereiro, quando assinalou retração de 0,5%, nesse tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. O desempenho de sete das catorze atividades incluídas na pesquisa foi negativo, ressaltando-se os registrados em alimentos, -10,2%, com peso de 17,1 p.p. na composição do resultado do setor, e fumo, -14,5%, e peso de 5,6 p.p.

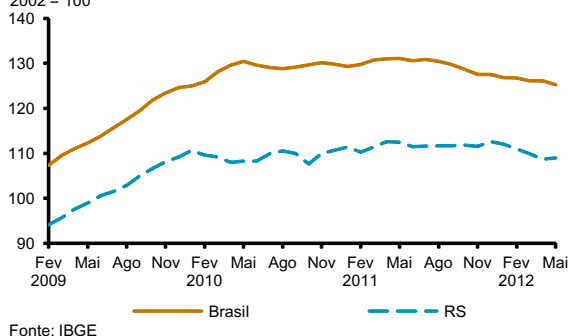
Considerando a produção fabril nos doze meses até maio de 2012 em relação a igual período do ano anterior, observou-se continuidade da tendência de desaceleração, com crescimento de 0,5%, ante 1,7% em fevereiro. Nessa base de comparação, houve avanço da produção em sete das catorze atividades integrantes da pesquisa no estado.

Consistente com os resultados do IBGE, o Índice de Desempenho Industrial (IDI), calculado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), recuou 2,5% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando se expandira 1,7% nessa comparação, considerados dados dessazonalizados. Os principais componentes do indicador tiveram desempenho negativo, principalmente as compras e as vendas industriais, -7% e -6,8%, respectivamente. Conforme a Fiergs, esse comportamento refletiu a existência de estoques elevados e os embargos impostos pela Argentina, principal demandante de produtos industriais exportados pelo estado. No período de doze meses encerrado em maio, o indicador recuou 0,5%, ante elevação de 0,4% em fevereiro.

A produtividade da indústria gaúcha, definida como a relação entre a produção física e o número de horas pagas e calculada a partir dos dados do IBGE, elevou-se 1,3% no trimestre encerrado em maio, comparativamente a igual período anterior, após recuo de 0,4% em fevereiro, nesse tipo de análise, a partir de dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador assinalou expansão de 0,7% em maio, ante 0,6% em fevereiro.

O Icei, mensurado pela Fiergs, registrou 54,4 pontos em junho, declinando 0,8 ponto em relação a março. A redução refletiu as quedas de 0,6 ponto no componente que avalia as condições atuais e de 0,9 ponto no relativo

Gráfico 5.16 – Produção industrial – RS
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 5.18 – Produção industrial – Rio Grande do Sul
Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/} 2012	Variação % no período		
		12 meses		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-0,5	-1,8	0,5
Alimentos	17,1	-0,7	-10,2	-1,1
Máquinas e equipamentos	11,1	17,7	3,1	14,4
Veículos automotores	11,1	-15,6	8,6	-4,0
Refino de petróleo e álcool	10,9	3,3	2,8	4,5
Outros produtos químicos	10,9	1,9	1,8	2,1
Calçados e artigos de couro	7,6	-5,9	13,4	-10,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade conforme a PIM-PF/IBGE de maio.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.19 - Indicadores da produção industrial
Rio Grande do Sul

Discriminação	Variação %		
	2012		
	Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
IDI	1,7	-2,5	-0,5
Compras industriais	0,2	-7,0	-7,1
Vendas industriais	6,9	-6,8	-1,0
Pessoal ocupado	0,9	-2,3	0,4
Horas trabalhadas	3,7	-5,6	0,0
Nuci ^{1/}	84,1	81,7	82,7

Fonte: Fiergs

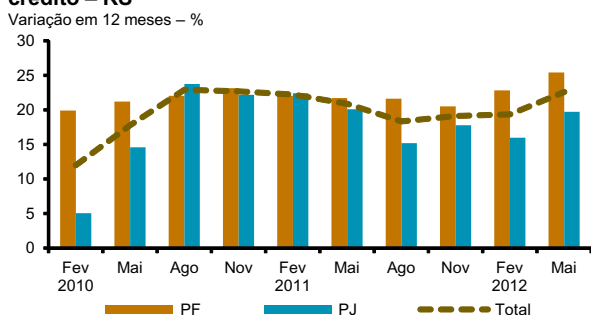
1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados pelo BCB.

às expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Os declínios das condições atuais e das expectativas traduziram, principalmente, o recuo da confiança no desempenho da economia nacional.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre atingiu 7,6% em maio de 2012, ante 4,3% em fevereiro e 10% em maio de 2011, conforme Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre, realizada pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS), tendo sido comercializadas 388 novas unidades no mês, ante 187 em fevereiro e 326 em maio de 2011.

Gráfico 5.17 – Evolução do saldo das operações de crédito – RS^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado alcançou R\$137,1 bilhões em maio, crescendo 7,1% no trimestre e 22,6% em doze meses. A carteira de pessoas físicas totalizou R\$70,4 bilhões, aumentando 7,2% e 25,4%, respectivamente, nas bases de comparação mencionadas, com ênfase na evolução das modalidades crédito pessoal com e sem consignação em folha de pagamento, e financiamentos imobiliários. O saldo das operações contratadas por pessoas jurídicas atingiu R\$66,7 bilhões, elevando-se 6,9% no trimestre e 19,7% em doze meses, destacando-se o crescimento dos financiamentos direcionados ao comércio atacadista, exceto veículos automotores e motocicletas; indústria de alimentos e bebidas, exceto açúcar em bruto, e indústria de máquinas e equipamentos.

Tabela 5.20 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação % 2012/2011
		Produção ^{2/} 2011	2012	
Grãos	69,7	29 613	19 774	-33,2
Soja	34,0	11 621	5 991	-48,4
Arroz (em casca)	20,7	8 942	7 736	-13,5
Milho	9,2	5 776	3 218	-44,3
Trigo	4,4	2 742	2 343	-14,5
Feijão	0,7	124	86	-30,1
Outras lavouras				
Fumo	10,7	498	390	-21,6
Mandioca	5,3	1 305	1 196	-8,4
Uva	2,5	830	840	1,3
Maçã	1,9	634	621	-2,1

Fonte: IBGE

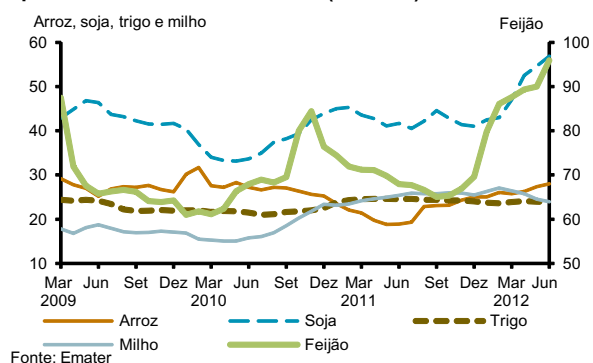
1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2012.

A inadimplência das operações de crédito no estado atingiu 3,1% em maio, ante 2,9% em fevereiro, variação que refletiu os aumentos de 0,1 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,3 p.p. no de pessoas jurídicas, que assinalaram taxas de 3,8% e 2,3%, respectivamente.

A safra de grãos do estado para 2012 está projetada em 19,8 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE, representando 12,6% da produção nacional. A retração anual, estimada em 33,2%, traduz as perspectivas de recuos nas produções de soja, 48,4%; milho, 44,3%; feijão, 30,1%; trigo, 14,5%; e arroz, 13,5%. No âmbito das demais culturas, assinala-se a projeção de queda anual de 21,6% para o fumo. Considerando apenas os produtos da safra de verão (amendoim, arroz, feijão 1ª safra, milho 1ª safra e soja), a produção prevista de 17 milhões de toneladas deverá ser 33,2% inferior à assinalada em 2011, redução explicada pelos baixos índices pluviométricos registrados. A soja, apesar de ter apresentado crescimento nas áreas plantadas e colhidas, 4,3% e 1,5%, na ordem, registrou queda de 49,2%

Gráfico 5.18 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)



Fonte: Emater

Tabela 5.21 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul

Maio de 2012

Discriminação	Produção	Variação % no ano	
		Exportações (kg)	Preços (R\$)
Abates ^{1/}			
Bovinos	-23,4	-50,5	2,3
Suínos	4,0	-16,8	1,8
Aves ^{2/}	-10,8	-3,1	-9,0
Leite ^{3/}	17,3 ^{4/}	-	8,5

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

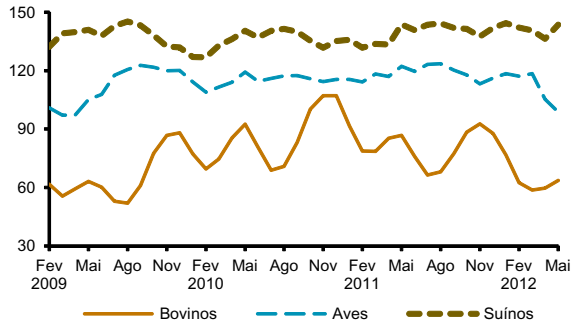
3/ Litros.

4/ Primeiro trimestre.

Gráfico 5.19 – Abates de animais – Rio Grande do Sul

Média móvel trimestral

2005 = 100



Fonte: Mapa

Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul 2011	Rio Grande do Sul 2012	Var. %	Brasil Var. %
Total	9 261	8 514	-8,1	-0,9
Básicos	4 461	4 067	-8,8	-0,6
Industrializados	4 800	4 447	-7,4	-1,7
Semimanufaturados	793	684	-13,8	-5,8
Manufaturados ^{1/}	4 007	3 763	-6,1	-0,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

no rendimento médio. O arroz assinalou reduções nas áreas plantadas e colhidas, 11,4% e 11,5%, respectivamente, e declínio de 2,2% no rendimento médio.

A contração na oferta agrícola teve reflexos nos preços dos principais produtos, com exceção do trigo. As cotações médias para feijão, arroz, milho, soja e trigo registraram variações respectivas de 24%, 27,3%, 5,7%, 14,3% e -2,2% no primeiro semestre do ano, em relação a igual período de 2011, de acordo com estatísticas da Emater/RS. Na margem, essas cotações médias variaram 8,6%, 6,1%, -6,8%, 23,8% e 1%, respectivamente, no segundo trimestre do ano em relação ao trimestre encerrado em março.

Os abates de bovinos e aves registraram quedas acentuadas, de 23,4% e de 10,8% nos primeiros cinco meses de 2012, comparativamente a igual período de 2011, conforme estatísticas do Mapa. Esse desempenho, no caso de bovinos, refletiu o embargo às exportações destinadas à Rússia, enquanto que a redução dos abates de aves foi impactada por paralisação das operações de empresa do setor em abril. Os preços internos desses produtos registraram elevação de 2,3% e queda de 9% no período, enquanto as quantidades exportadas recuaram, na ordem, 50,5% e 3,1%, de acordo com o MDIC. Por outro lado, a produção de suínos, acompanhando a elevação de 1,8% dos preços internos, registrou expansão de 4%, apesar da queda de 16,8% das exportações, que refletiram, principalmente, as restrições impostas pela Rússia.

Os preços médios do leite cresceram 8,5% de janeiro a maio de 2012, ante igual período de 2011, de acordo com a Emater/RS. A produção do estado, que representa cerca de 15% do país, elevou-se 17,3% no primeiro trimestre do ano, ante período correspondente de 2011, conforme pesquisa do IBGE, enquanto o resultado do país alcançou 4,5%.

A balança comercial do estado registrou superávit de US\$1,6 bilhão no primeiro semestre de 2012, ante US\$1,8 bilhão no mesmo período de 2011, de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$8,5 bilhões e as importações, US\$6,9 bilhões, assinalando retrações respectivas de 8,1% e 7,3% no período.

A trajetória das vendas externas evidenciou recuos de 3% nos preços e de 5,3% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos, 47,8% da pauta, reduziram-se 8,8% no semestre, com destaque para as quedas referentes à soja, 19,6%, carnes, 23,3%, e trigo, 19,6%. As exportações de produtos manufaturados, responsáveis por 44,2% das

vendas externas no período, declinaram 6,1%, destacando-se os recuos respectivos de 37,1% e 7,4% nas relativas a calçados e a polímeros de etileno. As exportações de semimanufaturados decresceram 13,8% no período, com ênfase nas reduções nos itens couros e peles, 26,4%, e óleo de soja em bruto, 13,2%. As exportações gaúchas direcionadas à China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 33% das vendas externas do estado no semestre.

Tabela 5.23 – Importação por categoria de uso – FOB
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	7 462	6 919	-7,3	4,6
Bens de capital	1 120	1 191	6,4	5,6
Matérias-primas	3 680	3 434	-6,7	0,4
Bens de consumo	965	939	-2,7	5,0
Duráveis	754	716	-5,1	-0,4
Não duráveis	211	223	5,8	13,1
Combustíveis e lubrificantes	1 697	1 355	-20,1	14,6

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 5.24 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul

Novos postos de trabalho

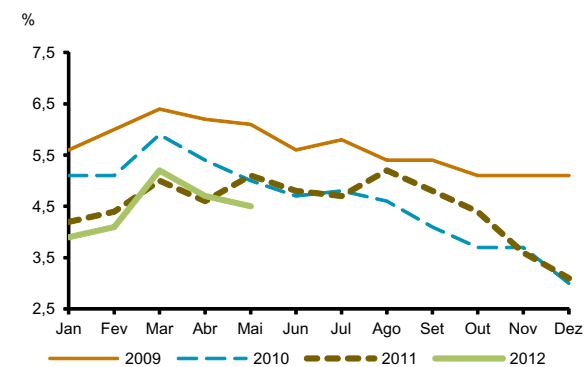
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	40,9	17,1	35,9	0,1	27,7
Indústria de transformação	18,2	-1,7	-0,8	-4,8	8,6
Comércio	8,2	5,2	15,9	-3,9	6,3
Serviços	16,9	10,5	12,8	5,9	15,3
Construção civil	3,4	2,9	3,1	0,7	4,0
Agropecuária	-6,4	-0,2	5,0	2,6	-6,7
Serviços ind. de utilidade pública	0,2	0,2	0,0	-0,2	-0,2
Outros ^{2/}	0,4	0,2	0,0	-0,2	0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.20 – Taxa de desocupação – Porto Alegre



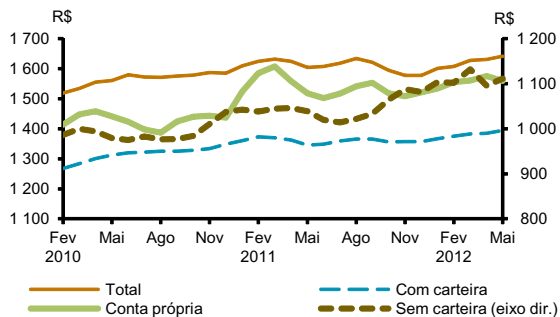
Fonte: IBGE

O resultado das importações, decorrente de retrações de 16,1% no *quantum* e de 10,5% nos preços, foi provocado, em grande parte, pelo recuo de 6,7% nas aquisições de matérias-primas e produtos intermediários, que, representando 49,6% do total importado no período, refletiram as reduções de 1,7% nas compras de naftas para petroquímica e de 23,4% nas de adubos e fertilizantes. As importações de combustíveis, bens de capital e bens de consumo apresentaram variações respectivas de -20,1%, 6,4% e -2,7%, com destaque para os recuos nas referentes a petróleo em bruto, 18,5%, automóveis, 6,8%, e veículos de carga, 3,2%. As aquisições originárias da Argentina, Nigéria e China totalizaram, em conjunto, 51,9% das compras externas do estado no período.

O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul registrou a geração de 27,7 mil empregos formais no trimestre finalizado em maio, ante 40,9 mil no encerrado em igual mês de 2011, de acordo com o Caged/MTE. O setor de serviços respondeu pela maior parte das vagas criadas, 15,3 mil, sendo 3,7 mil em alojamento e alimentação, 3,3 mil em administração de imóveis, serviços técnicos e profissionais, e 3,2 mil em ensino. Observe-se, dentre os setores pesquisados, que somente a construção civil apresentou resultado superior ao verificado no mesmo período de 2011, 4 mil novos postos, ante 3,4 mil. A agropecuária eliminou 6,7 mil vagas, em virtude do término da colheita de lavouras temporárias e permanentes. O nível de emprego formal cresceu 0,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando registrou igual variação no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) alcançou 4,5% em maio, a menor para esse mês desde 2002, de acordo com a PME do IBGE, ante 4,1% em fevereiro e 5,1% em igual mês de 2011. A redução de 0,6 p.p. frente a maio de 2011 refletiu os acréscimos de 1,7% na população ocupada e de 1% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 4,2% em maio, ante 4% em fevereiro, com variações de 0,9% na população ocupada e de 1% na PEA. O rendimento médio

Gráfico 5.21 – Rendimento médio real habitual^{1/} – Porto Alegre



Fonte: IBGE
1/ Média móvel trimestral, a preços de maio de 2012, corrigidos pelo INPC.

Tabela 5.25 – IPCA – RMPA

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011		2012	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,85	1,76	0,98	1,27
Livres	75,4	0,94	1,68	1,12	1,47
Comercializáveis	38,2	0,57	1,62	0,37	1,35
Não comercializáveis	37,3	1,28	1,73	1,91	1,58
Monitorados	24,6	0,60	1,99	0,55	0,69
Principais itens					
Alimentação	23,8	0,95	2,19	1,18	2,41
Habitação	13,9	0,96	1,96	1,66	1,28
Artigos de residência	5,0	0,06	-0,31	1,00	-0,40
Vestuário	7,2	1,24	3,88	-1,28	3,68
Transportes	19,6	0,62	1,65	0,38	-2,24
Saúde	11,3	1,50	1,49	0,90	2,81
Despesas pessoais	10,1	0,72	1,65	0,98	3,44
Educação	4,4	1,05	0,32	5,89	0,31
Comunicação	4,7	-0,33	0,87	-0,22	1,16

Fonte: IBGE
1/ Referentes a junho de 2012.

real habitual e a massa salarial real assinalaram aumentos respectivos de 2,1% e 2,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro.

O IPCA da RMPA acumulou alta de 1,27% no trimestre encerrado em junho, ante 0,98% nos três meses finalizados em março. A variação dos preços livres elevou-se de 1,12% para 1,47% e dos preços monitorados de 0,55% para 0,69%, essa refletindo o reajuste nos preços dos produtos farmacêuticos, 4,62%, em parte neutralizado pela retração de 1,71% nos preços da gasolina.

A trajetória dos preços livres resultou da aceleração nos preços dos bens comercializáveis, de 0,37% para 1,35%, derivada, especialmente, dos aumentos em vestuário, 3,68%, e cigarros, 19,08%, cujos impactos foram em parte mitigados pela retração de 6,02% em automóvel novo. A variação dos bens não comercializáveis arrefeceu, de 1,91% para 1,58%, favorecida principalmente pela queda de 7,62% nos preços do automóvel usado. O índice de difusão alcançou 56,6% no trimestre finalizado em junho, ante 56,3% naquele encerrado em março.

A variação do IPCA da RMPA acumulada em doze meses alcançou 4,95% em junho, ante 5,38% em março. Os preços livres aumentaram 5,31%, ante 5,59%, refletindo variações menos acentuadas nos preços dos bens não comercializáveis, de 7,14% para 6,66%, suavizada pelo recuo nos preços de automóvel usado, e nos preços dos bens comercializáveis, de 4,03% para 3,96%, destacando-se a redução em automóvel novo e a alta em cigarros. Os preços monitorados desaceleraram, de 4,76% para 3,87%, ressaltando-se a queda nos preços da gasolina e a elevação menos acentuada em energia elétrica residencial.

A perda de dinamismo da economia gaúcha, expressa no desempenho da indústria e impactada pela frustração da safra agrícola no início do ano, deverá ser amenizada pelos efeitos das medidas recentes de política fiscal e pela distensão na política monetária. Essa perspectiva é fundamentada pelas condições favoráveis do crédito, pelo nível sustentável de endividamento, bem como pela confiança dos consumidores, em que pesem a persistência da crise internacional e as dificuldades de negociação comercial com a Argentina, importante parceiro do estado.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	1,2	-0,4	-0,4	0,8	0,1
Norte	1,2	1,2	0,1	0,0	-0,2
Nordeste	1,8	0,7	0,5	1,7	0,6
Sudeste	1,1	0,2	-0,1	0,7	0,6
Sul	0,8	2,1	0,4	1,3	-1,2
Centro-Oeste	0,9	2,4	1,0	2,0	1,0

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas

Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Comércio varejista					
Brasil	1,5	1,6	1,3	3,4	1,3
Norte	0,9	2,2	0,8	4,6	2,5
Nordeste	2,4	1,3	0,3	3,5	2,3
Sudeste	1,7	1,1	1,5	3,0	1,6
Sul	1,3	3,1	0,8	6,1	-0,4
Centro-Oeste	0,0	1,7	1,4	3,2	1,7
Comércio ampliado					
Brasil	2,1	0,3	-0,2	3,3	0,7
Norte	-2,2	2,4	-0,2	3,1	3,1
Nordeste	1,3	1,0	-0,4	3,5	1,3
Sudeste	2,1	0,5	0,8	3,5	1,7
Sul	1,9	1,7	-0,9	3,9	0,5
Centro-Oeste	0,2	0,3	0,3	3,6	1,8

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

A recuperação da atividade econômica doméstica tem se materializado de forma bastante gradual, em grande parte, devido aos impactos negativos do cenário internacional sobre o comércio e a confiança dos empresários, bem como os efeitos decorrentes de adversidades climáticas enfrentadas pelo setor primário, com quebras de safra em diversas regiões produtoras do país. A despeito dessa evolução, o ritmo de atividade tende a se intensificar neste semestre, sustentado pela demanda doméstica, especialmente, o consumo das famílias, em ambiente de confiança elevada, crescimento da renda e expansão moderada do crédito. Some-se a isso, os efeitos das ações de política recentemente implementadas, que, de resto, são defasados e cumulativos.

O IBC-Br registrou alta de 0,1% no trimestre encerrado em maio, ante o trimestre até fevereiro. No período de março a maio, conforme a Tabela 6.1, observa-se assimetria no comportamento do indicador de atividade para as cinco regiões geográficas do país, com crescimento no Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste; e recuo no Sul, reflexo principalmente dos resultados do setor agrícola, e no Norte, em parte decorrente do desempenho industrial. O comportamento favorável da economia do Centro-Oeste repercute, especialmente, a expansão do setor agrícola nessa região, pouco impactado por adversidades climáticas e beneficiado por preços favoráveis, sobretudo do complexo soja.

O consumo das famílias, avaliado pelo comportamento das vendas no comércio, recuou na Região Sul e moderou nas demais. Considerando o comércio ampliado, assinalem-se as desacelerações respectivas de 3,4 p.p. e de 2,2 p.p. nas taxas de crescimento trimestrais das vendas nas regiões Sul e Nordeste.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil, em nível nacional, cresceram 6,2% no trimestre encerrado em maio (Tabela 6.3), com elevações respectivas de 7,5%

Tabela 6.3 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Maio de 2012

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 120	902	2 022	5,2	7,5	6,2	18,1	29,3	22,8
Norte	35	43	78	4,0	8,4	6,4	17,5	31,5	24,5
Nordeste	131	131	262	4,8	10,4	7,5	21,1	37,0	28,6
Sudeste	678	442	1 120	4,6	7,4	5,7	16,1	28,8	20,8
Sul	195	179	373	5,6	6,7	6,1	21,0	26,3	23,6
Centro-Oeste	81	108	189	10,6	6,0	7,9	23,8	26,2	25,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 6.4 – Inadimplência do crédito do SFN^{1/}

Maio de 2012

Discriminação	Inadimplência								
	Inadimplência			Variação em p.p.					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	2,2	5,1	3,5	0,0	0,2	0,1	0,3	1,2	0,8
Norte	3,4	5,9	4,1	0,6	0,1	0,3	0,5	1,0	0,9
Nordeste	2,5	6,2	3,9	-0,0	0,0	0,1	0,3	1,3	1,0
Sudeste	2,0	5,3	2,9	-0,0	0,3	0,1	0,3	1,4	0,8
Sul	2,4	4,1	2,9	0,2	0,1	0,1	0,3	1,0	0,7
Centro-Oeste	2,5	4,7	3,4	0,1	0,1	0,1	0,3	0,8	0,6

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil com pelo menos uma parcela em atraso superior a 90 dias.

Tabela 6.5 – Produção física da indústriaBrasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%					
		2011			2012		
		Mai	Ago	Nov	Fev	Mai	
Brasil	100,0	1,0	-0,5	-2,2	-0,6	-1,2	
Norte	5,9	0,9	2,0	-0,6	-2,1	-3,1	
Nordeste	9,5	3,2	-0,4	-0,9	-0,1	0,6	
Sudeste	62,7	1,7	-0,9	-3,5	-1,5	-0,3	
Sul	18,5	-0,6	4,2	-1,7	1,4	-2,5	
Centro-Oeste	3,5	2,6	8,2	0,7	1,9	-2,2	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) em 2007.

Tabela 6.6 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil					
	2011			2012		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai	
Brasil	617,0	546,4	378,0	-138,7	468,4	
Norte	17,0	39,7	27,4	-15,6	9,7	
Nordeste	-1,9	127,0	139,4	-44,9	-28,7	
Sudeste	440,1	268,4	118,2	-73,5	330,6	
Sul	108,1	60,6	101,8	1,5	94,4	
Centro-Oeste	53,6	50,7	-8,9	-6,3	62,4	

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

e de 5,2% nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas. A análise em doze meses revela que o crescimento do estoque de crédito atingiu 22,8% no país, em maio, reflexo de aumentos respectivos de 29,3% e 18,1% nos segmentos mencionados.

Em âmbito regional, as operações de crédito no Centro-Oeste e no Nordeste cresceram mais acentuadamente, tanto em bases trimestrais quanto em doze meses. Nessas regiões, observou-se, no trimestre, maior dinamismo das modalidades de crédito consignado e de financiamentos de veículos e habitacionais. No segmento de pessoas físicas, a evolução dos empréstimos foi impulsionada, no Centro-Oeste, pelas contratações nos setores de energia e comércio atacadista, exceto veículos, e no Nordeste, pelas destinadas às atividades de transmissão e distribuição de energia elétrica, química e construção civil.

A inadimplência do crédito aumentou ligeiramente e atingiu 3,5% em maio, ante 3,4% em fevereiro e 3,1% em dezembro. Em doze meses, conforme a Tabela 6.4, o crescimento da inadimplência ocorre de forma mais acentuada no segmento de pessoas físicas, com maior intensidade no Sudeste, 1,4 p.p. e no Nordeste, 1,3 p.p., contrastando com aumentos menos significativos no segmento de pessoas jurídicas, de 0,5 p.p. no Norte e de 0,3 p.p. nas demais regiões.

A atividade industrial no país recuou nos últimos quatro trimestres. No trimestre finalizado em maio, a redução atingiu 1,2%, em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando contraíra 0,6% (Tabela 6.5). Em termos regionalizados, no último trimestre, houve crescimento da produção industrial no Nordeste, 0,6%, e retração nas demais regiões, sendo mais intensas no Norte e no Sul, 3,1% e 2,5%, na ordem.

O mercado de trabalho do país, refletindo, em parte, a sazonalidade do período, gerou 468,4 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio de 2012, de acordo com o Caged/MTE, ante eliminação de 138,7 mil postos no trimestre até fevereiro (Tabela 6.6). Em comparação ao trimestre encerrado em maio de 2011, em linha com ritmo de atividade distintos entre as regiões, bem como a assimetria com que isso ocorreu entre os diversos setores da economia, houve menor geração de novos empregos no Sudeste, Nordeste e Norte. A Região Centro-Oeste foi a única a aumentar as contratações, nessa base de comparação, em parte pelo desempenho favorável do setor agrícola.

Tabela 6.7 – Taxa de desemprego

Discriminação ^{1/}	%				
	2011			2012	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	6,4	6,1	5,7	5,3	6,0
Nordeste	9,0	8,1	7,6	6,6	7,1
Sudeste	6,0	5,8	5,5	5,3	6,0
Sul	4,5	4,4	3,9	3,6	4,7

Fonte: IBGE

1/ Média do trimestre encerrado no mês.

Tabela 6.8 – Balança comercial regional – FOB

Média diária – Janeiro-junho

Região	US\$ milhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Total	954,1	937,7	849,6	881,2	104,5	56,6
Norte	72,8	64,8	57,1	61,0	15,8	3,8
Nordeste	68,2	73,0	83,4	101,8	-15,2	-28,8
Sudeste	544,6	513,0	477,4	478,5	67,1	34,5
Sul	175,9	175,4	184,7	188,8	-8,8	-13,5
Centro-Oeste	79,1	100,5	46,5	50,4	32,6	50,0
Outros ^{1/}	13,4	11,1	0,4	0,5	13,0	10,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Tabela 6.9 – IPCAVariação trimestral^{1/}

Discriminação	Peso	%					
		2011			2012		
		Jun	Set	Dez	Mar	Jun	
IPCA							
Brasil	100,0	1,40	1,06	1,46	1,22	1,08	
Norte	4,2	1,19	0,50	1,29	1,62	1,44	
Nordeste	14,8	1,32	1,12	1,63	1,27	1,18	
Sudeste	57,6	1,41	1,04	1,36	1,32	1,01	
Sul	16,3	1,65	1,07	1,54	0,90	1,26	
Centro-Oeste	7,1	1,07	1,36	1,67	0,90	0,75	
Livres							
Brasil		1,27	1,11	1,68	1,33	1,12	
Norte		0,54	0,66	1,75	1,84	1,39	
Nordeste		1,27	1,08	2,02	1,32	1,08	
Sudeste		1,25	1,14	1,55	1,42	1,08	
Sul		1,59	1,05	1,61	1,00	1,39	
Centro-Oeste		1,03	1,40	1,90	1,09	0,81	
Monitorados							
Brasil		1,72	0,94	0,92	0,91	0,94	
Norte		3,10	0,05	-0,03	0,82	1,59	
Nordeste		1,44	1,20	0,66	1,10	1,50	
Sudeste		1,75	0,83	0,93	1,07	0,83	
Sul		1,79	1,13	1,35	0,61	0,87	
Centro-Oeste		1,15	1,28	1,26	0,29	0,54	

Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

A taxa média mensal de desemprego do país atingiu 6% no trimestre encerrado em maio, ante 6,4% no mesmo período de 2011, de acordo com a PME do IBGE (Tabela 6.7). Esse resultado decorreu exclusivamente do recuo observado na região Nordeste, 1,9 p.p., haja vista a estabilidade no Sudeste e o aumento de 0,2 p.p. no Sul.

A balança comercial do país registrou superávit médio diário de US\$56,6 milhões no primeiro semestre de 2012, ante US\$104,5 milhões no intervalo correspondente do ano anterior (Tabela 6.8). Esse resultado refletiu recuo das exportações e aumento das importações no período e, em grande parte, deve-se à redução de US\$33,3 milhões no superávit médio diário do Sudeste. A região Centro-Oeste foi a única a registrar aumento do saldo, que se deslocou de US\$32,6 mil no primeiro semestre de 2011 para US\$50 milhões no mesmo período de 2012, com o comércio externo sendo impulsionado, principalmente, pelos embarques de produtos semimanufaturados que aumentaram 42,4% no período.

A inflação trimestral medida pela variação do IPCA recuou pelo segundo trimestre consecutivo, para 1,08% em junho, ante 1,22% em março e 1,46% em dezembro de 2011, conforme a Tabela 6.9. O comportamento no último trimestre, com exceção da região Sul, evidenciou a desaceleração nos preços livres, com impactos que se sobrepuseram aos aumentos nos preços monitorados, em especial na Região Norte.

Evolução das Finanças Públicas dos Governos Regionais

Gráfico 1 – Governos regionais: superávit primário^{1/}
Acumulado em doze meses

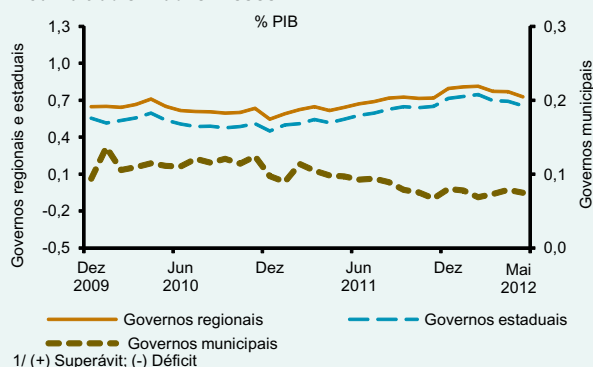


Gráfico 2 – Governos regionais: dívida líquida

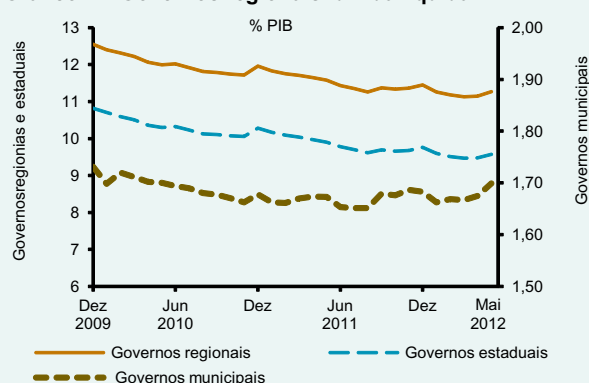
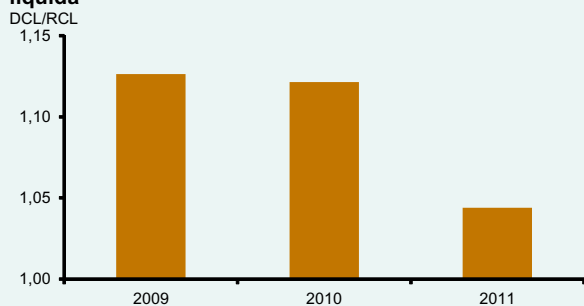


Gráfico 3 – Governos estaduais: relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

No Boletim Regional de julho de 2010, consta box sobre a evolução das finanças públicas dos governos regionais no período 2003/2009. Este box procura analisar a evolução recente, de dezembro de 2009 a maio de 2012, das finanças regionais, observando a trajetória do endividamento líquido e o comportamento dos gastos de custeio, de investimento e com o serviço da dívida.

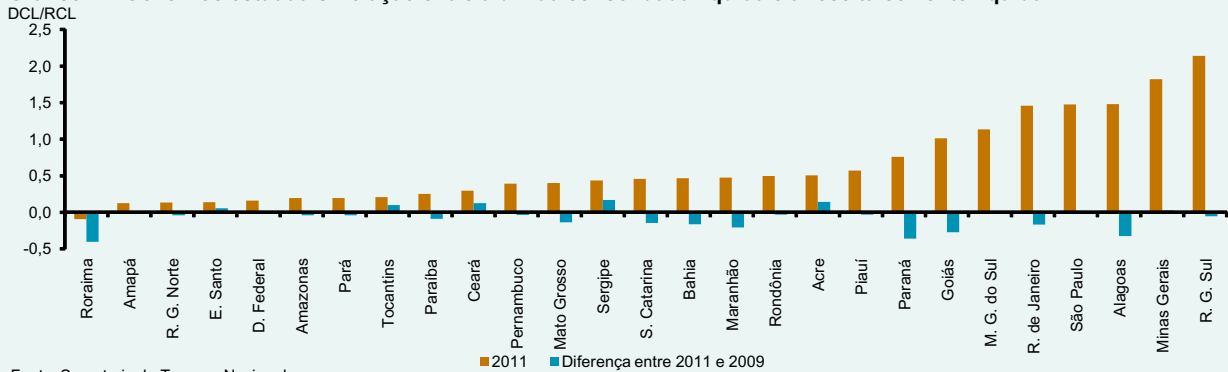
O superávit primário dos governos regionais, acumulado nos últimos doze meses terminados em maio de 2012, totalizou 0,73% do Produto Interno Bruto (PIB), 0,08 p.p. acima do observado ao final de 2009, conforme gráfico 1. A relação entre a dívida líquida e o PIB atingiu 11,3% em 2011, redução de 1,28 p.p. comparativamente ao observado em 2009, gráfico 2. Essa evolução segue refletindo, especialmente, o impacto dos pagamentos das dívidas renegociadas nos acordos com a União, credora da maior parcela das dívidas regionais.

A relação entre a dívida consolidada líquida (DCL)^{1/} e a receita corrente líquida (RCL), utilizada como parâmetro para o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal, também apresentou trajetória descendente, conforme gráfico 3, atingindo 1,04 em 2011, ante 1,13 em 2009, dessa forma se mantendo abaixo do limite (2,0) fixado pelo Senado Federal. O gráfico 4 apresenta a relação DCL/RCL para todas as unidades da federação e evidencia que apenas no caso do estado do Rio Grande do Sul, a relação (igual a 2,14) se posiciona acima do limite, situação que também se verificava em 2009, quando alcançava 2,22. No período, houve redução na relação DCL/RCL em vinte das vinte e sete unidades

1/ O conceito de DCL encontra-se na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal. Essa última estabeleceu prazo de quinze anos, a partir de sua publicação, para a adequação dos estados ao limite de endividamento.

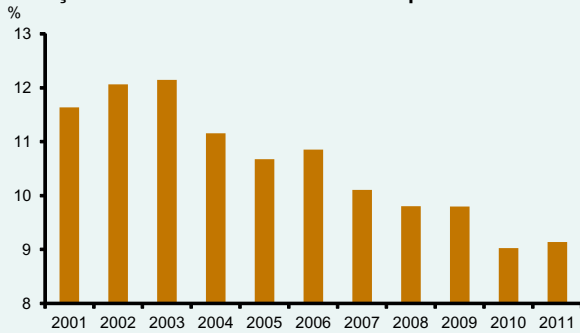
da federação, com destaque para as contrações em Roraima, no Paraná, em Goiás e em Alagoas.

Gráfico 4 – Governos estaduais: relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Gráfico 5 – Governos estaduais: relação entre o serviço da dívida e a receita corrente líquida

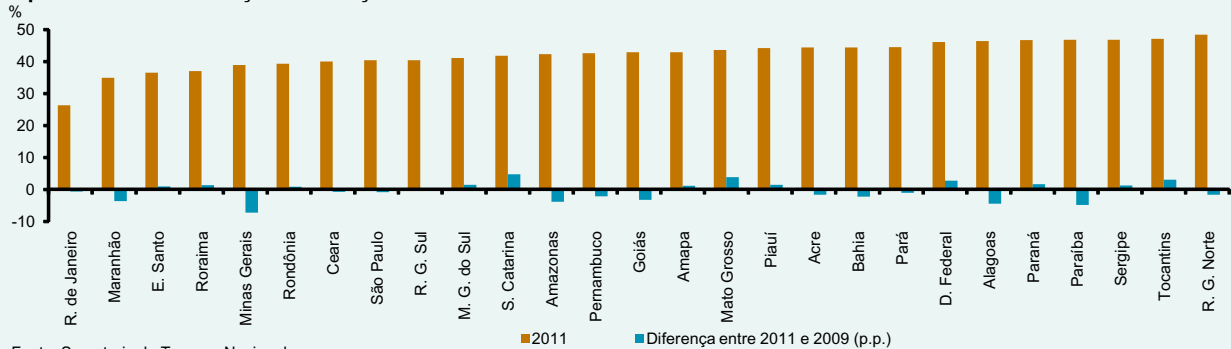


Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretarias de Fazenda dos estados

Relativamente às despesas com serviço da dívida, a evolução entre 2001 e 2011 evidencia a redução quando comparadas à RCL. Em termos consolidados, o maior valor na série anual ocorreu em 2003, 12,15%, declinando para 9,80% em 2009 e 9,14% em 2011, valor inferior ao limite estabelecido pelo Senado Federal, fixado em 11,5%² (Gráfico 5).

A evolução dos gastos dos estados com pessoal do poder executivo entre 2009 e 2011 mostra que, quando comparados à RCL, a proporção reduziu-se de 41,4% para 40,2% no período, patamar inferior ao limite de 49% previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Todos os estados encontravam-se enquadrados ao limite, em 2011, situação mais favorável do que a observada em 2009, quando três ainda não atendiam a exigência (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Poder executivo dos governos estaduais: relação entre despesas com pessoal e receita corrente líquida em 2011 e variação em relação à 2009



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Relativamente a investimentos estaduais, a proporção desses gastos e o PIB nacional aumentou entre 2007 e 2010, de 0,7% para 1,3%. Em 2011,

2/ Resolução nº 43/2001.

a citada relação situou-se em 0,9%, 0,2 p.p. acima do valor registrado em 2007.

Gráfico 7 – Governos estaduais e de capitais: despesas correntes e de investimentos

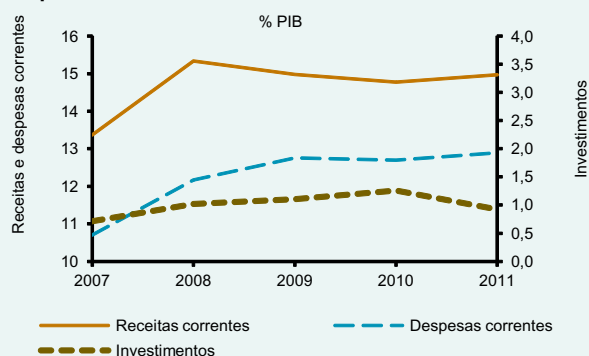


Gráfico 8 – Governos estaduais e de capitais: despesas correntes e de investimentos

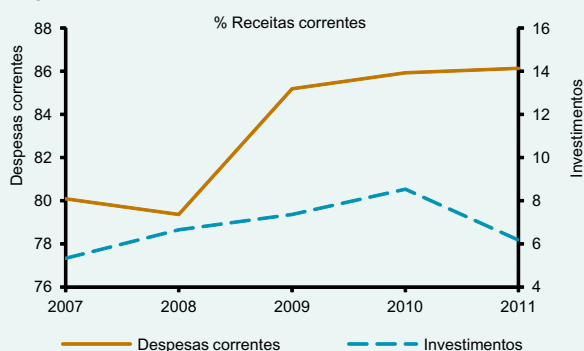


Tabela 1 – Governos regionais: composição da dívida líquida

	2009	2010	2011	2012 ^{1/}
Composição da dívida líquida (R\$ bilhões)				
Renegociação com a União	414	450	469	474
Dívida bancária	19	26	31	31
Dívida externa	16	22	28	33
Créditos	-43	-47	-53	-57
Total	406	451	474	481
Composição da dívida líquida (Part. percentual - %)				
Renegociação com a União	101,8	99,8	98,8	98,6
Dívida bancária	4,7	5,7	6,4	6,4
Dívida externa	4,0	4,9	6,0	6,8
Créditos	-10,5	-10,4	-11,2	-11,8

1/ Posição de maio.

Por seu lado, as despesas correntes, que incluem gastos com pessoal, aumentaram 2,2 p.p. do PIB entre 2007 e 2011. Note-se ainda que, quando comparados às receitas correntes, os gastos com investimentos e as despesas correntes aumentaram 0,9 p.p. e 6,1 p.p., respectivamente, entre 2007 e 2011.

A trajetória descendente do endividamento líquido total dos governos regionais, tanto em relação ao PIB quanto à RCL, reflete, em especial, a redução das dívidas renegociadas com a União. Nesse contexto, observa-se paulatina mudança no perfil de endividamento, ver tabela 1. De fato, a participação da dívida bancária na dívida líquida total passou de 4,7% em 2009 para 6,4% em maio de 2012, e a da dívida externa, de 4,0% para 6,8%, enquanto as renegociações com a União se deslocaram de 101,8% para 98,6%³.

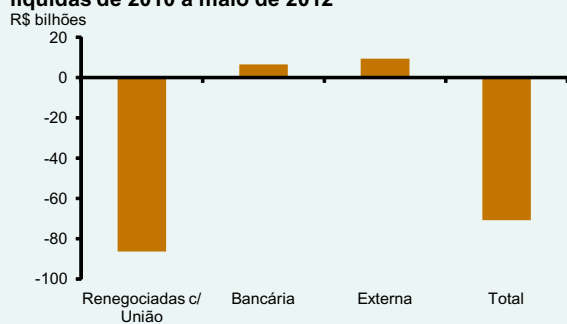
Em relação à dívida bancária, a análise por regiões⁴, conforme tabela 2, revela que o maior crescimento, no período analisado, deu-se no Centro Oeste, com aumento de 343,7%, seguindo-se Nordeste, 91,5%, e Norte, 73,7%.

As finanças dos governos apresentam dinâmica favorável nos últimos anos, com tendência de recuo do endividamento líquido total. Essa evolução contempla mudança no perfil do endividamento, com a contratação de novos financiamentos junto à rede bancária e organismos internacionais, ao mesmo tempo em que diminuiu a participação relativa das obrigações junto ao Governo Federal. Esse novo perfil indica maior confiança, por parte dos credores, na capacidade de pagamento desses governos e na manutenção da sustentabilidade fiscal. Destaque-se ainda que, por um lado, houve redução da participação dos gastos com o serviço da dívida no total da receita dos governos regionais e, por outro, crescimento da participação dos dispêndios de custeio e, em menor escala, dos gastos com investimentos.

3/ As contratações líquidas de dívida bancária no período alcançaram R\$6,6 bilhões, e de dívida externa, R\$9,5 bilhões.

4/ Considerados os estados e uma amostra de 396 municípios, distribuídos entre todos os estados.

Gráfico 9 – Governos regionais: liberações líquidas de 2010 a maio de 2012



(-) Pagamentos líquidos

Tabela 2 – Dívida bancária dos governos regionais por região^{1/}

	2009 (A)	2011 (B)	(B/A) %
Região Norte	3 320	5 766	73,7
Região Nordeste	5 383	10 309	91,5
Região Centro-Oeste	796	3 530	343,7
Região Sudeste	6 647	9 484	42,7
Região Sul	2 347	3 757	60,1

^{1/} Inclui os governos estaduais e seus principais municípios.

Economia Baiana: estrutura produtiva e desempenho recente

Este boxe aborda a estrutura e a evolução recente da economia baiana, bem como as suas perspectivas, consideradas a conjuntura doméstica e o atual cenário de incerteza do ambiente internacional.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto – Bahia e Brasil

Anos	Variação real anual %		Participação BA/Brasil (%)
	Bahia	Brasil	
2003	2,2	1,1	4,0
2004	9,6	5,7	4,1
2005	4,8	3,2	4,2
2006	2,7	4,0	4,1
2007	5,3	6,1	4,1
2008	5,2	5,2	4,0
2009	-0,6	-0,3	4,2
2010	7,5 ^{1/}	7,5 ^{2/}	4,3
2011	2,0 ^{1/}	2,7 ^{2/}	

Fonte: IBGE/SEI – Contas Regionais do Brasil

1/ Estimativas preliminares da SEI.

2/ Calculado pelo IBGE, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

A estrutura econômica do estado apresenta relativa concentração espacial e setorial. A atividade industrial se concentra na Região Metropolitana de Salvador (RMS); a produção de grãos, no oeste; a fruticultura irrigada, no Sertão do São Francisco; e a produção de celulose, no extremo sul do estado – os quatro polos dinâmicos da economia baiana. Por outro lado, aproximadamente 2/3 do território estadual se encontra no semi-árido, cuja base econômica é a agricultura familiar. Quanto à distribuição setorial, a Bahia se caracteriza por produção de bens intermediários e matérias primas, destinados à exportação para o exterior e para a indústria de outras regiões. A Bahia é geradora de divisas para o país e mercado consumidor de produtos finais oriundos, principalmente, do sudeste e do sul, características que condicionam a dinâmica de sua economia a movimentos exógenos.

O Produto Interno Bruto (PIB) baiano cresceu 2% em 2011, de acordo com estimativa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), reflexo do dinamismo da agropecuária – que expandiu 9,8%, liderada pela produção de grãos no oeste – e do setor de serviços – que cresceu 3,6%, impulsionado pelo comércio varejista. Por outro lado, o crescimento do PIB foi limitado pelo desempenho do setor industrial, que recuou 2,9% em 2011, em parte repercutindo a complexidade do ambiente internacional.

A composição setorial do PIB baiano distingue-se da média nacional, sobretudo pela maior representatividade da agricultura no estado, 9,2% do Valor Adicionado Bruto (VAB), no período de 2002 a 2009, ante 6,2% no país. As participações da indústria e do setor de serviços totalizaram 29,5% e 61,3%, respectivamente, comparativamente a 28,2% e 65,7%, no Brasil.

Tabela 2 – Estrutura do Valor Adicionado Bruto por setores de atividade

Anos	Bahia			Brasil			%
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	
2002	10,5	28,8	60,7	6,6	27,1	66,3	
2003	10,6	28,8	60,6	7,4	27,8	64,8	
2004	10,8	30,7	58,5	6,9	30,1	63,0	
2005	8,6	32,2	59,2	5,7	29,3	65,0	
2006	7,9	30,6	61,5	5,5	28,8	65,8	
2007	8,6	28,2	63,2	5,6	27,8	66,6	
2008	8,5	28,0	63,4	5,9	27,9	66,2	
2009	7,7	28,7	63,6	5,6	26,8	67,5	
Média	9,2	29,5	61,3	6,2	28,2	65,7	

Fonte: IBGE – Contas Nacionais e Regionais do Brasil

Tabela 3 – Principais produtos primários

Descrição	No valor da produção do subsetor na Bahia	Na produção nacional
Agricultura	100,0	6,9
Permanente	42,6	13,8
Cacau	17,3	63,5
Mamão	18,2	55,3
Banana	13,6	16,2
Café	12,4	4,8
Maracujá	8,9	50,3
Coco	4,9	28,1
Manga	4,8	35,8
Sisal	4,7	96,1
Temporária	57,4	5,0
Soja	27,1	4,4
Algodão	15,7	23,2
Milho	12,8	5,1
Feijão	9,5	11,7
Mandioca	9,3	8,2
Cebola	4,1	19,1

Fontes: IBGE e FGV

Refere-se à PAM de 2010 para valor da produção.

De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 as lavouras temporárias foram responsáveis por 57,4% do valor da produção, destacando-se as safras de soja, algodão, milho, feijão e mandioca. Entre as lavouras permanentes, mamão, cacau, banana e café representaram 61,5% da produção desse segmento. A agricultura baiana correspondeu a 6,9% da nacional, com participações relativas de 5% e 13,8%, respectivamente, na lavoura temporária e na permanente. A maior representatividade da lavoura permanente baiana no conjunto do país traduz a importância do estado nas culturas de sisal, cacau, mamão, maracujá e manga.

A safra de grãos da Bahia somou 7,7 milhões de toneladas em 2011, 4,7% da produção nacional, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de dezembro de 2011, do IBGE. A expansão recorde da agropecuária em 2011 refletiu o bom desempenho de culturas como algodão, soja e cana-de-açúcar. Para o ano corrente, contudo, a produção de grãos da Bahia deverá recuar 2%, para 7,5 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de junho, refletindo condições climáticas adversas que impactaram, principalmente, as culturas

de feijão, e de soja, cujas safras deverão experimentar recuos anuais respectivos de 41,8% e 1,9%.

O Valor da Transformação Industrial (VTI) do estado, de acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, representou 4,2% do VTI do país em 2010, ante 5% em 2007, mantendo no período, contudo, a maior participação entre os estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste.

A Tabela 4 evidencia a predominância da indústria de transformação na estrutura produtiva do estado, 93,2% do total do VTI em 2010. Os segmentos de petróleo e biocombustíveis e de produtos químicos, embora tenham perdido

Tabela 4 – Estrutura da produção industrial – Bahia

Principais produtos conforme Valor da Transformação Industrial (VTI) 2007-2010

Seções e Atividades	2007		2008		2009		2010	
	VTI	Part.(%)	VTI	Part.(%)	VTI	Part.(%)	VTI	Part.(%)
Indústrias extrativas	1 462 003	4,9	2 125 966	5,8	1 874 473	6,6	2 383 618	6,8
Indústrias de transformação	28 089 499	95,1	34 278 622	94,2	26 529 703	93,4	32 418 259	93,2
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	10 740 466	36,3	12 235 177	33,6	7 226 730	25,4	8 995 746	25,8
Fabricação de produtos químicos	5 616 706	19,0	6 311 766	17,3	4 309 600	15,2	5 193 332	14,9
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1 888 525	6,4	3 375 542	9,3	2 929 761	10,3	3 379 297	9,7
Fabricação de produtos alimentícios	1 441 650	4,9	2 225 175	6,1	1 875 178	6,6	2 561 952	7,4
Metalurgia	1 121 162	3,8	1 772 634	4,9	1 653 397	5,8	2 354 378	6,8
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1 658 124	5,6	2 005 180	5,5	1 890 450	6,7	2 333 626	6,7
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	956 957	3,2	1 065 163	2,9	1 280 013	4,5	1 380 207	4,0
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	818 705	2,8	973 536	2,7	857 665	3,0	1 150 714	3,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	314 722	1,1	419 873	1,2	507 027	1,8	788 011	2,3
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	883 926	3,0	802 518	2,2	916 767	3,2	774 853	2,2
Fabricação de produtos diversos - outros	107 620	0,4	161 320	0,4	124 833	0,4	97 580	0,3
Fabricação de bebidas	626 099	2,1	585 333	1,6	597 673	2,1	565 697	1,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	231 408	0,8	291 421	0,8	409 534	1,4	518 841	1,5
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equip.	401 966	1,4	531 982	1,5	316 266	1,1	480 934	1,4
Fabricação de produtos têxteis	229 841	0,8	285 946	0,8	287 188	1,0	361 330	1,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	181 285	0,6	228 518	0,6	204 878	0,7	243 985	0,7
Fabricação de móveis	131 514	0,4	151 428	0,4	218 037	0,8	241 267	0,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	75 953	0,3	156 514	0,4	127 468	0,4	171 142	0,5
Impressão e reprodução de gravações	50 807	0,2	53 571	0,1	81 709	0,3	94 434	0,3
Fabricação de produtos de madeira	47 766	0,2	66 179	0,2	79 914	0,3	63 906	0,2
Fabricação de produtos do fumo	50 677	0,2	97 506	0,3	61 885	0,2	57 406	0,2
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	16 581	0,1	20 094	0,1	20 336	0,1	23 844	0,1
Fabricação de outros equip de transporte, exceto veículos	98 355	0,3	4 118	0,0	2 461	0,0	18 164	0,1
		0,0						
TOTAL DA INDUSTRIA	29 551 502	100,0	36 404 588	100,0	28 404 176	100,0	34 801 877	100,0
Participação (%) na industria nacional		5,0		5,1		4,3		4,2

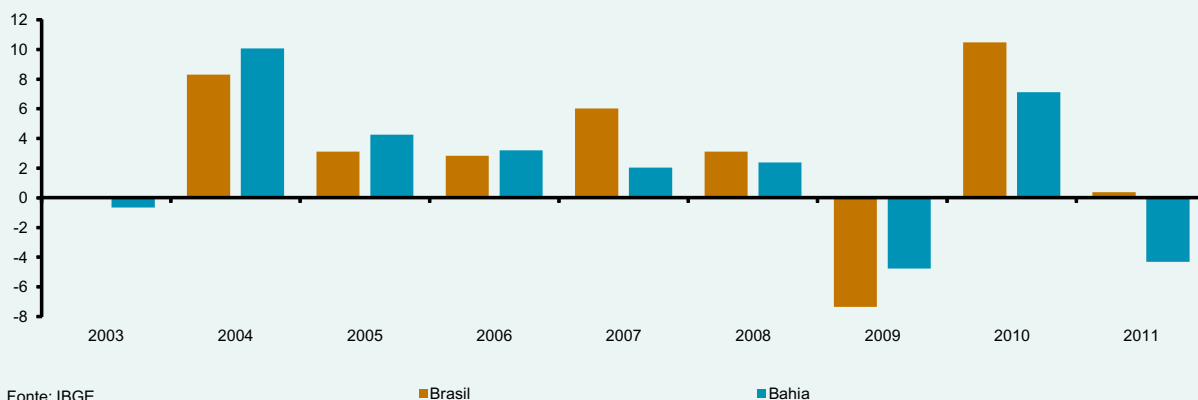
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual

posição relativa ao longo do período 2007-2010, ainda figuram com grande destaque na estrutura industrial, representando, conjuntamente, 40,8% do VTI em 2010.

Em relação à participação na indústria brasileira, observem-se os avanços dos segmentos de borracha, plásticos, minerais não metálicos e papel e celulose, além de veículos automotores. A significativa expansão desse último, assim como a de produtos alimentícios, sinaliza o processo de diversificação da matriz industrial do estado, à medida que se consolidam segmentos produtores de bens finais de consumo, capazes de conferir maior endogeneidade ao dinamismo da indústria estadual.

Por sua estrutura, a indústria baiana é relativamente sensível às condições do mercado internacional, e sua trajetória, por vezes, afasta-se do comportamento da indústria nacional. No período recente, essa característica limitou os benefícios do dinamismo do mercado interno sobre o desempenho da atividade industrial no estado. De fato, em 2011, a produção física da indústria acumulou retração de 4,3% na Bahia, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Regional (PIM-PF), do IBGE, ante expansão de 0,4% do país o que em parte se explica pela desaceleração da atividade global (Gráfico 1). Em doze meses até maio deste ano, a atividade industrial no estado cresceu 0,3%, em comparação à queda de 1,8% observado em âmbito nacional.

Gráfico 1 – Produção industrial – Brasil e Bahia
Variação %



Beneficiado pela expansão do emprego, da renda e do crédito, bem como pelos programas governamentais de transferência de renda, o comércio varejista baiano registrou crescimento médio anual de

Tabela 5 – Evolução do comércio varejista – 2004-2011

Setores	Variação % média a.a.	
	Bahia	Brasil
Comércio varejista	8,4%	7,6%
Combustíveis e lubrificantes	1,9%	0,9%
Hipermercados e supermercados	7,7%	6,1%
Tecidos, vestuário e calçados	7,6%	4,9%
Móveis e eletrodomésticos	19,5%	13,3%
Art. farmac., méd., ortopéd., de perf. e cosméticos	10,2%	9,3%
Livros, jornais, revistas e papelaria	6,5%	6,8%
Equip. e mat. p/escritório, inform. e comunicação	5,6%	28,2%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	17,0%	13,0%
Comércio varejista ampliado	9,0%	8,3%
Automóveis e motocicletas	12,1%	10,5%
Material de construção	3,3%	4,8%

Fonte: IBGE, acessado em 26.6.2012

8,4% entre 2004 e 2011, superior à média nacional no período, 7,6%, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE. Todos os segmentos experimentaram variação expressiva, especialmente móveis e eletrodomésticos e outros artigos de uso pessoal e doméstico. No caso das vendas do varejo ampliado, o incremento foi ainda mais acentuado, 9%. Destaque-se o desempenho do segmento automóveis e motocicletas (Tabela 5), que foi impulsionado pelo aumento do crédito. Em 2012, o comércio no estado segue dinâmico, com expansões de 7,7% e 5,1% nos últimos doze meses encerrados em maio, taxas próximas a 7,3% e 5,3% observadas em nível nacional.

Relativamente ao comércio externo, a balança comercial do estado, após resultados negativos no início dos anos 2000, registrou sucessivos superávits a partir de 2002, alcançando US\$3,3 bilhões em 2011. As exportações baianas cresceram, em média, 17,1% a.a. de 2000 a 2011, ante 15% a.a. registrados para o país. Apesar da crise internacional, as exportações baianas mantiveram-se em crescimento no período mais recente, ancoradas na alta dos preços das *commodities* e no crescimento das economias da China e da Argentina, importantes destinos das vendas externas do estado.

Em 2011, as *commodities* representaram 69% das exportações baianas, com destaque para petróleo, celulose, soja, algodão e cobre. A cesta dos produtos básicos está concentrada nas vendas de soja, farelo de soja e algodão, que juntas correspondem a 58,1% das exportações do segmento. Considerando o período 2000-2011, os bens industrializados foram responsáveis por 81,5% dos embarques externos, sobressaindo-se óleos combustíveis, automóveis de passageiros e hidrocarbonetos, entre os manufaturados, e pastas químicas de madeira e catodos de cobre, entre os semimanufaturados.

As importações do estado cresceram, em média, 11,9% a.a. de 2000 a 2011, ante 13,6% a.a. no país. A trajetória no período evidencia dois momentos de queda, associados aos atentados de 11 de setembro de 2001 e à crise de 2008, que levaram o comércio exterior a recuar nos anos de 2002 e de 2009. Na pauta de importações, destacam-se

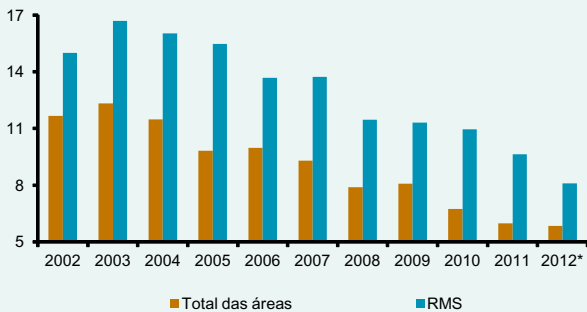
Tabela 6 – Balança comercial – Bahia

Anos	US\$ milhões		
	Exportações	Importações	Saldo
2000	1 944	2 242	-298
2001	2 122	2 286	-164
2002	2 412	1 878	535
2003	3 261	1 946	1 315
2004	4 066	3 021	1 046
2005	5 990	3 351	2 639
2006	6 773	4 475	2 298
2007	7 409	5 415	1 994
2008	8 699	6 310	2 389
2009	7 011	4 673	2 338
2010	8 886	6 706	2 180
2011	11 016	7 749	3 267

Fonte: MDIC, acessado em 26.6.2012

naftas e minérios de cobre, na categoria de bens intermediários; automóveis de passageiros e alimentos, na de bens de consumo; e veículos de carga, na de bens de capital (Tabela 6).

Gráfico 2 – Taxa de desemprego aberto
Média no ano (%)

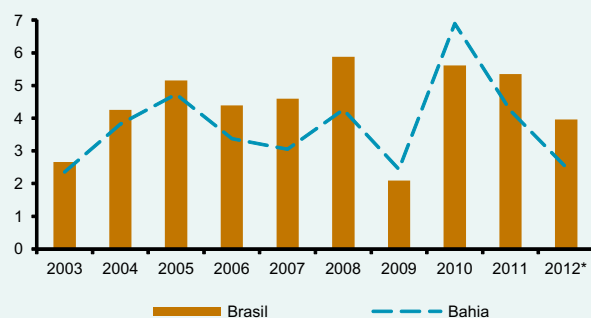


Fonte: IBGE
* 2012 dados até maio.

Historicamente, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS) tem sido superior à do Brasil. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, de março de 2002 a maio de 2012, a taxa baiana se situou, em média, 3,9 p.p. acima da nacional. Entretanto, a partir de 2007, o desemprego na RMS recuou em velocidade maior do que a verificada em nível nacional, de modo essa diferença diminuiu. Em particular, tal comportamento foi observado nos cinco primeiros meses de 2012, em relação a igual intervalo do ano anterior, o que em parte se explica pelo fato de a População Economicamente Ativa (PEA) na RMS haver recuado 0,7%, contra aumento de 1,4% no Brasil.

O estoque de empregos formais na Bahia atingiu 1,7 milhões de postos em maio de 2012, acumulando crescimento de 43,7% desde junho de 2002, ante 52,9% no país, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em especial nos anos de 2006 a 2008, a evolução do emprego formal no estado foi inferior à registrada no país, refletindo os impactos de choques desfavoráveis no setor agrícola e o desempenho relativamente fraco do setor de serviços (ver gráfico 3). Em 2009 e em 2010, o número de postos de trabalho no estado cresceu mais que no Brasil, liderado pelas indústrias extrativa e de transformação e pela construção civil. Em 2011 e início de 2012, o emprego formal no estado voltou a expandir-se abaixo da média nacional.

Gráfico 3 – Evolução do nível do emprego formal
Variação %



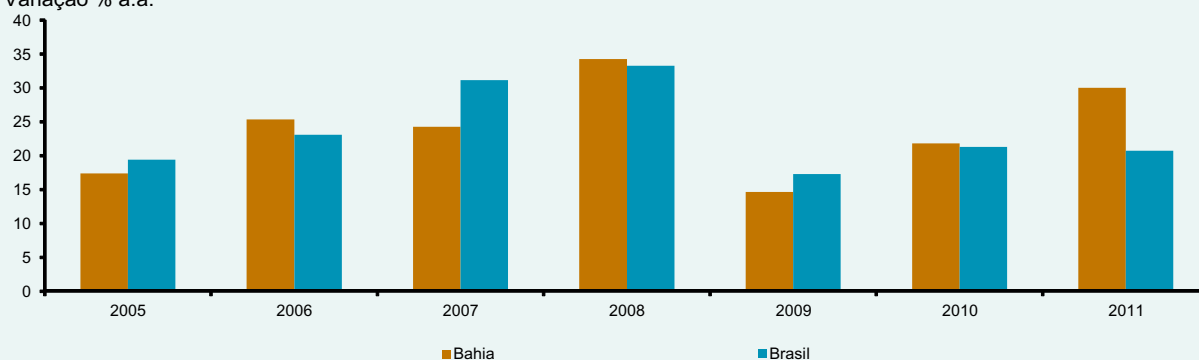
Fonte: MTE
* 2012 dados até maio.

A distribuição setorial do emprego formal mostra que 41,3% dos postos estão concentrados no setor de serviços (23,6% no comércio). Em termos de distribuição espacial, em maio de 2012, a RMS detinha 51,7% do total de postos com carteira de trabalho assinada do estado, quadro que pouco se alterou ao longo do tempo, uma vez que, em maio de 2002, esse percentual era de 51,3%.

O saldo das operações de crédito realizadas na Bahia assinalou crescimento médio anual de

23,9% de 2005 a 2011, ante 23,7% no Brasil. Ao longo desse período, a participação do estado no total do crédito concedido no país manteve-se em torno de 3,5%. Com relação ao crédito contratado no nordeste, a Bahia perdeu participação relativa, passando de 35,7% do saldo total em dezembro de 2005 para 28,5% em dezembro de 2011. Nesse último mês, a carteira de pessoas físicas respondeu por 43,3% do total do crédito no estado, 0,8 p.p. acima da média do Brasil. A inadimplência no estado tem se mantido sistematicamente acima da média nacional, respectivamente, 3,93% e 3,07%, em dezembro de 2011.

Gráfico 4 – Operações de crédito
Variação % a.a.



O PIB *per capita* da Bahia, segundo estimativa da SEI, atingiu R\$11.232,00 em 2011, 41% abaixo do nacional. Essa distância, entretanto, tem diminuído. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o poder aquisitivo da população baiana, mensurado pela renda domiciliar *per capita*, aumentou 47,8% entre 2001 e 2009, ante elevação de 23,5% na relativa ao país e de 42,1% na região nordeste. Importante destacar, ainda, que houve redução na concentração de renda no estado, com expansão na zona rural superior à observada na zona urbana.

A desigualdade de renda na Bahia, mensurada pelo Índice de Gini, declinou no período 2001 a 2009, mas permanece superior à do Brasil, e cabe ao estado a vigésima posição no ranking da igualdade na distribuição de renda. Apesar da redução de 21,2% em 2001 para 10,1% em 2009, o contingente de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza segue significativamente maior que a média nacional, 5,2%. Na zona rural da Bahia, o indicador de extrema pobreza caiu de 32,5% para 17,4% no período.

Ainda considerando dados da PNAD, a alfabetização e a escolaridade, embora superiores ao da região nordeste, apresentam padrões inferiores a média nacional. Em 2009, 16,8% dos baianos eram analfabetos, contra 18,7% dos nordestinos e 9,7% dos brasileiros. No Brasil, nesse mesmo ano, a escolaridade média era de 7,5 anos de estudo, enquanto, no estado da Bahia o indicador assinalava 6,4 anos de estudo, e na sua zona rural, apenas 3,9 anos.

A fim de fomentar a desconcentração espacial e de diversificação da indústria baiana, o governo estadual tem adotado política de concessão de incentivos fiscais para a atração de investimentos privados, que até 2013 devem alcançar R\$41,8 bilhões. Nesse sentido, destacam-se a instalação de parques eólicos para geração de energia e a implantação de fábrica de veículos automotores. Some a isso os investimentos públicos, com destaque para obras de infraestrutura logística¹, voltadas ao escoamento da produção agrícola da região oeste do estado e ao transporte da produção de minério de ferro do pólo de Caetitê.

Tabela 7 – Investimentos industriais previstos para a Bahia

Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
Bahia – 2011-2013

Complexo	Volume (R\$1,00)	Nº projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	1 976 047 049	85	4,7	23,5
Atividade mineral e beneficiamento	5 401 650 000	9	12,9	2,5
Calçados/têxtil/confecções	140 361 896	38	0,3	10,5
Complexo madeireiro	37 182 800	12	0,1	3,3
Eletroeletrônico	148 093 955	25	0,4	6,9
Metal-mecânico	4 198 810 000	42	10,0	11,6
Químico-petroquímico	6 221 086 000	90	14,9	24,9
Reciclagem	7 800 000	2	0,0	0,6
Transformação petroquímica	145 700 000	24	0,3	6,6
Outros	23 510 500 000	35	56,3	9,7
Total	41 787 231 700	362	100,0	100,0

Fonte: Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM)

Ações de política recentemente implementadas, os programas de transferência de renda e os investimentos em curso apontam para perspectivas de crescimento para a economia baiana.

1/ Via Expressa Baía de Todos os Santos, interligando a BR-324 ao Porto de Salvador, e a construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste, que deverá ligar o porto de Ilhéus ao município de Barreiras.

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Alexandre Antonio Tombini

Diretor de Política Econômica

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Chefe do Departamento Econômico

Tulio José Lenti Maciel

Representações Regionais do Departamento Econômico

Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belém

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Fortaleza

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica no Recife

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Salvador

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belo Horizonte

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica no Rio de Janeiro

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Curitiba

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Porto Alegre

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo
Chefe: Mauricio Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bc.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belém
Chefe de Equipe: Irene Guedes Paiva

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bc.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Fortaleza
Chefe de Equipe: Afonso Eduardo de Oliveira Jucá

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bc.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Recife
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bc.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Salvador
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bc.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Belo Horizonte
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bc.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica no Rio de Janeiro
Chefe de Equipe: Lilian Carla dos Reis Arquete

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bc.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Curitiba
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bc.gov.br

Núcleo Regional de Pesquisa Econômica em Porto Alegre
Chefe de Equipe: Vera Maria Schneider

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bc.gov.br

Siglas

a.a.	Ao ano
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Coelce	Companhia Energética do Ceará
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
DCL	Dívida consolidada líquida
Depec	Departamento Econômico
Deral	Departamento de Economia Rural
Emater/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
Fecomércio Minas	Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais
Fecomercio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fecomércio-RJ	Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro
Fecomércio-RS	Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
Fenabrave-PR	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores do Estado do Paraná
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fieg	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiep	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiergs	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Fiesc	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
GNL	Gás Natural Liquefeito
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
ICCBH	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio

Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
IDI	Índice de Desempenho Industrial
Iepe	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
INC	Índice Nacional de Confiança
Indi	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipead	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
p.p.	Pontos percentuais
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
Pimes	Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RCL	Receita corrente Líquida
RMB	Região Metropolitana de Belém
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIF	Serviço de Inspeção Federal
Sincodiv PR	Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná
Sinduscon-RS	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção
VTI	Valor da Transformação Industrial